



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

JULLYANE ALVES TEIXEIRA

**ROMPENDO ARMÁRIOS: A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE
TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS LGBT+ EM AMBIENTES
UNIVERSITÁRIOS**

TERESINA-PI
2021

JULLYANE ALVES TEIXEIRA

**ROMPENDO ARMÁRIOS: A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE
TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS LGBT+ EM AMBIENTES
UNIVERSITÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Área de concentração: Processos, atores e desigualdades sociais

Linha de pesquisa: Gênero e geração

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rossana Maria Marinho Albuquerque

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco Divisão de
Processos Técnicos

T266r

Teixeira, Jullyane Alves.

Rompendo armários: a experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBTQ+ em ambientes universitários / Jullyane Alves Teixeira. -- 2021.

186 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Teresina, 2021.

“Orientação: Profa. Dra. Rossana Maria Marinho Albuquerque”.

1. Gênero e identidade. 2. Orientação sexual. 3. Sexualidade. 4. Decolonialidade. 5. LGBTQ+ - Mercado de trabalho. 6. Sociologia. I. Albuquerque, Rossana Maria Marinho. II. Título.

CDD – 331.12

Bibliotecário: Rigoberto Veloso de Carvalho – CRB-3/988

BANCA EXAMINADORA

**Presidente: Prof.^a Dr.^a Rossana Maria Marinho Albuquerque
Universidade Federal do Piauí – PPGS**

**Externo: Prof.^a Dr.^a Elaine Ferreira do Nascimento
Fiocruz – PI e PPGPP/UFPI**

**Interno: Prof.^o Dr.^o Francisco de Oliveira Barros Júnior
Universidade Federal do Piauí – PPGS**

**Suplente: Maria Rosângela de Sousa
Universidade Federal do Piauí – PPGS**

À Natasha, cuja luz brilhou por pouco tempo no mundo, mas permanece acesa em minha memória.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação em tempos de pandemia, em meio a um processo ansioso/depressivo, sucumbindo muitas vezes àquelas vozes que nos dizem não sermos capazes, foi um grande desafio. Não tenho palavras para expressar o quanto ter concluído esta pesquisa me engrandece como mulher e como pesquisadora. É um sentimento de realização indescritível, que não teria sido possível sem uma rede de apoio e a compreensão de diversas pessoas.

Nesse percurso, aprendi a ser mais paciente e empática com a minha caminhada. Me cobrar, mas também me perdoar. Não me exigir perfeição nem me afundar na culpa. Aceitar elogios sem me sentir uma fraude. Entender que estamos sempre aprendendo, que errar faz parte e que não há nenhuma teoria impassível a contestações. Aprendi a estar sempre aberta a mudar de opinião, a buscar forças nos meus afetos e me cercar de amor para estar fortalecida contra os obstáculos.

Nós, mulheres e minorias oprimidas, não estamos acostumadas a ter voz. Vivemos num mundo que duvida da nossa capacidade todos os dias, que nos afasta dos espaços de liderança e conhecimento e inferioriza nossas opiniões e vivências. Mundo esse que nos relega aos espaços domésticos e de cuidado como única opção; que nos exige sermos exemplos inalcançáveis de “beleza”, conduta e postura; que homogeneiza nossos sonhos e aspirações. É um trabalho árduo combater as estruturas que nos dominam, mas nós estamos aqui, resistindo.

Agradeço imensamente àquelas que vieram antes de mim e me oportunizaram estar onde estou, apesar de todas as dores que ainda carrego. Agradeço também àquelas que caminharam e ainda caminham junto comigo, que fazem suas as minhas jornadas, que estão ao meu lado e me levantam sempre que caio, que me deram palavras de conforto e carinho a cada vez que pensei em desistir. Esta pesquisa foi construída por várias mãos e me orgulho que carregue um aporte majoritariamente feminino – e feminista.

Às pessoas LGBTQ+, do passado e do presente, que lutaram ou ainda lutam pelos nossos direitos, meu profundo apreço e sincera admiração. Se hoje é possível pesquisar sobre os processos que vivem as pessoas como nós, é(foi) porque vocês

resistem(iram). Obrigada por nunca desistirem de lutar pelo amor que não ousa dizer seu nome.

Agradeço à Universidade Federal do Piauí, instituição que é minha casa desde 2006, quando iniciei minha vida profissional e que também me acolheu como pós-graduanda. Agradeço à Pró-reitoria de Ensino de Graduação e à Coordenadoria Geral de Estágios, onde sou lotada, na pessoa da Prof.^a Maria Rosália Ribeiro Brandim, por terem me incentivado e me apoiado no sonho de cursar um mestrado. Agradeço também à Pró-reitoria de Pós-graduação, ao Centro de Ciências Humanas e Letras e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da UFPI, bem como todos os professores e professoras que o compõe, por terem dividido seus conhecimentos conosco e terem estado ao nosso lado em vários momentos importantes. Quero citar nominalmente os que tive o prazer de ter como professores: Rossana Marinho, Rita Sobral, Mary Alves, Francisco Júnior, Ferdinand Cavalcante, sem esquecer de mencionar ainda as professoras Maria Sueli Rodrigues, Lila Luz e Rosângela Souza, de quem não fui aluna, mas por quem tenho grande carinho e admiração. Não posso deixar de mencionar também Érico Valadares, secretário do programa, que com sua paciência e prestatividade sempre esteve disposto a nos ajudar e esclarecer nossas dúvidas. As redes de conhecimento e afetividades foram misturadas e resultaram em lindas experiências.

Agradeço aos e às colegas que fiz durante as disciplinas que cursei como aluna especial e que me ajudaram tanto, inclusive na preparação para a seleção, especialmente Tayná Egas e Weriquis Sales. Jamais esquecerei todas as dicas e opiniões que dividiram comigo! Quero deixar registrado também meu carinho e admiração pela Prof.^a Francineide Pires, ministrante das disciplinas de gênero que cursei nesse período, por todo o conhecimento compartilhado, que me permitiram um excelente aporte ao meu projeto de pesquisa.

Preciso ressaltar que a convivência com meus e minhas colegas da 7^a turma do Mestrado em Sociologia da UFPI sempre terá um lugar cativo em meu coração, portanto, muito obrigada, queridos e queridas, pelas aulas, reuniões, festinhas em sala de aula, intervalos, almoços, lanches, conversas, seminários, desesperos coletivos, pela única reunião no Tinindo e Trincando (mas que foi memorável!) e todo o apoio que sempre permearam nossos momentos juntos. Quero citar todos e todas

nominalmente: Thátilla Porto, Mariana Moura, Anna Almeida, Pablo Cavalcante, Iara Melo, Rayane Santos, Dástur Campos, Kelton Almeida, Marivete Ribeiro, Stanley Santos, Hercília Mendes e Ana Karla Coelho. Ainda que tenhamos tido diferentes níveis de aproximação e amizade durante nossa convivência, cada um de vocês foi importante nessa construção coletiva e deixo aqui expressa minha intensa admiração e máximo respeito por todos e todas.

Entretanto, preciso mencionar algumas pessoas especialmente. Agradeço à Anna Almeida, por estar comigo desde o início do processo de seleção, por todo o apoio e incentivo e pela nossa amizade que era anterior ao mestrado e só se fortaleceu nesses anos. Agradeço à Mariana Moura, por ser alguém a quem busco sempre para me apresentar contrapontos necessários e por ter sido calma e inspiração nos momentos em que mais precisei. Agradeço à Thátilla Porto, por me defender e acreditar em mim mais até do que eu mesma, por ser minha fã número um, por todas as gargalhadas, abraços, apertões e pela alegria em se descobrir tanto uma na outra. Agradeço à Clarissa Carvalho, que chegou de mansinho e ganhou um espaço enorme no meu coração, por todas as vezes que rimos, nos incentivamos e desabafamos juntas. Ter pessoas que nos fortalecem num processo tão desafiador como uma pós-graduação nos impulsiona a resistir. Essa experiência não teria sido, de forma alguma, tão maravilhosa sem a presença de vocês.

Não tenho palavras para agradecer à minha orientadora, Prof.^a Rossana Marinho, por toda a contribuição científica, conhecimento e compreensão que dividiu comigo em todo esse período. Pelo afeto, carinho, conversas, risadas, cobranças, revisões e sugestões no texto, elogios e críticas construtivas e por milhares de outras coisas, grandes e pequenas, meu muito obrigada é insuficiente para expressar minha gratidão. Não há ninguém mais que eu gostaria de ter tido como orientadora.

Aos queridos discentes da disciplina Teoria Sociológica I, da turma de Ciências Sociais da UFPI, no período 2018.2, que foram minhas “cobaias” durante o estágio em docência, meu carinho e meu muito obrigada. Tenho absoluta certeza que aprendi muito mais do que ensinei. Acredito que essa experiência tenha sido imprescindível para minha trajetória em um mestrado acadêmico e certamente irá contribuir fortemente na minha vida profissional no futuro.

Agradeço profundamente à minha banca de qualificação: Prof.^o Francisco Júnior e Prof.^a Elaine Nascimento, além de minha orientadora, já citada anteriormente, por todas as contribuições e críticas construtivas, que me deram, no intuito de enriquecer o referencial teórico e as análises da minha pesquisa. Esse é um momento crucial e decisivo para o trabalho, em que a pesquisadora mais precisa de sugestões, além de maturidade para assimilá-las a contento. Certamente, meu trabalho mudou muito desde aquela época e posso dizer que hoje ele é, sem dúvidas, a pesquisa que eu sonhei construir, e isso, em grande medida, foi graças a vocês.

Agradeço às minhas psicólogas, Ana Paula Sérvio, no início, e Polliana Coutinho, por último, por terem me acolhido com profissionalismo e pelas palavras de empatia, encorajamento e compreensão. Vocês foram de extrema importância nesse processo difícil, obrigada por buscarem entender minhas demandas e me ajudarem na superação de muitos obstáculos. Obrigada ainda à Dra. Luíza Olinda, minha psiquiatra, que mudou meu tratamento (e isso fez toda a diferença para me ajudar a superar esse período difícil), me explicando tudo a cada passo e me dando sempre muito em que pensar. Sem vocês, talvez eu tivesse demorado bem mais a entender que a culpa não precisa ser minha companheira diária.

A vida tem laços que se conectam inexplicavelmente e eles não são, de forma alguma, determinados apenas por nossas relações parentais. A família que a gente constrói e escolhe pode ser bem mais ampla. Agradeço ao meu irmão Renato Jordan e à minha prima/madrinha Elaine Aragão, por muito mais do que serem “da família”, mas pela escolha consciente e incondicional de permanecerem comigo em todos os momentos, por se orgulharem de mim e até mesmo por “comprarem minhas brigas”. Agradeço ao meu pai, Corinto Neto, por uma vida de amor e cuidado, apesar dos percalços; e pelo nosso reencontro. Preciso agradecer também à família de minha companheira, por terem, durante esses cinco anos de convivência, me acolhido como sua própria família. Não posso esquecer daquelas amigas e amigos que também considero família. Não irei citá-las/los para não correr o risco de ser injusta ao esquecer alguém, mas sei que vocês que estão aqui dentro do meu coração sabem quem são. Agradeço pelo incentivo, apoio, por tudo o que me ensinam diariamente e por perdoarem minhas ausências. Eu as/os amo demais!

Sem medo de cair no clichê, agradeço à minha esposa e companheira de vida, Raissa Sampaio, por ter sido meu esteio durante todo esse processo, por ter me incentivado a cada momento, por ter acreditado sempre que eu era capaz, por todo o amor, carinho e afeto que permeiam nossa convivência, por ser inspiração e fonte de abraços na madrugada quando a insônia me dominava. “Eu te amo” não diz tudo, mas é o que procuro assegurar todos os dias de nossa (r)existência. Uma vez, vi num programa de televisão que a luz das estrelas que vemos viajam muitos anos até chegar a nós, e que quando olhamos para o céu estrelado, na verdade, estamos olhando para o passado. Guardei isso por muito tempo, sem realmente entender. Para ser sincera, até hoje o universo guarda mistérios incompreensíveis para mim. Ainda assim, mesmo dentro da nossa minúscula existência, posso perceber que amá-la não é um fato isolado, que essa luz se propagou a partir das nossas experiências e que os sons dos nossos “te amo” diários viverão muitos anos depois de nós.

Os livros me salvam. Eles sempre me salvaram. Desde criança, os livros me levaram a lugares incríveis e sou grata imensamente àqueles e àquelas que se dedicam à literatura e à construção do conhecimento. Essa dissertação, como não poderia deixar de ser, faz parte de quem sou e do que fui me construindo durante a vida. A tecitura de mim ainda tem muitos nós pela frente, espero eu. Nesse período de pandemia, os livros foram essenciais para me equilibrar e me impulsionar. Nos últimos anos tenho me dedicado a conhecer (mais) a literatura com personagens LGBTQ+, talvez como uma forma de alimentar uma ânsia antiga, já que via poucas representações nas mídias desses personagens, a maioria carregando histórias prevalentemente de dor e sofrimento. Acho que todas as histórias merecem ser contadas, mas as alegres eram escassas até pouquíssimo tempo atrás. Hoje, felizmente, temos muitas e muitas histórias diversas e incríveis, inclusive de autores nacionais, que mostram que ser LGBTQ+ é muitas coisas além de dolorido, e que não precisa ser assim sempre. Espero que as gerações futuras possam sorrir com o coração quentinho ao se verem representadas de forma sensível em histórias de amor, amizade, liberdade, descobertas de si e do mundo, conquistas, e muitas outras, além das de resistência.

Agradeço imensamente às pessoas que se dispuseram a ser entrevistadas e que, com suas experiências, possibilitaram a realização desta pesquisa. Suas

histórias me tocaram profundamente e me guiaram nesse processo de escrita. Obrigada pela confiança em dividir comigo suas vivências. Por último, agradeço de coração às demais pessoas de minha convivência, amigos, colegas de trabalho e agregados, que me apoiaram e compreenderam minhas ausências, mesmo os que não entendem muito bem os processos acadêmicos. A todos vocês que torceram por mim, meu muito obrigada!

*“[...]which when I did behold
I fell a-weeping, and I cried, ‘Sweet youth,
Tell me why, sad and sighing, thou dost rove
These pleasant realms? I pray thee speak me sooth
What is thy name?’ He said, ‘My name is Love.’
Then straight the first did turn himself to me
And cried, ‘He lieth, for his name is Shame,
But I am Love, and I was wont to be
Alone in this fair garden, till he came
Unasked by night; I am true Love, I fill
The hearts of boy and girl with mutual flame.’
Then sighing, said the other, ‘Have thy will,
I am the love that dare not speak its name.’”¹*

¹ “Quando o vi, para ele gritei, desconsolado:
Amável jovem, diz-me por qual razão
andarilhas por este reino encantador
tão triste e suspirante? Conta de antemão,
qual é teu nome?’ E ele diz: ‘Meu nome é Amor’.
De imediato, o primeiro se voltou para mim
e gritou: ‘Ele mente, pois Vergonha é seu nome!
Amor sou eu, e estava habituado a neste jardim
andar sozinho, até que ele veio sem que a noite
o convidasse. Sou o Amor verdadeiro,
que queima mutuamente o rapaz e a moça.’
E diz o outro, suspirante, ‘Pois como queiras,
eu sou o amor que não se atreve a dizer seu nome.’”
(Trecho do poema *Two Loves* de Lord Alfred Douglas, em tradução livre)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a experiência profissional de trabalhadores e trabalhadoras LGBTQ+ que estão inseridos no mercado de trabalho, mais especificamente na área administrativa de universidades e faculdades públicas e privadas da cidade de Teresina-PI. Nesse sentido, busca-se entender se esses profissionais se sentem confiantes para expor sua orientação sexual ou identidade de gênero em seu ambiente laboral, como é sua relação com chefe e colegas, se têm encontrado acolhimento e oportunidades de desenvolvimento profissional igualitárias ou se relatam sofrer qualquer tipo de discriminação. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi produzida através de estudo bibliográfico e realização de entrevistas semiestruturadas com as pessoas selecionadas, definidas pela técnica de amostragem “bola de neve”² e analisadas através do método de interpretação de sentidos. Partindo de uma perspectiva epistemológica feminista e decolonial, são apresentados os conceitos de gênero e sexualidade, bem como debatidas as particularidades inerentes ao mercado de trabalho, sua relação com o gênero, a diversidade sexual e a raça/etnia e como isso afeta esses trabalhadores. Os principais autores que embasam esta pesquisa são Raewyn Connell, Daniel Borrillo, Marco Aurélio Máximo Prado, Eve Sedgwick, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Maria Lugones, Oyèrónké Oyěwùmí, entre outros. Aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da UFPI, foram entrevistados 7 trabalhadores administrativos LGBTQ+ de universidades/faculdades públicas e privadas, no período entre julho e agosto/2019. A análise dos dados se deu a partir da elaboração de um mapa das respostas dos/das entrevistados/das e a escolha dos eixos temáticos mais significativos encontrados nas experiências relatadas. Em sua maioria, foram reportados casos de discriminação com prevalência de violência psicológica, como piadas, brincadeiras pejorativas e comentários inoportunos. Embora velada e não direcionada aos/às entrevistados/das de forma mais incisiva, a violência foi tida como recorrente. Foram reportados casos de agressão física e assédio sexual, inclusive relacionados à orientação sexual dos/das entrevistados/as. Foram relatados ainda casos de assédio moral, não relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero, depressão, ansiedade, uso de álcool e drogas, alguns desses relacionados, mesmo que de forma indireta, com as pressões do ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidades. Decolonialidade. LGBTQ+. Trabalho.

² *Snowball sampling.*

ABSTRACT

This research aims to analyze the working experience of LGBT+ workers that have been working, more specifically, in the management field of public universities and private colleges in Teresina-PI. It is sought to comprehend whether these workers feel confident to expose their sexual orientation or gender identity once they are inserted in those workplaces, as well as what is like their relationship with bosses and workmates, whether they have felt welcomed yet found equality opportunities of self-development or either if they claim to suffer any kind of discrimination. The research, defined as qualitative, was produced through bibliographic research and semi-structured interviews made with pre-selected people. The interviews were built using the snowball sampling technique also they were being analyzed through interpretation of senses methodology. Firstly considering a feminist epistemological and decolonial perspective to present the gender and equality concepts well as are debated the particularities inherent from the labor-market, its relations with gender, sexual diversity and race/ethnicity and how all of these affect these workers. The main authors used in this research are Raewyn Connell, Daniel Borrillo, Marco Aurélio Máximo Prado, Eve Sedgwick, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Maria Lugones, Oyèrónké Oyěwùmí among others. This research was approved by the UFPI Ethics Committee, seven LGBT+ administrative workers of public and private universities/colleges were interviewed from July and August 2019. The data analyze was made starting from a map with the interviewed answers and the choosing of the thematic axes was based on meaningful reported experiences given. Largely were reported discrimination situations prevailing psychological violence, such as jokes, pejorative jokes and inappropriate comments. Though it was veiled and not directly spoken toward the interviewed in a more incisive way, this kind of violence has been reported as recurring. It were reported Physical aggression and sexual harassment including those one related to the interviewed sexual orientation. Psychological harassment not related to sexual orientation or gender identity was also related. Depression, anxiety, drugs and alcohol abuse are related, may not directly, to work environment pressure.

Key words: Gender. Sexualities. Decoloniality. LGBT+. Work.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ADI – Ação Direta por Inconstitucionalidade

ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental

ADO – Ação Direta por Inconstitucionalidade por Omissão

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CLT – Consolidação das Leis de Trabalho

FASUBRA – Federação dos Sindicatos de Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

GGB – Grupo Gay da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IVLC – Índice de vulnerabilidade LGBTQ+ à Covid-19

LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais

MML – Movimento Mulheres em Luta

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

RJU – Regime Jurídico Único

SIM – Sistema de informações sobre mortalidade

SINAN – Sistema de informação de agravos de notificação

STF – Superior Tribunal Federal

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: EPISTEMOLOGIA E SUJEITOS SOCIAIS DA PESQUISA.....	30
1.1 A VISÃO FEMINISTA NA CIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL.....	30
1.2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA: OS CAMINHOS DO FAZER CIENTÍFICO.....	45
1.3 APRESENTANDO AS PESSOAS ENTREVISTADAS NA PESQUISA	51
CAPÍTULO II – GÊNERO, SEXUALIDADE E DECOLONIALIDADE	60
2.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LGBTQ+: GÊNERO E SEXUALIDADE COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE	60
2.2 PERSPECTIVAS FEMINISTAS DECOLONIAIS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	80
2.3 O ARMÁRIO E AS RELAÇÕES DE PODER: UM ENTRELAÇE DAS VIVÊNCIAS DAS PESSOAS LGBTQ+	93
CAPÍTULO III – AVANÇOS E DESIGUALDADES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO....	103
3.1 DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	103
3.2 DIVERSIDADE SEXUAL E AS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	109
CAPÍTULO IV: EXPERIÊNCIAS EM CAMPO.....	118
4.1 BREVE ANÁLISE E PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS	118
4.2 SAÍDA DO ARMÁRIO NO TRABALHO: O DESVELAR-SE DITO E NÃO DITO	123
4.3 RELAÇÕES COM O CHEFE, COLEGAS E PÚBLICO EXTERNO: A REALIDADE DO COTIDIANO.....	128
4.4 DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E DIREITOS TRABALHISTAS: A BUSCA PELA EQUIDADE.....	138
4.5 RELATOS DE AGRESSÃO FÍSICA E ASSÉDIOS MORAL E SEXUAL.....	139
4.6 RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES: OS AFETOS EM EVIDÊNCIA	142
4.7 PROCESSOS DE RESISTÊNCIA: DORES, LUTAS E SOBREVIVÊNCIA.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
APÊNDICE	175
ANEXOS.....	179

INTRODUÇÃO

“Com dois canos pra mim apontados
Ousaria te olhar, ousaria te ver
Num insuspeitável bar, pra decência não nos ver
Perigoso é te amar, doloroso querer
Somos homens pra saber o que é melhor pra nós
O desejo a nos punir, só porque somos iguais
A Idade Média é aqui
Mesmo que me arranquem o sexo,
Minha honra, meu prazer
Te amar eu ousaria”³

A ativista Malala Yousafzai é conhecida mundialmente por sua luta pela educação das meninas do Paquistão. Ela sofreu uma tentativa de assassinato aos quinze anos, da qual, felizmente, sobreviveu e hoje é símbolo da luta pelos direitos humanos, tendo se tornado a pessoa mais jovem a ganhar um prêmio Nobel da Paz. Em seu discurso de agradecimento, disse: “eu conto a minha história não porque ela seja única, mas principalmente porque não é”⁴. A força de suas palavras inspirou diversas pessoas ao redor do mundo e posso dizer que também me admirei da coragem daquela jovem que desafiou o Talibã. Ainda que Malala tenha se referido, na ocasião, à defesa dos direitos das meninas e mulheres de seu país, intrigou-me o poder que há em se contar histórias e experiências de vida daqueles que sofrem qualquer tipo de opressão.

Contar histórias me fascina muito antes do discurso de Malala, é algo que sempre quis fazer. Desde muito nova me apeguei aos livros e sonhei com eles. Já adulta, percebi que as histórias não-ficcionais poderiam ser mais assustadoras que quaisquer outras. Somos bombardeados diariamente com histórias de horror publicadas pela mídia: assassinatos, latrocínio, feminicídio, desvio de recursos, epidemias, guerras, etc. Desses, os que mais me abalam são os crimes de ódio, que perpetuam machismo, racismo, misoginia, homofobia, xenofobia, capacitismo, discriminação etária, intolerância política ou religiosa, entre outros.

Tais crimes existem porque alguém não pode viver sem ter controle sobre o outro, sobre com quem se relacionam, seu corpo, suas opiniões políticas, sua maneira

³ Jorge Vercilo, 2000. Música “Avesso”.

⁴ DR. HELIO DIAS - IVEPESP. Discurso Malala Yousafzay na ONU Legendado. Disponível em: <https://youtu.be/FMA36GyoU5o>.

de ser, de pensar, vestir-se, portar-se, por ter uma fé diferente da sua, algum tipo de deficiência física ou mental, por ser criança, jovem ou idoso, por morar em um país diferente do seu, enfim, simplesmente porque alguém não consegue tolerar que o outro exista.

Quando iniciei a pesquisa, acompanhando dados de violência contra pessoas LGBT+, lembrei da história de Natasha, a quem dedico este estudo. Eu a conhecia desde criança, pois ela morava no mesmo bairro periférico que morei por muitos anos, frequentando, inclusive, minha casa e a de vários amigos. Natasha era uma travesti conhecida por todos no bairro, uma mistura de traços de negra e indígena, cabelos escuros, nos ombros, *mignon*, olhos castanhos e doces. Parece até que posso ouvi-la me chamando de “meu amor”, com a voz rouca, sempre que me via. Era comum vê-la nos *trailleurs* da praça, a boca carnuda pintada de vermelho manchando o copo em que tomava sua cerveja, ao mesmo tempo que fumava seu cigarro e puxava conversa com quem a conhecia, com a simpatia que lhe era marcante. Natasha morava com três tias, uma irmã e um sobrinho, numa casinha de conjunto. Ela não tinha emprego fixo, fazia bicos, faxinas e lavava roupas para sobreviver.

Naquela época, o estigma da travestilidade era ainda mais profundo do que é hoje. Existia um grupo de travestis bastante conhecido por todos no bairro, que era alvo de muitos ataques verbais e piadas preconceituosas, mas que resistiam e se fortaleciam juntas. Uma delas, com quem ainda tenho contato, ajudou-me a lembrar detalhes do crime bárbaro que Natasha sofreu. Em 15 de março de 2002, uma segunda-feira, acordamos com a notícia que o corpo de Natasha havia sido encontrado num matagal, já começando a se decompor. Ela tinha sido vista pela última vez numa festa de forró que tinha corriqueiramente no bairro, de sábado para domingo, e estava desaparecida desde então. Natasha, aos 23 anos, foi assassinada de maneira cruel: espancada, estrangulada e agredida sexualmente.

No período em questão, não se falava em homotransfobia, mas para todos que a amavam ficou bem óbvio que sua orientação sexual e identidade de gênero foram os motivos pelos quais ela foi assassinada. Esse crime me abalou profundamente, pela proximidade, por ser alguém que eu gostava, pelo motivo torpe e pela forma cruel com que foi executado. Eu tinha apenas 16 anos, mas me indignei e sofri muito com a realidade terrível que vi de perto. Seu assassino nunca foi condenado, embora fosse

conhecido; foi morto anos depois, possivelmente vítima de uma briga entre gangues ou algum acerto de contas.

A amiga que me ajudou a lembrar detalhes do ocorrido (pois na época não era comum o acesso às mídias digitais, o que faz que não haja nada documentado na internet sobre o crime), formou-se recentemente e se tornou a primeira mulher trans a exercer sua profissão no estado. Quando soube de sua conquista, que foi amplamente noticiada por conta de seu ineditismo, fiquei muito feliz, mas também triste, pois lembrei de Natasha e de todas as possibilidades que morreram junto com ela. Sua risada escandalosa nunca mais floresceu. Ela não teve oportunidade de descobrir novos interesses ou celebrar conquistas, dela e de amigas.

Infelizmente, a história de Natasha não é única, como a sua existem muitas outras. Tais histórias, que nos chocam pela violência, são mais comuns do que imaginamos e se repetem cotidianamente; é possível vê-las facilmente nos programas televisivos e sensacionalistas locais. Servem para alavancar a audiência dos que se alimentam da barbárie e lucram com elas, mas pouco ou nada esses programas fazem para mudar essa realidade. São histórias tristes que nos comovem, mas caem no esquecimento, pois são tantas que acabamos não conseguindo gravar mais que algumas. Cada uma à sua maneira, são as histórias de tantos que vivem invisibilizados e em duras realidades que também merecem ser contadas. Histórias de luta e resistência, de quem ficou pelo caminho e quem, contra todas as impossibilidades, conseguiu sobreviver.

As violências contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais – LGBT+⁵ são um grave problema social que assola não só nosso país, mas, de uma forma bastante profunda, também a ele. Essas pessoas estão presentes nos diferentes grupos de convivência social e formação de identidades e se fazem notar no meio familiar, nas escolas, na igreja, na rua, no posto de saúde, na mídia, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público, etc.

Em 2019, 329 pessoas LGBT+ foram mortas no país por conta de suas orientações sexuais, muitas vezes de forma cruel, violenta e degradante; desses, 297 foram homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%), segundo o relatório anual elaborado

⁵ As identidades que compõem a sigla serão explicadas no Capítulo 1, item 3.

pelo Grupo Gay da Bahia – GGB (2019). Comparativamente aos anos anteriores, observou-se em 2019 uma surpreendente redução das mortes violentas de LGBT+. O ano recorde foi 2017, com 445 mortes, seguido de 2018 com 420, registrando-se, portanto, uma diminuição de 26% face a 2017 e 22% em relação a 2018. Luiz Mott, fundador do GGB, acredita que essa redução se deve mais ao comportamento preventivo da população LGBT+, especialmente ao evitar situações de risco, do que a políticas públicas governamentais (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Em sua maioria, o assassinato de pessoas LGBT+ se dá de forma extremamente violenta. Em 2019, 29,4% das pessoas LGBT+ foram assassinadas a facadas, 21,8% com arma de fogo, incluindo estrangulamento e espancamento, muitas vezes precedidos de tortura e agravados com a carbonização do corpo. Predominaram as mortes de 174 gays (52,8%), seguidos de 118 travestis e transexuais (35,8%), 32 lésbicas (9,7%) e 5 bissexuais (1,5%). Em termos relativos, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas. Esse total de 118 mortes, se referidas a 1 milhão de travestis e transexuais que se estima existir em nosso país⁶, sinalizam que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é aproximadamente 17 vezes maior do que um gay (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Apesar da redução observada nos dois anos anteriores, o relatório GGB – 2019 afirma ainda que tais mortes cresceram incontrolavelmente nas duas últimas décadas: de 130 homicídios em média, no ano 2000, saltou para 260 em 2010, subindo para 398 nos últimos três anos. Isso demonstra que o Brasil segue no topo dos índices de violência e mortandade dessa população. Luiz Mott, aponta ainda que:

A injustiça, falta de solidariedade e discriminação oficial e popular contra os homossexuais é revoltante e ilegal, pois a Constituição Federal garante que ‘todos são iguais perante a Lei’, embora de fato, como disse o então arcebispo de Florianópolis, ‘os homossexuais são gente pela metade – se é que são gente!’⁷. Ainda estamos numa fase em que temos de convencer a opinião pública de que somos seres humanos (MOTT, 2006, p. 515).

⁶ Como não há índices elaborados pelo IBGE, já que o censo nacional não inclui o segmento LGBT+, estima-se, com base em indicadores diversos produzidos pela academia e instâncias governamentais, que existam no Brasil por volta de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de pessoas trans (0,5%) (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

⁷ Dom Eusébio Oscar Scheid, ex-Arcebispo Metropolitano de Florianópolis e do Rio de Janeiro, declarou: “O *homossexualismo* é uma tragédia. Gay é gente pela metade. Se é que são gente!” (MOTT, 2006, p. 514). Grifo para identificar o uso errôneo e pejorativo para se referir a homossexualidade.

Os dados mais recentes, de 2020, do levantamento realizado pelo GGB em parceria com a ONG Acontece Arte e Política LGBTI+, registrou a ocorrência de 237 mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Foram 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%). A pesquisa revelou o aumento das mortes de travestis e mulheres transexuais em relação a 2019, foram registradas 161 mortes de travestis e mulheres transexuais (70%), um número que demonstra a vulnerabilidade dessa população. Foram registradas ainda as mortes de 51 gays (22%), 10 lésbicas (5%), 3 homens transexuais (1%), 3 bissexuais (1%) e 2 homens heterossexuais confundidos com gays (0,4%).

No entanto, observou-se uma redução das mortes violentas de pessoas LGBT+: em comparação a 2019, houve uma queda de 28%. A pesquisa identificou 215 homicídios (90,7%), seguido de 13 suicídios (5,4%) e 9 latrocínios (3,7%). Quanto à causa da morte, predominam as violentas com arma de fogo (42,3%), seguido de armas brancas (23%) e espancamento (9,1%). Referente ao perfil das vítimas, 33% tinham entre 15 e 30 anos e 8% tinham mais de 46 anos, 5 vítimas eram menores de idade. O levantamento identificou 74 pardos e pretos (54%) e 62 brancos (46%) entre os que morreram. O relatório aponta ainda que o Nordeste ocupa o primeiro lugar em número de mortes, com 113 casos; seguido do Sudeste, com 66; depois, vêm as regiões Norte e Sul, com 20 mortes cada. No Centro-Oeste foram registradas 18 mortes. Os municípios mais violentos foram Fortaleza (20 casos), São Paulo (10 casos), Belo Horizonte e Manaus (com 6 casos cada), seguidos de Natal e Salvador (com 5 casos cada).

Outro dado relevante observado foi em relação à ocupação das vítimas, o relatório demonstrou que 44,66% eram profissionais do sexo, seguidos de cabeleireiros/as (10,67%), professores/as (8,73%), autônomos/as (2,91%), entre outros. Segundo o relatório, esse dado reflete “o grau de exclusão e violação de direitos básicos como saúde, educação e cultura para uma ampla parcela da comunidade LGBTI+ brasileira, sobretudo, das travestis e pessoas transgêneros” (MOTT *et al.*, 2021). O relatório chama atenção ainda para o fato de que:

Em 2020, apesar de registrar-se um número de mortes [homicídios, suicídios e latrocínios] significativamente menor que o ano anterior [2019], alerta-se

para a subnotificação e os efeitos provocados pela pandemia do Novo Coronavírus [SARS-CoV-2 - *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*] que intensificou ainda mais o isolamento de muitos LGBTI+, tendo em vista que dada população já era impactada pela falta de sociabilidades, referências e espaços. (MOTT *et al.*, 2021, p.10)

A pandemia reduziu a mobilidade de grande parcela dos brasileiros que foram obrigados a seguir as medidas obrigatórias de contenção da doença, incluindo o isolamento social, que indica aos grupos sociais em geral a permanecerem em suas residências, salvo a população que trabalha com serviços essenciais. Parte da população LGBT+ vive situações familiares difíceis, o que os coloca em posições ainda mais vulneráveis, seja com a necessidade de conviver com uma família LGBTfóbica ou com a necessidade de sair de casa, por conta dos conflitos. O relatório alerta ainda que:

Apesar da redução quantitativa, ressalte-se que não existem motivos reais e factíveis para se comemorar, a redução no número de mortes motivadas pela LGBTIfobia não se deu pelo incentivo do Estado na promoção de políticas públicas de inclusão e proteção desse segmento, mas sim, por uma oscilação numérica imponderável e pela enorme subnotificação identificada durante as buscas, pesquisas e registros e também pelo desmonte – a partir de 2018 – dos investimentos em políticas públicas, campanhas de incentivo à denúncia e proteção às vítimas. (MOTT *et al.*, 2021, p.10)

O dossiê sobre o lesbocídio⁸ no Brasil expõe que, em 2017, foram registradas 54 mortes de lésbicas no Brasil. Houve aumento de mais de 237% no número de casos de 2014 para 2017 e de 80% em relação ao mesmo período do ano anterior. As autoras apontam que foi o maior número de casos de suicídios registrados em toda a história das pesquisas sobre lesbocídios no Brasil: 19 casos só em 2017, representando 32% dos suicídios de toda a comunidade LGBT+ no Brasil naquele ano. Do total de mortes, 53% delas estão na faixa etária que compreende os óbitos ocorridos até os 24 anos. Em 54% dos casos, as lésbicas assassinadas e suicidadas eram não-feminilizadas⁹, em 43% dos casos elas eram negras. A maioria dos

⁸ O termo lesbocídio é proposto pelas autoras do dossiê como “forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito, em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia” (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 19). Portanto, elas definem o termo como “a morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 19).

⁹ O termo “não-feminilizada” é utilizado pelo Dossiê e o reproduzi conforme o relatório. Apesar de compreender que a intenção das autoras é caracterizar mulheres lésbicas que não se enquadram nos

assassinatos registrados em 2017 ocorreram em vias públicas, contabilizando 71% dos casos; as demais mortes ocorreram dentro das residências das vítimas. Em 35% dos casos, o autor do assassinato foi alguém com vínculos afetivos e/ou familiares com a vítima (pais, primos, amigos, ex-parceiros/as, etc.); sendo que dos assassinatos, 83% das mortes foram causadas por homens (PERES; SOARES; DIAS, 2018).

O mapa da violência de gênero, elaborado pela Gênero e Número (2019), numa plataforma interativa inédita, traz importantes informações sobre a violência de gênero, inclusive contra pessoas LGBTQ+, coletadas a partir de dados do SIM/DATASUS (Sistema de informações sobre mortalidade) e SINAN (Sistema de informação de agravos de notificação). O SIM foi criado pelo DATASUS para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no país. A partir da instituição do SIM foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível produzir estatísticas de mortalidade, construir indicadores de saúde, bem como fazer análises estatísticas, epidemiológicas e sociodemográficas.

Já o SINAN, registra e investiga casos de doenças e agravos que fazem parte da lista nacional de doenças de notificação compulsória. A utilização efetiva do SINAN, por parte de agentes de saúde, permite a realização de diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo, assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica.¹⁰

Em 2017, o ano mais recente com dados disponíveis nesses sistemas de saúde para análise, segundo consta na Plataforma Gênero e Número (2019), foram registrados 225 casos de violência contra LGBTQ+ por dia no Brasil, com prevalência para violência física em 76% dos casos. Os casos de violência sexual foram 8% dos casos de violência contra pessoas trans e 4% contra pessoas homo/bi. Chegaram ao

estereótipos de “feminilidade” baseados no senso comum, também é possível refletir, criticar e ressignificar essas normas. Portanto, registro aqui a necessidade de se buscar termos que rompam com esse pensamento caricato e equivocado sobre mulheres lésbicas e suas expressões de gênero.

¹⁰ Informações obtidas nos sites do SINAN <https://portalsinan.saude.gov.br/> e DATASUS <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>.

sistema, em média, 11 casos de violência contra pessoas trans e 214 casos de violência contra pessoas homo/bi no país, a cada dia de 2017.

A taxa nacional de violência contra pessoas trans em 2017 foi de 2 casos a cada 100 mil habitantes. Tocantins, Roraima, Acre, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Amapá, Alagoas e São Paulo ficaram acima da média nacional. Paraná, Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Piauí tiveram taxa igual à nacional. Já Amazonas, Rondônia, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Paraíba tiveram um caso a cada 100 mil habitantes. Por fim, Pará, Ceará, Maranhão, Distrito Federal e Sergipe tiveram menos de um caso por 100 mil habitantes no estado.

O Mato Grosso do Sul figurou como o estado com a maior taxa de violência contra pessoas homossexuais e bissexuais, 91 casos a cada 100 mil habitantes, mais do que o dobro da taxa nacional, que foi de 41 por 100 mil. Acima da taxa nacional ficaram também Minas Gerais, Paraná, Tocantins, Acre, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Roraima. Tiveram taxas menores do que o conjunto do país Pernambuco, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Amapá, Alagoas, Piauí, Amazonas, Rondônia, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Bahia, Pará, Maranhão e Sergipe.¹¹

Em janeiro de 2021, no mês da Visibilidade Trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA lançou o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras (2021), relativos aos dados de 2020. O documento apontou que o Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo: passou do 55º lugar de 2018 para o 68º em 2019 no *ranking* de países seguros para a população LGBTQ+. Somente nos dois primeiros meses de 2020, o Brasil apresentou aumento de 90% no número de casos de assassinatos de pessoas trans em relação ao mesmo período de 2019. Em 2019, foram 20 casos no referido período, enquanto em 2020 foram 38 notificações, o maior índice dos últimos quatro anos.

O dossiê aponta a contradição de que, durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinato de pessoas LGBTQ+ - no geral - diminuiriam, como aconteceu com outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado

¹¹ É possível verificar essas e outras informações na plataforma virtual da Gênero e Número, através do link: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/lgbt/>.

em muitas cidades/estados. No entanto, ao contrário do esperado, o assassinato de pessoas trans aumentou, revelando um cenário no qual os fatores sociais se intensificaram e têm impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, uma vez que a maioria não conseguiu acesso às políticas emergenciais do Estado devido a precarização histórica de suas vidas.

Os dados apresentados no Dossiê da ANTRA (2021) não refletem exatamente a realidade devido à subnotificação do Estado, assim como a ausência de dados governamentais. Isso, na concepção da ANTRA, demonstra que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação à forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans. Esse panorama reforça a importância do trabalho de monitoramento, incidência política e denúncias a órgãos internacionais, realizado pela ANTRA, que, desde seu início, tem se firmado como uma importante ferramenta na construção de dados e proposição de elementos que impactam a forma de combate à violência transfóbica em nossa sociedade.

A ANTRA (2021) denuncia ainda que, mesmo diante desse cenário e da constante cobrança por parte dos movimentos sociais, não houve nenhum projeto específico de apoio à população LGBTQ+ para o enfrentamento da pandemia e dos dados apresentados. Estes, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios de pessoas trans, em especial para a proteção das trabalhadoras sexuais, que representam 90% da população trans; assim como o acesso às políticas de assistência, e outros fatores que colocam essa população como o principal grupo que tem suas existências precarizadas, expostas a diversas formas de violência, e a mortes intencionais no Brasil.

Apesar de alarmantes, os números apresentados nas pesquisas citadas possivelmente são maiores, tendo em vista que nem todas as agressões culminam em atendimento médico de urgência e emergência ou registros de ocorrências criminais. Além disso, é grande o número de subnotificações, muitas dessas violências caem na vala de crimes de agressão comum, sem que se dê nome a elas.

É preciso enfatizar que todos os dados que temos no Brasil não são oficiais, pois o governo não criou mecanismos para mapear essas informações, sendo tais dados resultados de estudos independentes de grupos e associações que defendem direitos de pessoas LGBTQ+.

Os crimes de ódio contra pessoas LGBTQ+, além de constituírem desrespeito aos direitos humanos não ocorrem apenas sob a forma de homicídios e agressões físicas, mas também por atos de violência moral e psicológica, que acabam culminando em abandono e exclusão familiar, evasão escolar, precarização do trabalho, comprometimento da saúde mental, entre outros. Essas violências não se dão de forma isolada, mas se reproduzem em diversas esferas sociais, provocando a estigmatização e a marginalização do indivíduo LGBTQ+.

Apesar dos casos brutais, culminados em mortes, terem mais visibilidade, não devemos esquecer que a discriminação possui múltiplas facetas, visto que a violência é exercida de diversas formas, por exemplo, agressões simbólicas e verbais que tentam infiltrar uma ideia de imoralidade e desqualificação dos indivíduos por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Sobre o significado da violência, Heleieth Saffioti (2004, p. 74) afirma que “as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral”. É o que percebemos através das piadas, brincadeiras, músicas e discursos heterossexistas reproduzidos o tempo todo em nossa sociedade. Ainda que passem despercebidos pela maioria da população, acumulam-se de forma a estabelecer e perpetuar a estrutura dominante.

Embora a luta das pessoas LGBTQ+ para viver bem com a sua sexualidade ocupe, em geral, uma parcela significativa de suas vidas, elas não vivem apenas disso. São pessoas comuns, como quaisquer outras, que têm que se preocupar com o aluguel e as contas no final do mês, que estudam, trabalham, se divertem, se apaixonam, se decepcionam e também contam as suas histórias. No entanto, são pessoas que possuem muito mais medo do que seria aceitável numa sociedade que se preocupasse com elas, de que suas histórias acabem se tornando notícia de mais um horror cotidiano.

Para as histórias dessas pessoas, apoio familiar, educação formal e possibilidade de conseguir um trabalho digno são fatores muitas vezes decisivos quando levantamos questionamentos acerca de que posições elas ocupam na sociedade e certamente influenciam na dificuldade que grande parte dessa população encontra para se inserir no mercado de trabalho. É fato que o trabalho é um marcador social importante para todas as populações ao longo da história, no entanto, se torna vital para as que foram – e continuam sendo – historicamente marginalizadas.

As pessoas LGBTQ+ fazem parte desse escopo, posto que sua situação de exclusão social se propaga desde o abandono escolar até o mercado de trabalho mais precarizado ou, pior ainda, como no caso das travestis e transexuais: mais de 90% se prostituem por não conseguir empregos, mesmo com bons currículos, como aponta o estudo sobre a comunidade LGBTQ+ no mercado de trabalho, realizado pelo Painel BAP, Etnus Consultoria e Planejamento e a EmpregueAfro (2017). Outros dados importantes desse estudo demonstram que 41% de trabalhadores LGBTQ+ afirmam ter sofrido discriminação no trabalho por conta de sua orientação sexual e que 33% das empresas não contratariam pessoas LGBTQ+ para cargos de liderança.

Uma investigação ainda mais recente sobre o mercado de trabalho para pessoas LGBTQ+ no Brasil, realizada pela LinkedIn (2019)¹², a maior rede social que engloba profissionais de todo o mundo, concluiu que 35% dos entrevistados LGBTQ+ já sofreram algum tipo de discriminação velada ou direta no ambiente de trabalho. Embora a referida pesquisa aponte um número um pouco menor que a citada anteriormente, ainda figura um índice significativo. A maior parte dessa discriminação relatada no estudo foi feita diretamente por colegas, no entanto, cerca de 12% dos entrevistados afirmam que sofreram discriminação direta ou velada por líderes das empresas, incluindo gestores, sendo que piadas e comentários homofóbicos foram os mais citados entre as formas de discriminação. Das pessoas heterossexuais entrevistadas que tinham algum colega homossexual, 33% afirmaram ter presenciado algum tipo de discriminação com profissionais LGBTQ+ no ambiente de trabalho. Destes, 17% disseram que o episódio ocorreu nos últimos 6 meses, 8% no último ano e 8% há mais de um ano.

¹² O levantamento foi feito com mais de mil profissionais LGBTQ+ e heterossexuais de diversos setores e regiões do país e faz parte da campanha #ProudAtWork (Assumido, com orgulho), que visa o debate sobre o tema.

Não é exagero dizer que a homossexualidade, assim como as demais formas de orientações sexuais e identidades de gênero, são tema constante de hostilidade e desprezo, especialmente por meio de piadas, estereótipos caricaturais, linguagem, representações no imaginário social, entre outras. Conforme os números apresentados demonstram, é possível assegurar que tal situação se estende também ao campo do trabalho. É perceptível que vem crescendo o número de empresas que abrem espaço para pessoas LGBT+ e buscam avançar em discussões sobre o assunto, mas ainda não podemos afirmar que estamos próximos de oportunidades similares a heterossexuais e LGBT+ e, em geral, os estudos apontam que a estas pessoas são oferecidos cargos que não ocupam posições de liderança.

É preciso refletir também a respeito das exigências feitas aos cargos para as pessoas LGBT+. Questões ligadas à performatividade de gênero¹³, a exemplo de certos padrões de comportamento, vestimenta, aparência, trejeitos, considerados inadequados que impactam diretamente em suas carreiras profissionais. É, no mínimo, contraditório pensar que as empresas e instituições se mostram mais abertas às pessoas LGBT+, desde que não saiam do padrão social heterossexual hegemônico pré-estabelecido. O empregado LGBT+ teme que, desde sua contratação, seja relacionado à sua “saída do armário” ou na forma com que a empresa exige que se porte, passando pela sua própria vivência no ambiente de trabalho. Isso, culmina na política da empresa em lhe conceder benefícios equivalentes aos concedidos aos heterossexuais e em seu comprometimento em proteger este trabalhador de atos discriminatórios.

Nesse sentido, estudos que permitam compreender as dinâmicas sociais relacionadas às pessoas LGBT+ nas empresas e instituições são necessários para se levantar propostas de medidas de prevenção, combate à violência e à estigmatização desse trabalhador na sociedade contemporânea, no intuito de oportunizar condições e acesso ao mercado de trabalho - o mais igualitárias possíveis para essa população. Há trabalhadores LGBT+ fora do mercado de trabalho por inúmeras razões, algumas já citadas, inclusive; mas também existem trabalhadores que estão inseridos nesses ambientes, o que demanda das pesquisas sociais que possibilitem uma melhor compreensão dessa dinâmica, de como se dão essas relações sociais, em que

¹³ Esse conceito será explicado no Capítulo 2, item 1.

aspectos evoluíram e qual a percepção dos trabalhadores acerca de suas experiências.

Como pesquisadora, meu olhar recaiu sobre minha própria realidade. Aqui me apresento como trabalhadora de uma universidade pública federal, bissexual, casada com uma mulher e assumida no ambiente de trabalho, família e sociedade em geral. Em regra, espera-se que as universidades, em seu papel de formar pessoas, busquem ampliar as discussões em ações de equidade, em práticas contra violação aos direitos humanos e que promovam ações afirmativas no combate às diversas formas de discriminação, seja por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero, entre outros. No entanto, trata-se de tema ainda pouco explorado em estudos no Brasil e no Piauí, motivo pelo qual julguei pertinente e necessário compreender em que tipo de ambiente os trabalhadores administrativos LGBTQ+ que trabalham em universidades convivem e como tais experiências os afetam, seja positiva ou negativamente.

Portanto, esta pesquisa buscou desvelar se, mesmo os trabalhadores LGBTQ+ que estão inseridos no mercado, aqui especificados os que atuam na parte administrativa de universidades e faculdades, públicas e privadas, ambientes teoricamente propensos à pluralidade e diversidade de indivíduos e ideias, têm encontrado acolhimento e oportunidades de desenvolvimento profissional ou se ainda se deparam com resistência ou relatam quaisquer tipos de discriminação em seu ambiente de trabalho. Para desenvolver o tema, foram entrevistados sete trabalhadores e trabalhadoras LGBTQ+ de universidades e faculdades, públicas e privadas, no intuito de compreender como se dão as experiências profissionais de trabalhadoras e trabalhadores administrativos LGBTQ+ em ambientes universitários na cidade de Teresina/Piauí.

No primeiro capítulo, irei expor os caminhos metodológicos da pesquisa, com a apresentação da perspectiva epistemológica escolhida e dos métodos e procedimentos utilizados na construção e análise dos dados, além de apresentação das pessoas entrevistadas. No segundo capítulo, debruçarei-me sobre categorias importantes para compreensão da dimensão da construção da identidade. Serão apresentados os conceitos de gênero e sexualidade, através de teóricos e teóricas reconhecidos, como Raewyn Connell, Heleieth Saffioti, Daniel Borrillo, Marco Aurélio

Máximo Prado, Eve Sedgwick, Judith Butler, entre outros. Refletirei ainda acerca da relevância que a figura do “armário” assume na vida de pessoas LGBTQ+, ao tempo que se entrelaçam com as relações de poder na sociedade. Buscarei também compreender as dinâmicas que influenciam as construções sociais de gênero mediante os conceitos de decolonialidade e racismo, a partir da perspectiva de autoras como Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Maria Lugones, Oyèrónké Oyěwùmí, Camila Gomes e mais.

O terceiro capítulo irá relacionar o trabalho com a experiência profissional de pessoas LGBTQ+, bem como tratar da importância da diversidade sexual e de gênero nos ambientes corporativos. No quarto capítulo, adentrarei na análise das experiências dos/das entrevistados/das e suas percepções quanto a essas vivências, extraíndo de suas similaridades e diferenças os sentidos das falas destacadas e contextualizados segundo categorias interpretativas.

Olhar para as pessoas LGBTQ+ trabalhadoras de universidades tem o intuito de trazer visibilidade ao que vivem, entender suas nuances, ouvir suas experiências com acuidade e empatia. Romper armários na realidade da vida às vezes não é possível, uma vez que nem sempre se tem condições emocionais, psicológicas e materiais para isso. Romper armários significa ser radicalmente livre. Mas o que isso expressa de fato, na prática? Lembro-me da definição que Nina Simone¹⁴ dá sobre o tema: “liberdade é apenas um sentimento [...]. Eu te digo o que liberdade significa para mim: nenhum medo! Realmente nenhum medo. Se eu pudesse ter isso por metade da minha vida... É algo que realmente se sente. Como um novo jeito de enxergar”¹⁵. Infelizmente, o medo ainda é muito presente na vida de pessoas LGBTQ+, no entanto, nesta pesquisa hastearemos nossas bandeiras em nossos corpos e exporemos nossas dores e alegrias. Desafiaremos a lógica cisheteronormativa ao vestir de orgulho nossos afetos e nossas formas de expressão de gênero.

Ao final deste estudo, espero ter feito jus ao que me foi confiado tão gentilmente pelas pessoas que entrevistei e que eu consiga não apenas contar suas histórias, mas expor como se dão as dinâmicas sociais relatadas nas relações de trabalho, de modo a fornecer subsídios para reflexões sobre a reprodução de desigualdades nesses

¹⁴ Cantora, compositora, pianista e ativista pelos direitos civis de negros e negras norte-americanos.

¹⁵ No documentário “*Nina: a historical perspective*”, de Peter Rodis (1968).

espaços, buscando, através da análise sociológica, que tais histórias não sejam esquecidas, mas se transformem em dados e informações importantes na busca pela diminuição do preconceito e da violação dos direitos humanos da população LGBTQ+. Não posso responder se é possível, de fato, nos sentirmos livres, mas esta pesquisa busca contribuir para que cada vez mais nos enxerguemos de formas diferentes e, com isso, nos dispamos do medo, nos livrando dos armários, em busca da liberdade.

CAPÍTULO I – OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: EPISTEMOLOGIA E SUJEITOS SOCIAIS DA PESQUISA

Este capítulo aborda as escolhas metodológicas que operacionalizaram esta pesquisa. Inicia com uma reflexão epistemológica acerca do fazer científico, tendo como base principal a crítica feminista e decolonial à ciência, situando-me como pesquisadora dentro desse pensamento. Reflete também como se deu a aproximação com a temática debatida e os obstáculos encontrados para transformá-la em realidade.

Logo após, é apresentada a natureza qualitativa da pesquisa, ressaltando os procedimentos utilizados na coleta dos dados, desde o levantamento da bibliografia existente sobre o tema até a construção de novos dados, passando pela escolha da amostragem, elaboração do roteiro, realização das entrevistas, até a forma como foi analisado o que foi produzido.

Por último, serão apresentadas as pessoas entrevistadas, um breve perfil, seus codinomes e demais informações relevantes para que se possa compreender as experiências que reportaram.

1.1 A VISÃO FEMINISTA NA CIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

“Por que escrevo?
Porque eu tenho de
Porque minha voz,
Em todos os seus dialetos,
Tem sido calada por muito tempo”¹⁶.

A realidade dos laboratórios da vida real, com escassos recursos e raro reconhecimento, está bem distante da compreensão da maioria das pessoas. São poucos e poucas, em nosso país, que têm contato com iniciação científica e oportunidade de conhecer a carreira de pesquisador e pesquisadora. Uma vez, tentei explicar o que é uma pós-graduação para uma pessoa do meu convívio que é

¹⁶ Jacob Sam-La Rose, Poetry, *Sable: the Literature Magazine for Writers*, Winter 2002, p. 60 (apud KILOMBA, 2019, p. 27).

semianalfabeta, em vão. Ela está tão excluída dos espaços de construção do conhecimento formal que nem consegue imaginar o conceito, muito menos o quanto as pesquisas são importantes para o desenvolvimento de nossa sociedade. Apesar de triste, este fato não pode nos paralisar, ele deve nos impulsionar a tentar modificar tal realidade. Aproximar a academia daqueles que estão nos espaços mais marginalizados da sociedade deveria estar entre as prioridades de quem constrói a ciência com um viés social no país.

Comecei a trabalhar numa universidade bastante jovem e, mesmo compreendendo a real necessidade e importância da carreira de pesquisadora, minha experiência se resumia a poucas aulas de laboratório no ensino médio e um trabalho de conclusão de curso, de cunho bibliográfico, não tive muitas informações ou incentivo para que me aprofundasse na carreira de pesquisadora. Não posso tratar minha experiência como universal, óbvio, no entanto, estar entre os que concluem o ensino superior no Brasil ainda está bem distante da realidade da maioria das pessoas do nosso país.

Segundo o relatório *Education at a glance*¹⁷, elaborado pela OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e publicado em 2019, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior completo, enquanto a média dos países que fazem parte da OCDE é em torno de 44%. Em se tratando de níveis mais altos de instrução, como mestrado e doutorado, nos quais se desenvolvem a maioria das pesquisas relevantes, originais e consistentes no país, os números são ainda mais desanimadores: apenas 0,8% das pessoas de 25 a 64 anos no Brasil concluíram o mestrado e 0,2% chegaram ao doutorado, o que nos coloca entre as três piores posições em relação aos 35 países que disponibilizaram dados sobre pós-graduação.

Com índices tão baixos de formação de pesquisadores não é de se estranhar o quão distante da realidade da população está a compreensão acerca da complexidade e importância das pesquisas desenvolvidas no país. Além disso, é preciso entender que, no Brasil, as pesquisas concentram-se nas universidades públicas, compreendendo 80% dos alunos de mestrado e doutorado, e essa área vem

¹⁷ O relatório completo está disponível em: <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>.

sofrendo constantemente em decorrência de cortes na educação, especialmente do ensino superior, com cortes de bolsas, orçamento e investimentos.

O cenário de quando eu ainda estava na graduação não era muito diferente do atual, talvez fosse ainda mais precário. Mesmo quando iniciei meu trabalho em uma universidade pública federal, estive distante da produção científica por muitos anos, consumia as pesquisas que me interessavam, mas tinha dúvidas da minha capacidade de produzi-las. Estava há mais de dez anos fora de sala de aula e tinha inúmeras inseguranças sobre como fazer uma pesquisa, que métodos e caminhos seriam mais interessantes para alcançar meus objetivos, como definir meu objeto e, principalmente, se o que queria pesquisar tinha relevância científica.

A temática de gênero, principalmente de violência contra mulher e pessoas LGBTQ+, sempre foi alvo do meu interesse. Parte dessa disposição advém da opressão estrutural que todas nós, mulheres, vivenciamos, porém, a experiência da militância feminista trouxe uma necessidade de compreensão das teorias formuladas cientificamente no intuito de contextualizar e nominar tais opressões. Apesar do acúmulo prático da militância ter sido primordial para meu amadurecimento pessoal e político – ainda em construção –, o conhecimento a que tive acesso ainda era disperso e não sistematizado. Tenho consciência, entretanto, que essa vivência foi primordial e apurou minha visão crítica no tocante às violências e opressões as quais essas minorias estão expostas.

Acredito firmemente que toda pessoa deve questionar seu lugar no mundo, bem como fazer parte do processo de mudança social que exige. Para tanto, é indispensável consciência política e um profundo conhecimento do sistema estrutural de opressões estabelecido em nossa sociedade. Porém, percebi que já não me bastava fazer parte de coletivos feministas sem buscar contribuir com o conhecimento acadêmico produzido ou pelo menos tentar compreender com maior afinco as engrenagens das estruturas que sustentam a sociedade e suas opressões. A partir de então, entendi que minha ânsia se dirigia para a academia e que eu precisava encarar o desafio de aprender a pesquisar.

Portanto, ter a oportunidade de cursar um mestrado me trouxe conhecimentos imprescindíveis nessa construção. Entendi, nesse percurso, que não nasci pesquisadora, me tornei uma, aprendendo um pouco mais a cada dia: vendo, ouvindo,

lendo, fazendo. Às vezes duvidando de mim mesma, questionando meus métodos, frustrando-me com o quão difícil foi encontrar sujeitos dispostos a contar suas histórias, mas sempre lutando contra todas as vozes que me disseram não ser capaz. Certamente saio dessa experiência transformada. Espero ter chegado ao final dessa jornada contribuindo com a ciência que me proponho a fazer, numa perspectiva feminista, da mulher bissexual, latinoamericana e nordestina que sou, trazendo à tona a possibilidade de releitura da sociedade sob a perspectiva do oprimido, do subalterno. Nenhum olhar é imparcial, desta forma, a objetividade científica só é honesta quando isso está devidamente evidente.

Os estudos de gênero e sexualidades estão sofrendo uma ofensiva ferrenha do conservadorismo, não apenas no Brasil, mas em boa parte do mundo. Governos conservadores têm se replicado em focos de ataques às pautas identitárias e direitos humanos. É fato que o conhecimento produzido sobre e pelas mulheres, negros e negras e pessoas LGBTQ+ sempre foi visto como de menor valor, por tratar de assuntos tidos como não afeitos ao rigor científico, nem dignos de serem contemplados pela ciência, como o cotidiano, a violência doméstica e familiar, as experiências de vida. No entanto, essas críticas têm superado o desprezo acadêmico e partido para ataques às pesquisadoras que se dedicam a produzir conhecimentos através da ótica de quem é e sempre foi oprimido e invisibilizado pela sociedade. Um exemplo típico foram os ataques à Judith Butler em sua visita ao Brasil¹⁸, em 2017, com manifestações contrárias à sua vinda ao país, queima de uma boneca que lhe representava e até mesmo perseguição e insultos proferidos contra ela, no local em que ela palestrou e no aeroporto em que embarcou.

As críticas que as pesquisadoras feministas recebem geralmente são voltadas para o tipo de objeto que lhes interessa, contudo, estas também são acusadas de não agirem com “neutralidade”, de se utilizar da ciência para disseminar um ponto de vista

¹⁸ Refiro-me ao episódio que ocorreu em novembro/2017, no SESC Pompéia, em São Paulo, e que foi notícia em vários jornais e portais. A filósofa norte-americana foi convidada como palestrante de um evento sobre “os fins da democracia”. Antes de sua vinda, foi criado um abaixo-assinado que pedia o cancelamento do evento alegando que ela viria ao país propagar uma suposta “ideologia de gênero”. A petição não surtiu o efeito desejado, mas foi organizada uma manifestação em frente ao local do evento, com participantes que proferiram diversos insultos à autora e queimaram uma boneca que lhe representava aos gritos de “queimem a bruxa!”. Além disso, ela também foi perseguida por um pequeno grupo de pessoas no aeroporto, onde também lhe gritaram ofensas. Apesar das agressões verbais, felizmente ela teve sua integridade física preservada.

subjetivo e maquiado. Muitos sugerem, inclusive, que as feministas não separam a teoria da prática da militância, usando supostamente a ciência formal para justificar seus interesses ideológicos. Esses argumentos têm o intuito de deslegitimar e desqualificar o conhecimento produzido a partir da perspectiva feminista. Outra tática utilizada para atacar o saber construído por esse viés é o de isolar pesquisadoras de gênero aos guetos da ciência, desprezando suas contribuições, duvidando de seus métodos e não reconhecendo sua importância, apesar dos estudos feministas serem significativos, tanto quantitativa como qualitativamente.

Esses argumentos devem ser rejeitados sempre que a oportunidade surgir. O conhecimento construído a partir da contribuição das teorias feministas não se propõe a ser neutro, ele quer apresentar uma perspectiva e deve ser respeitado por sua escolha metodológica. Assumir uma perspectiva é, até mesmo, ser ético e responsável com o fazer científico. Afinal de contas, apesar de todas as intenções que julgaram construir pesquisas “objetivas” e “imparciais”, todas elas partiram de algum lugar, foram analisadas a partir de várias escolhas teóricas e, certamente, isso nunca é ao acaso, mas compreende em grande medida as visões e perspectivas científicas de quem constrói a pesquisa.

Se as pesquisadoras feministas têm seus objetos de pesquisa voltados para as pessoas oprimidas e tais estruturas de dominação, é legítimo que essas contribuições sejam ouvidas e valorizadas. Segundo Gayatri Spivak (2010), o subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida e a tarefa do intelectual pós-colonialista é encontrar meios para que o subalterno possa falar e para que quando ele fale, seja ouvido. Embora não se possa falar pelo subalterno, pode-se criar espaços que desafiem a subalternidade e o instigue a se articular contra a ideologia hegemônica que o oprime.

É preciso estar atenta ainda a outras questões que se demonstram fortemente marcadas dentro das estruturas de dominação sociais, além do gênero, tais como raça, classe, localização geopolítica e econômica. Parte das teorias feministas ainda são marcadas por generalizações que não dão conta de analisar diferentes relações dentro desses parâmetros. Uma mulher branca de classe média que vive na Europa não passa pelos mesmos dilemas de uma travesti negra e pobre que mora numa cidade pequena no interior do Brasil. Portanto, é preciso romper com a rigidez teórica eurocêntrica e produzir conhecimento voltado às nossas realidades. A pesquisa social

que se propõe desafiar as hierarquias dominantes deve romper com o eurocentrismo, base fundamental da colonialidade do saber, pois, de acordo com Aníbal Quijano:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 126).

No entanto, não devemos confundir o processo de decolonização com uma rejeição do conhecimento produzido pelo Norte global, valorizando apenas as teorias e experiências do Sul. Ele pode ser lido como contraponto e resposta à tendência histórica da divisão de trabalho no âmbito das ciências sociais (ALATAS, 2003), no qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica (CONNELL, 2012). As teorias produzidas no Sul ainda têm tido pouco reconhecimento, isso significa que “as experiências sociais e práticas de uma minoria privilegiada da população mundial se tornam a base da teoria, da metodologia e de generalização que dominam a produção de conhecimento no restante do mundo” (CONNELL, 2016, p. 18).

É inegável que diversos autores e autoras, situados tanto nas metrópoles quanto nas periferias da produção do conhecimento, têm questionado o universalismo eurocêntrico e o positivismo epistemológico contidos nas hierarquias das ciências sociais. Essas hierarquias também reproduzem relações de colonialidade do próprio poder, uma vez que, historicamente, as teorias sociais foram predominantemente pensadas no Norte e para o Norte, contribuindo, inclusive, para os processos de dominação e colonização dos povos do Sul. Este, no entanto, não assistiu tal processo de forma passiva, produziu também suas teorias e críticas contra-hegemônicas, ainda que de forma marginal e subalterna. Grada Kilomba, afirma que os conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial e que,

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se 'especialistas' em nossa cultura, e mesmo em nós (KILOMBA, p. 51, 2019).

Grada Kilomba, ao citar Irmingard Staeubele, explica ainda que “o colonialismo não apenas significou a imposição da autoridade ocidental sobre terras indígenas, modos indígenas de produção, leis e governos indígenas, mas também a imposição da autoridade ocidental sobre todos os aspectos, saberes e culturas indígenas” (*apud* KILOMBA, 2019, p. 53). Kilomba (2019) afirma que descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento é uma tarefa além de imensa, urgente.

Dentro dessa perspectiva, é possível compreender que a tentativa de decolonizar a teoria é um dos passos para decolonização do próprio poder. Para Connell (2016), essa é uma questão central nos estudos de gênero, visto que pesquisadoras de gênero do Sul conhecem e dominam o pensamento teórico de pesquisadoras de gênero do Norte e a perspectiva contrária não é verdadeira. As pesquisadoras do Sul são conhecidas apenas em suas regiões de origem, seus textos não são estudados no mundo inteiro nem seus trabalhos se configuram como paradigma para as pesquisas do Norte. Elas são respeitadas como vozes ativistas, porém quase nunca são tratadas como teóricas significativas.

Embora o conhecimento colonial da metrópole tenha sua relevância, tais perspectivas intelectuais por vezes encontram barreiras significativas quando em contato com as realidades da sociedade e da cultura do mundo colonizado e pós-colonial. Os debates sobre o pensamento decolonial e conhecimento local, mesmo que estes raramente deem conta das questões de gênero, são vitais para as análises de gênero. Ao pensarmos sobre os significados políticos destas é necessário que ultrapassemos concepções unitárias sobre o sujeito do feminismo, levando-se em conta que as dinâmicas de gênero tomam formas específicas em contextos coloniais e pós-coloniais, já que estão entrelaçadas às dinâmicas de colonização e globalização. É preciso que compreendamos que a metrópole global é a exceção e não a norma (CONNELL, 2016).

Não podemos esquecer também que a violência generificada teve um papel formador na configuração das sociedades coloniais e pós-coloniais, moldando as

ordens de gênero, a economia e os modelos de masculinidades. O gênero está embrenhado nas estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e nas criações das cidades, é um processo coletivo e dinâmico historicamente, ao mesmo tempo criativo e violento, no qual corpos e culturas estão igualmente em jogo e são constantemente transformados. As análises de gênero feitas no Sul Global colocam a questão da diversidade e a multiplicidade das formas de gênero na esfera da ordem de gênero e das dinâmicas das relações de gênero na sociedade como um todo e não apenas na esfera individual (CONNELL, 2016).

Partindo da minha vivência, contextualizada como uma mulher bissexual, trabalhadora técnico-administrativa de uma universidade pública federal no nordeste do país, para uma experiência coletiva, como militante de movimento social feminista organizado, à época como membro da Executiva Estadual do Movimento Mulheres em Luta – MML, no Piauí, por quase cinco anos, e do movimento sindical, como coordenadora de subseção e filiada ao sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos da universidade em que trabalho, foi possível refletir e observar o quanto a experiência de trabalhadores LGBTQ+ era invisibilizada.

Já minha experiência no campo sindical, tanto local quanto nas oportunidades de encontros, congressos e plenárias nacionais da Federação dos Sindicatos de Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA, a qual o meu sindicato é filiado, alertou-me para a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca das vivências de trabalhadores LGBTQ+ nas universidades, especialmente por conta de diversos depoimentos de casos de assédio moral, sexual e violência psicológica, em várias IES, reportados nesses espaços.

Saí do armário há alguns anos, mas já estava no setor em que trabalho atualmente e, exceto algum comentário ou piada inconveniente de pessoas que não trabalham comigo diretamente, nunca tive nenhum problema mais grave, nunca senti que minha sexualidade tenha influenciado diretamente em meu trabalho. Minha esposa consta em todos os formulários necessários como minha dependente e temos assegurados os direitos que qualquer outro casal heterossexual tem. No entanto, sei que há vários fatores que contribuíram para essa minha experiência positiva e que nem todas as pessoas LGBTQ+ estão nessa mesma situação. Sou uma mulher branca,

cisgênero¹⁹, me aproximo performativamente dos padrões e estereótipos de gênero socialmente estabelecidos, ou seja, minhas roupas, meu cabelo, meu modo de falar e agir, como me apresento em público. Embora minha figura seja transgressora ao seu próprio modo, todas essas características são lidas pelos que me rodeiam, sem sombras de dúvidas, como as de uma “mulher”. Estudei a maior parte do ensino fundamental em instituições privadas e concluí o ensino médio em um Instituto Federal, onde sabidamente os índices de ensino estão acima da média no país em *rankings* nacionais de escolas públicas e até de algumas privadas.

Além disso, pude complementar os estudos em cursinhos que preparavam para o vestibular e de idiomas, que me ajudaram a obter aprovação em cursos superiores de universidades públicas do estado. Tive pais que, apesar das dificuldades, tiveram condições financeiras e psicológicas de me incentivar à leitura e ao posicionamento crítico. Minha formação educacional e as oportunidades que tive ao longo da vida contribuíram fortemente para que eu pudesse ser aprovada em um concurso, assumindo um cargo público aos 20 anos. Com isso, também tive oportunidade de participar de espaços sindicais e de formação política que me propiciaram um posicionamento firme perante as injustiças sociais, inclusive uma postura combativa no ambiente de trabalho, que, embora tenha sido algumas vezes alvo de assédio moral, também me propiciou uma segurança maior para buscar meus direitos, bem como o respeito de meus colegas e superiores.

Por ser uma mulher bissexual e ter me enquadrado durante muito tempo nos moldes da heterossexualidade compulsória²⁰, a descoberta de minha orientação

¹⁹ Diz-se da pessoa que se identifica com a identidade de gênero que lhe foi atribuída ao nascer. O contrário acontece com as pessoas trans.

²⁰ Segundo Adrienne Rich (2012, p. 26): “algumas das formas de o poder masculino se manifestar são mais facilmente reconhecidas do que outras, ao reforçar a heterossexualidade sobre as mulheres. No entanto, [...] as mulheres têm sido convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios. O cinto de castidade, o casamento infantil, o apagamento da existência lésbica [exceto quando vista como exótica ou perversa] na arte, na literatura e no cinema e a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual são algumas das formas óbvias de compulsão, as duas primeiras expressando força física, as duas outras expressando o controle da consciência feminina”. Ainda que o texto se refira expressamente à vivência lésbica, pode-se fazer um paralelo em relação à vivência de mulheres bissexuais, visto que estas sentem atração afetiva e sexual independente de gênero e, muitas vezes, não se apercebem facilmente ou não se permitem viver experiências com outras mulheres, pois são condicionadas estruturalmente na sociedade, desde cedo, a rechaçar ou não reconhecer tais relações. A heterossexualidade compulsória é uma forma de invisibilização e apagamento da sexualidade de mulheres, que se dá da maneira mais sutil à violenta, impedindo ou

sexual veio tardiamente, na idade adulta, depois que já tinha uma carreira estável, amadurecimento pessoal e político para lidar com as situações de preconceito, além de condições financeiras que me garantissem liberdade de ser quem sou sem culpas para, em outras palavras, romper com o armário, com o “mínimo” de sofrimento.

Esse conjunto de variáveis, tenho certeza, contribuiu consideravelmente para que eu tivesse chegado aonde cheguei. Sei também que, assim como os sujeitos que entrevistei, minha história é peculiar, mas também se entrelaça com a de tantos. Não quero, com isso, traçar regras nem generalizar experiências, mas conhecê-las, esmiuçá-las cientificamente, demonstrar o quão imperativo é tornar a ciência um lugar que se ocupe de dores que muitas vezes nos passam despercebidas. Ouvir o que pensam e sentem, analisar suas vivências foi, para mim, muito além da realização da pesquisa, mas uma oportunidade de refletir sobre como nossas vidas são permeadas de singularidades e o quanto é imprescindível que, ao ocupar um espaço de poder ou de conhecimento, eu o utilize de forma a contestar um projeto de sociedade do qual eu discordo, exatamente por ser excludente. Donna Haraway disse, e aqui eu concordo, que “há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos” (HARAWAY, 1995, p. 22).

Num dado momento, olhei ao meu redor e me perguntei quem eram as pessoas LGBTQ+ que também romperam com a opressão e conseguiram vagas no mercado de trabalho relativamente bem posicionadas e, no caso de servidores públicos, até mesmo, estáveis. Que caminhos percorreram para chegar até ali? Onde estão essas pessoas das quais não ouvimos falar ou temos ideias completamente equivocadas e caricatas de suas experiências? Que histórias, medos, dores, alegrias e superações teriam para contar? Percebi, então, que, apesar da militância ativa, eu mesma conhecia bem poucas. Algumas, eu apenas desconfiava. Não encontrei, pesquisando brevemente, literatura que as contemplasse, o que me mostrou ser pertinente e necessário compreender a que tipo de ambiente as pessoas LGBTQ+ que trabalham em universidades estão expostos e como tais experiências as afetam.

Por questões metodológicas, tive que fazer um recorte no meu objeto. Em universidades públicas, os professores são servidores efetivos regidos pelo mesmo

retardando, muitas vezes, um processo que poderia ser natural e aceito como qualquer expressão de sexualidade.

Regime Jurídico Único – RJU que os técnico-administrativos. Já em faculdades privadas, em geral são contratados seguindo as Consolidações das Leis de Trabalho – CLT, mas muitos também são admitidos através de contratos temporários, ainda mais precários. No que pese seus ambientes de trabalho, estes têm uma dinâmica, interação social e até mesmo plano de carreiras bem diferentes, o que me faz acreditar que se traduzam em experiências distintas. Os professores têm como referência a sala de aula e o pessoal administrativo, uma rotina marcada por processos de planejamento e execução do funcionamento institucional e acadêmico.

Observei, ainda, a ocorrência de situações de discriminações, reportadas em vários espaços sindicais e institucionais, frente a uma hierarquia simbólica que povoa o imaginário coletivo das IES, que alimenta uma suposta superioridade dos professores em relação ao pessoal administrativo. É preciso destacar que os professores são maioria dos postos de chefia em ambientes universitários, portanto, nas relações de poder, estão em situação de vantagem. Essas interações fatalmente contribuem para a distinção da experiência profissional destes trabalhadores, o que, pela exiguidade de tempo necessário para a conclusão de uma pesquisa de mestrado, inviabiliza a análise conjunta de suas vivências.

Grada Kilomba defende que fazer pesquisas entre iguais “tem sido fortemente encorajado por feministas, por representar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadores/as e informantes, onde há experiências compartilhadas, igualdade social e envolvimento com a problemática” (KILOMBA, 2019, p. 82-83). Ela discorda do ponto de vista tradicional de que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa. Segundo ela, ser uma pessoa “de dentro” produz uma base rica e valiosa em pesquisas centradas em sujeitos, pois coloca o intelectual não como um sujeito distante que olha para seus “objetos pesquisados” e sim numa posição de subjetividade consciente (KILOMBA, 2019).

Levando em consideração que posso me dizer sujeito de minha própria pesquisa, embora não seja pertinente interpretar minha experiência pessoal como universal, foi preciso conhecer as histórias de outras pessoas para entender como elas lidam com uma possível exposição de sua orientação sexual no ambiente de trabalho. Estou, como teorizou Spivak, abrindo espaço para que as experiências que

me foram confiadas encontrem ouvidos – espero! – atentos. Partindo desse pressuposto, não posso garantir “neutralidade”, nem quero. Objetivo, com este estudo, não falar pelos oprimidos, mas, dentro das minhas limitações e do lugar a que pertenço no mundo, extrair de suas histórias de vida elementos que possam levantar debates na comunidade científica e servir, quem sabe, de ponto de partida para a elaboração de políticas institucionais e, até mesmo, políticas públicas que visem provocar os empregadores e a sociedade acerca de um ambiente de trabalho que seja diverso, acolhedor e propicie o pleno desenvolvimento das habilidades de trabalhadores, inclusive LGBTQ+.

Outro fato que julguei pertinente analisar se refere à natureza dos vínculos trabalhistas dos/das entrevistados/as, é possível imaginar que a estabilidade do setor público proporcione uma maior segurança ao/à trabalhador/a LGBTQ+ para expor sua sexualidade no ambiente de trabalho. Isso, ao julgar pela dificuldade em encontrar pessoas que trabalhassem no setor privado dispostas a participar da pesquisa, é um dado que, de fato, merece atenção. Por essa razão, a tentativa de abarcar as vivências de trabalhadores/as de instituições públicas e privadas foi um balizador importante na condução desse estudo.

É notório que, não apenas mulheres, mas também outras minorias organizadas estão reivindicando cada vez mais uma ciência que as contemple, a si e sua visão de mundo. Essas minorias, embora definidas como tal, são, na verdade, uma parcela significativa da sociedade que continua sendo reiteradamente excluída e marginalizada. No entanto, continuam a reivindicar que sua interpretação do mundo seja ouvida e considerada, continuam quebrando grilhões na marra, arrancando à força o que se negam a lhes dar.

Nesse sentido, considero positiva a quebra das concepções hegemônicas e autoritárias. E, muito além, considero essencial que o fazer científico não esteja mais preso ao Olimpo da comunidade científica, mas que possa estar nas favelas, nas comunidades periféricas, nos territórios rurais, junto aos povos indígenas, com os marginalizados, excluídos e estigmatizados. Essa é a perspectiva científica e metodológica que escolhi e a justifico em cada linha, aprendendo aos tropeços, mas persistindo, evidenciando que o modo feminista e decolonial de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da

pesquisa científica positivista, tendo isso não ao acaso, mas como método intencional, como razão e princípio de ser.

Margareth Rago explica de forma precisa e pontual que:

O feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto. Uma nova ideia da produção do conhecimento: não o cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social, mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto. Reafirma-se a ideia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo (RAGO, 1998, p. 11).

O pensamento feminista trata a subjetividade como forma de conhecimento, o que se choca com o ideal de conhecimento objetivo trazido das ciências naturais para as ciências humanas. O eterno embate sobre quem detém a validade do fazer científico. Ao se deparar com essa perspectiva científica androcêntrica, positivista e hegemônica acabou sendo imperativo, para nós, mulheres, contestá-la, visto que não detínhamos a linguagem, nem os meios, tivemos que lutar por criá-los, justificando e provando que o rigor científico pode passar pela construção de novos significados na interpretação do mundo. É possível, de forma análoga, entender que esse processo se deu de forma similar para negros e negras, pessoas LGBTQ+, pessoas com deficiências, os povos colonizados, para àqueles que não se encaixavam nesses moldes restritos de ciência.

Portanto, dentro dessa perspectiva mais ampla, a epistemologia feminista decolonial critica esse modelo positivista de ciência, que, ao invés de tentar afirmar que as mulheres e povos colonizados podem fazer esse tipo de ciência hegemônica tão bem quanto homens e mulheres do Norte Global, reconhecem que o Sul Global pode fazer ciência a partir de suas perspectivas locais, o que possivelmente trará um outro olhar sobre a sociedade, já que partirão de pontos de vista diferentes, usarão metodologias nem sempre ortodoxas, no intuito de analisar e compreender o mundo de uma forma que a ciência tradicional é incapaz ou indiferente, de forma intencional e consciente.

Essa crítica que a perspectiva feminista decolonial faz à ciência tradicional, quanto às ausências e exclusões é, por si mesma, carregada de significados. Nossas escolhas metodológicas deveriam nos provocar reflexões, inclusive acerca daquilo que escolhemos não fazer. Kilomba (2019) explica que tais experiências revelam a inadequação do academicismo dominante em relacionar-se não apenas com os *sujeitos* marginalizados, mas também com suas experiências, discursos e teorizações, espelhando realidades históricas, políticas, sociais e emocionais das “relações raciais” em espaços acadêmicos.²¹

A diferença entre essas formas de fazer ciência está justamente na honestidade de suas intenções. Aqui as apresento, não reivindico leis gerais e universalizantes, quero, sinceramente, trazer uma perspectiva que está posta na realidade, apesar do desprezo que a elite da intelectualidade possa ter por nossos objetos. Uma das principais críticas que a ciência feminista decolonial faz contra a ciência tradicional repousa na distorção de suas análises, que ocorre desde a elaboração de uma problemática até a interpretação de seus resultados, visto que parte de um modelo de sujeito único, qual seja, homem, branco, europeu.

As discussões sobre a objetividade nas ciências sociais não são novidade no embate epistemológico. No entanto, dentro das ciências sociais, ainda é contestado, sob muitas hipóteses, a ciência elaborada a partir de pressupostos feministas. Para Donna Haraway (1995), a “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18). A autora afirma ainda que a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto e acredita que dessa forma é possível nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.

Haraway (1995), inclusive, é bastante dura contra os postulados acadêmicos não localizados, afirmando que, dessa forma, estes se tornam incapazes de serem chamados a prestar contas²². O cientista não é um ser imaterial, descolado do espaço-tempo, mas um sujeito que ouve, fala, sente, cria e se estabelece no mundo a partir

²¹ Grafia e destaque conforme a autora faz em seu livro *Memórias da Plantação* (KILOMBA, 2019, p. 57-58).

²² No texto “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” (HARAWAY, 1995, p. 22).

de um corpo que se relaciona com outros corpos. Portanto, para a autora, localizar significa identificar as marcas corporais de um discurso.

Ela se utiliza de uma metáfora para argumentar sobre a corporalidade das narrativas científicas. Para a intelectual, a visão é uma questão relacionada ao poder de ver e possivelmente também da violência implícita em nossas práticas de visualização. A partir disso, é possível compreender que a autora contesta a existência de um olhar cientista que vem de um lugar neutro, desvinculado de suas experiências, de seu corpo material e de como ele foi socializado. Essa ideia de um conhecimento que se adquire pelo corpo remete à noção de um vínculo direto entre produção de conhecimento e posição/posicionamento. É como se a autora quisesse lembrar aos cientistas que eles são pessoas como quaisquer outras, que têm uma vida no mundo.

Haraway (1995), contudo, alerta para a necessidade de não romantizar a visão dos menos poderosos, já que ela não é inocente nem isenta de reavaliação crítica. As perspectivas dos subjugados, na verdade, são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo. E, mais do que isso, a autora afirma que é necessário “buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (HARAWAY, 1995, p. 24).

Como exemplificado, o aporte da teoria feminista traz consigo questões relevantes e que dão legitimidade para as pesquisas que se voltam para a realidade que nem sempre se quer ver, no entanto, é tarefa das ciências sociais buscar formas de compreender as relações desses sujeitos indesejados e que permanecem lutando por seu lugar no mundo, apesar de tudo. Além disso, é preciso romper com o pensamento hegemônico eurocentrado, analisando o contexto das sociedades pós-coloniais, no intuito de não generalizar as experiências com base numa perspectiva feminista que não seja sensível às intersecções entre raça e classe social.

É notório não estarmos em um local confortável, estamos há anos resistindo, lutando para acessar representação dentro de inúmeros sistemas dominantes, inclusive em espaços acadêmicos, onde buscamos constantemente nos transformar

em sujeitos ativos dentro das ciências e não meros objetos de estudo. Audre Lorde (1997), em seu poema Uma ladainha por sobrevivência, nos incentiva a persistir:

E quando nós falamos
temos medo que nossas palavras nunca serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo.
Então é melhor falar
tendo em mente que
não éramos supostas sobreviver.

1.2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA: OS CAMINHOS DO FAZER CIENTÍFICO

“Existem muitas hipóteses em ciência que estão erradas. Isso é perfeitamente aceitável, elas são a abertura para achar as que estão certas.”
(Carl Sagan)

Quando uma pesquisadora se propõe a investigar algo, são diversas as preocupações que lhe rondam. É preciso saber que métodos utilizar para chegar aos objetivos que imaginou, confrontar tais objetivos com a realidade e revisá-los, caso seja necessário. É necessário também que se tenha uma excelente rede de contatos para levantar possíveis sujeitos e que a investigadora não deixe de ser humilde e aceite as críticas que chegam nesse percurso. Na ciência, nenhuma conclusão ou hipótese científica está acabada, pronta e impassível de contestações.

Metodologicamente, este estudo busca entender as experiências profissionais de pessoas LGBTQ+ que trabalham na área administrativa de universidades públicas e faculdades privadas de Teresina-PI, levando em consideração as estruturas de gênero que impactam nas suas vivências e percepções. A construção do fazer científico passa por várias etapas. A primeira delas é decidir que abordagem se encaixa melhor no tipo de dados que se pretende levantar. Para investigar a experiência profissional de pessoal administrativo LGBTQ+ em ambientes universitários e de que forma isso os afeta, é preciso avaliar o ambiente em que estão inseridos os sujeitos, através de sua prática e vivência cotidianas.

Diante disso, a abordagem metodológica escolhida foi a qualitativa, uma vez que esta trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2007). De acordo com Fábio Appolinário (2012), a pesquisa qualitativa não busca a generalização, deste modo, a análise dos dados coletados tem por objetivo compreender um fenômeno em seu sentido mais intenso, em vez de produzir conclusões que busquem estabelecer leis gerais ou que permitam extrapolar previsões válidas sobre análises futuras.

Decidir a abordagem metodológica é primordial para qualificar que métodos científicos serão utilizados. Contudo, está implícita a necessidade de levantamento dos dados existentes sobre o assunto. Sem saber o que já foi debatido acerca de uma temática é impossível que se apresente uma pesquisa original. Portanto, o tema foi desenvolvido, em um primeiro momento, a partir da realização da técnica de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela revisão de literatura científica em livros e artigos acadêmicos a fim de construir um referencial teórico que embase os resultados alcançados nas análises dos dados. De acordo com João Amaral (2007, p. 18), “a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho”.

O instrumento metodológico utilizado na pesquisa para o levantamento de novos dados foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores de universidades e faculdades públicas e privadas. A entrevista semiestruturada, também denominada semidiretiva ou semidirigida, permite que o entrevistador tenha alguma liberdade para desenvolver as respostas segundo a direção que considere adequada, partindo de uma série de perguntas-guia, que funcionam como um eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista, que vai se adaptando às características do entrevistado, explorando, de uma forma flexível e aprofundada, os aspectos que o entrevistador considere mais relevantes (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008).

Eduardo Manzini (1990/1991, p.154) pontua que a “entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Para o autor, esse tipo de entrevista pode

fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

As entrevistas semiestruturadas permitem a possibilidade de acesso a uma grande riqueza informativa, contextualizada e através das palavras dos atores e das suas perspectivas, visto que pressupõe um roteiro norteador, no entanto, abre espaço para que o investigador esclareça alguns aspectos no seguimento da entrevista, caso julgue necessário, o que a entrevista mais estruturada ou questionário não permitem. A entrevista semiestruturada propicia o surgimento de pontos de vista, orientações e hipóteses para o aprofundamento da investigação, a definição de novas estratégias e a seleção de outros instrumentos (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008). O roteiro, embora pré-estabelecido, não é engessado e o entrevistador tem a oportunidade de elucidar pontos que julgue interessantes e que deseje desenvolver melhor. Desta forma, é possível construir dados intrínsecos no discurso dos sujeitos da pesquisa, que muitas vezes não apareceriam claramente em outro tipo de investigação.

O roteiro²³ utilizado na pesquisa foi construído a partir das informações que se esperava coletar no campo e foi dividido em três eixos principais. O primeiro eixo se refere ao levantamento de dados e informações acerca do perfil do entrevistado, tais como idade, orientação sexual, identidade de gênero, classificação racial, renda familiar, há quanto tempo trabalha na universidade, se era uma instituição pública ou privada, entre outras. O segundo eixo é o que contém o maior número de perguntas e elenca diversas questões sobre a experiência profissional dos entrevistados e entrevistadas, relacionadas à exposição de sua orientação sexual (ou de colegas) no trabalho, discriminação por conta de orientação sexual ou identidade de gênero, socialização com colegas e possíveis companheiros/as, promoções, direitos e oportunidade de exercer cargos de chefia, bem como possíveis diferenças na experiência profissional relacionadas ao vínculo trabalhista. Também foi abordada a possibilidade de os entrevistados terem sofrido assédio moral, sexual e qualquer tipo de agressão física, em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O último eixo busca entender como é a vida dos entrevistados fora do trabalho, se têm contato com a família, se expõe sua orientação sexual ou identidade de gênero nesse ambiente, se sentem à vontade para socializar com possíveis companheiros/as

²³ O roteiro completo está disponível no apêndice.

e a família, como é sua relação com amigos, se professam alguma religião ou fé e frequentam qualquer tipo de espaço religioso e como é ou tinha sido essa experiência, entre outras.

Confesso que quando imaginei pesquisar pessoas LGBTQ+ meu maior receio foi como acessar sujeitos que eram, muitas vezes, desconhecidos até para mim. Foi um desafio, de fato, achar uma metodologia que me ajudasse a encontrar quem eu entrevistaria. A técnica utilizada na definição da amostragem foi a *snowball sampling*, também conhecida por cadeia de informantes ou “bola de neve”. Esta é uma forma de amostragem não probabilística, que se utiliza de cadeias de referência: os indivíduos selecionados para serem estudados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos (BIERNACKI E WALDORF, 1981).

De acordo com H. Russel Bernard (2005), essa técnica é um método de amostragem de rede muito útil para investigar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas²⁴ ou que não há precisão sobre sua quantidade. Essas dificuldades são encontradas nos mais variados tipos de população, mas em especial nas que contêm poucos membros e que estão espalhados por uma grande área, os estigmatizados e reclusos, e os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador.

Para Patrick Biernacki e Dan Waldorf (1981), a amostragem em bola de neve também pode ser utilizada quando a pergunta de pesquisa estiver relacionada a temáticas problemáticas para os entrevistados, já que os mesmos podem desejar não se vincular a tais questões. Em suma, a amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura acessar as redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais.

Para estudar pessoas LGBTQ+, que nem sempre expressam sua orientação sexual no ambiente de trabalho, é importante respeitar sua discricão e não expor o/a entrevistado/a a qualquer tipo de situação vexatória ou que contribua para a acentuação dos episódios de discriminação, caso ocorram. No entanto, o desconhecimento dos sujeitos pode prejudicar o levantamento de experiências dessa população, dificultando o trabalho do pesquisador ou pesquisadora. A técnica de

²⁴ *Hard-to-find or hard-to-study populations.*

amostragem “bola de neve” pode fortalecer a relação de confiança dos entrevistados, visto que as indicações partem de pessoas que os conhecem e sabem de sua orientação sexual. Esse elo pode incentivar que o/a entrevistado/a se sinta seguro/a para participar da pesquisa, garantindo o sigilo que a situação, muitas vezes, exige.

A primeira pessoa que entrevistei, como a própria técnica sugere, foi encontrada através de indicação de amigos. Entrar em contato com alguém desconhecido no intuito de convidá-lo para participar de uma entrevista é algo que dificilmente antecipamos como irá se desenrolar. A maioria das pessoas que contatei se mostraram disponíveis para a pesquisa, mas me deparei com grandes dificuldades em encontrar trabalhadores de faculdades privadas dispostos a participar, seja por desconhecimento da minha rede de contatos, por terem ignorado minhas tentativas ou por terem desistido depois de se disporem a participar, fato é que consistiram na minoria dos/as sujeitos/as participantes desta pesquisa.

Apesar das dificuldades, foram entrevistadas 7 pessoas que relataram aspectos muito interessantes de suas experiências. Para analisar esses dados construídos através das entrevistas semiestruturadas, foi necessário lançar mão de mais uma ferramenta metodológica. O método de interpretação de sentidos baseia-se em princípios hermenêuticos-dialéticos e, segundo Cecília Minayo, Suely Deslandes e Romeu Gomes (2016):

[...] é uma tentativa de avançarmos mais na interpretação, caminhando além dos conteúdos de textos, na direção de seus contextos e revelando as lógicas e as explicações mais abrangentes presentes numa determinada cultura acerca de um determinado tema. Nesse método, é de fundamental importância que estabeleçamos confrontos entre: dimensão subjetiva e posicionamento de grupos; texto e subtexto; texto e contexto; falas e ações mais amplas; cognição e sentimento, dentre outros aspectos. Nele, ancorados numa base teórica conceitual que procura articular concepções da filosofia e das ciências sociais, tentamos caminhar tanto na compreensão [atitude hermenêutica] quanto na crítica [atitude dialética] dos dados gerados de uma pesquisa. (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2016, p. 94)

Para analisar dados a partir desse método, os autores sugerem que seja feita uma leitura compreensiva do material selecionado, seguida de exploração do corpus, contribuindo para a elaboração de uma síntese interpretativa. Na leitura compreensiva do material selecionado, busca-se ter uma visão de conjunto e apreender suas particularidades, montando uma estrutura que sirva de base para a interpretação e a

descrição de acordo com a perspectiva dos atores, das informações e das ações coletadas. A montagem dessa estrutura de análise envolve categorizações que podem ser elaboradas a partir de diferentes critérios. Durante a exploração do material, é fundamental ir além das falas e dos fatos, caminhando do que está explícito para o implícito, do revelado para o velado, do texto para o subtexto.

Para isso, é necessário: a) identificar e problematizar as ideias explícitas e implícitas no texto; b) buscar sentidos mais amplos (socioculturais) atribuídos às ideias; c) dialogar entre as ideias problematizadas, as informações provenientes de outros estudos sobre o assunto e referencial teórico sobre aquele. Após essa decomposição do conjunto do material de pesquisa em categorias, é preciso que se elabore uma síntese interpretativa, buscando os sentidos mais amplos que traduzem a lógica do conjunto desse material, fazendo uma articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016).

O processo de se analisar interpretativamente tem início ainda quando o/a pesquisador/a busca nos dados construídos por padrões de significados e questões de possível interesse à pesquisa. Na verdade, é possível que isso ocorra, inclusive, durante a coleta de dados, quando da condução de entrevista, por exemplo. É preciso que o/a pesquisador/a recorra aos seus dados e análises de forma constante, para que consiga captar, de fato, suas significações. Estabelecer eixos temáticos, de acordo com o que se esperava descobrir com a pesquisa, foi uma das principais preocupações durante a elaboração do roteiro da entrevista. Ter um perfil socioeconômico dos sujeitos e um panorama, ainda que breve, de como são suas vidas fora do trabalho, bem como suas relações com amigos e familiares, sua autonomia, como lidam com questões religiosas, entre outros, também trazem importantes dados para a compreensão de suas percepções acerca de suas vivências.

As entrevistas foram realizadas, presencialmente, entre julho e agosto de 2019, em espaços seguros e discretos, onde o/a entrevistado/a estivesse sozinho/a comigo, para que este/esta se sentisse à vontade e não corresse o risco de sermos interrompidos/das. Mediante autorização, as entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio, foram transcritas e revisadas para análise posterior. Durante todo o percurso

da pesquisa, seja durante as entrevistas e a interação com os/as entrevistados/as, ou na reescuta e transcrição dos áudios, na assimilação das pausas, dos olhares, dos risos e memórias, desde o início, estive imersa no processo de interpretação. Dessa forma, é possível afirmar que a interpretação é um elemento intrínseco do processo de pesquisa. Para a sistematização das análises foi construído um mapa com as respostas dos/as entrevistados/as, para compilação e investigação. Através da associação das ideias contidas nesse mapa, foram destacados os eixos temáticos mais importantes e significativos para a interpretação dos sentidos e exposição dos resultados.

Ao expor as conclusões, busquei fazer as análises agrupando-as de forma que os sentidos das falas dos sujeitos pudessem ser analisados para além do individual, mas compreendidos enquanto parte de uma experiência que também é coletiva e representa a realidade de outros tantos. Por último, para entrecruzar as histórias dos sujeitos dessa pesquisa com a história de outras pessoas LGBTQ+ que já travaram suas próprias batalhas, escolhi trazer um elemento que tem como intuito dar-lhes visibilidade: os/as sujeitos/as de minha pesquisa foram nomeados como artistas LGBTQ+, da literatura, da música, da pintura, etc., com o objetivo de, mesmo de uma maneira singela, prestar homenagens a essas pessoas incríveis que, cada uma a seu modo, travaram suas próprias batalhas e contribuíram para revolucionar o mundo.

1.3 APRESENTANDO AS PESSOAS ENTREVISTADAS NA PESQUISA

*“I am what I am
And what I am needs no excuses”.²⁵*

A sexualidade humana é, além de diversa, complexa, sendo “composta por diversos aspectos, fisiológicos, psicológicos, sociais, políticos e culturais, dentre outros” (PEREIRA, 2019, não paginado). Não tenho por objetivo, nesta pesquisa, cercear ou limitar a construção de nenhuma identidade sexual. Entendendo que a construção do desejo é pessoal e subjetiva, a apresentação das identidades sexuais das pessoas entrevistadas se fará de forma a situar a perspectiva adotada, mas de

²⁵ “Eu sou o que sou
E o que eu sou não precisa de desculpas”.
(Gloria Gaynor, 1999. Música “I am what I am”).

maneira alguma acredito que esses conceitos estão acabados e representam de modo perfeito e linear todas as possibilidades de identificação e expressão de gênero humanas.

A compreensão da própria sexualidade se processa por meio das experiências marcadas por diversas possibilidades, no entanto, se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais. Dessa maneira, as trajetórias de vida são marcadas por exigências quanto à performance e às afirmações sobre o eu no mundo, caracterizando-se, entre outras dimensões da sexualidade, por tênues fronteiras entre a intimidade, formas de ser, padrões socioculturais e por ditames da sociedade de consumo (GIDDENS, 1992).

Segundo os Princípios de Yogyakarta²⁶ (2006), a identidade de gênero é uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. É a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente do sexo que lhe foi atribuído ao nascer. A identidade de gênero da pessoa não necessariamente está visível para as demais.

A expressão de gênero é como a pessoa se manifesta publicamente, por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais. A expressão de gênero nem sempre corresponde ao sexo designado no nascimento. A orientação sexual refere-se à capacidade de cada pessoa de ter atração emocional, afetiva ou

²⁶ A Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, em nome de uma coalizão de organizações de direitos humanos, realizou um projeto com o objetivo de desenvolver um conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero, no sentido de dar mais clareza e coerência às obrigações de direitos humanos dos Estados. Um grupo eminente de especialistas em direitos humanos preparou um documento preliminar, desenvolveu, discutiu e refinou esses princípios. Depois de uma reunião de especialistas, realizada na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, 29 eminentes especialistas de 25 países, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero (YOGYAKARTA, 2006, p. 8).

sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

A sigla LGBTQ+ se refere à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (trans não-binários, homens trans e mulheres trans) e demais identidades de gênero e orientações sexuais. Ainda que alguns termos sejam limitados quanto às classificações das inúmeras possibilidades existentes, adoto como parâmetro nesta pesquisa os seguintes conceitos:

O termo lésbica é uma denominação específica para mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres. Gay é uma denominação específica para homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens. Bissexual ou Pansexual é uma denominação específica para pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas, independente de identidade de gênero. Travesti é uma construção de gênero feminino de caráter permanente, de alguém que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Transexuais são pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no nascimento, inclusive dentro do espectro não-binário. Trata-se de um conceito relacionado à identidade de gênero e não à orientação afetivo-sexual. As pessoas transexuais podem ser binárias (homem e mulher trans) e não-binárias. Trans não-binários são pessoas que não se adequam aos padrões binários de identidade de gênero, podendo se identificar como não-binário, gênero fluido, agênero, entre outros. Mulher trans é a pessoa do gênero feminino que foi designada como do sexo/gênero masculino ao nascer. Homem trans é a pessoa do gênero masculino que foi designada como do sexo/gênero feminino ao nascer. As travestis, assim como as pessoas trans, podem modificar seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, como a de redesignação sexual, por exemplo, porém vale ressaltar que isso não é regra para todos/as e muitos/as preferem não fazer nenhum tipo de modificação corporal, o que de forma alguma deve ser levado em consideração quanto à sua identidade de gênero. Assim como pessoas cisgênero também tem autonomia para modificar seus corpos (ou não) sem que isso interfira na percepção de sua sexualidade.

Por entender que a sigla não engloba todas as diversas possibilidades de orientação sexual, identidade e expressão de gênero que existem, por exemplo:

peças *queer*²⁷ (peças que não se adequam às normas binárias de gênero, podendo transitar entre os gêneros ou não se encaixar em nenhum deles), intersexo (peças cujo desenvolvimento corporal/sexual, expressado através de hormônios, genitais, cromossomos, entre outras características biológicas, não se encaixa nas normas binárias homem/mulher), assexuais (peças que não sentem, sentem raramente ou sentem apenas em situações específicas, atração afetiva/sexual por outras, independente do gênero), etc. Grafiei o símbolo “+” após a sigla para explicitar que sei e compreendo que as possibilidades são bem mais amplas e devem ser consideradas.

A primeira pessoa que entrevistei foi James Baldwin²⁸, um jovem negro de 28 anos, piauiense, trabalhador de uma universidade pública há 5 anos, que nunca exerceu uma função de chefia, mesmo que temporária, em seu setor. Ele se define como um homem cisgênero e namora outro homem. Mora com a família e expõe publicamente sua orientação sexual no trabalho e na família, embora não se sinta à vontade para levar o namorado em momentos de sociabilidade nesses ambientes. Por se sentir sozinho e deslocado, apresentou quadro de depressão leve e transtorno de ansiedade, o que o fez pedir remoção do campus do interior em que trabalhava. Afirmou ter sofrido assédio moral, embora não relacionado à sua orientação sexual. Sua relação com amigos é mais aberta e é onde ele se sente mais confortável para socializar suas relações amorosas. Não professa nenhuma religião, apesar de já ter participado de alguns rituais de umbanda e candomblé, para conhecer, mas admite que a religião não está presente na sua vida.

A próxima entrevistada foi Nancy Cárdenas²⁹, uma mulher cisgênero negra de 28 anos, piauiense, trabalhadora de uma universidade pública há 7 anos, atualmente,

²⁷ O termo *queer* pode ser entendido, ainda, como um termo guarda-chuva para indicar pessoas que não estão em conformidade com padrões, identidades e estereótipos de gênero hegemônicos.

²⁸ Escritor nova-iorquino, negro e gay. Baldwin foi um dos mais influentes escritores da sua geração e uma das personalidades mais relevantes do movimento pela igualdade dos Direitos Civis nos Estados Unidos da América, nas décadas de 50 e 60. Autor de obras como “O quarto de Giovanni”, “Terra Estranha”, “Se a Rua Beale falasse”, entre outras, abordou temas relacionados à construção da negritude nos EUA e o preconceito racial decorrente disso, além de homossexualidade, bissexualidade e as diversas opressões sociais. É possível entender e se aprofundar na sua história assistindo ao documentário “Eu não sou seu negro”, de Raoul Peck (2016).

²⁹ Nancy Cárdenas foi uma atriz, poeta, dramaturga, escritora e feminista lésbica mexicana. Estudou cinema e teatro na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e continuou seus estudos em Lodz, na Polônia, sobre língua e literatura polonesas. Após o retorno à Cidade do México, Cárdenas trabalhou no rádio, na produção e como atriz. Ela é conhecida também por ter sido a primeira mexicana a declarar

é chefe no setor em que trabalha. Está numa união estável há quase 5 anos, embora não formalizada, mora com a companheira e a filha desta - fruto do primeiro casamento. Expõe publicamente sua orientação sexual no trabalho e na família e convive, junto com sua companheira, com colegas de trabalho e parentes, quando as situações se apresentam, mesmo com algumas limitações. Tem uma boa relação com amigos próximos, que também convivem com sua companheira abertamente. Já foi evangélica por alguns anos, na tentativa de suprir as expectativas da família quanto à sua orientação sexual, o que ela conclui não ter dado certo e atualmente se declara agnóstica.

Uma das entrevistas que mais me tirou da zona de conforto foi a de Lili Elbe³⁰, uma mulher trans negra, piauiense, de 49 anos, trabalhadora de uma universidade pública há 7 anos, que é chefe do setor em que trabalha. Por medo do preconceito, Lili ainda não se sente à vontade para expressar sua identidade de gênero em todos os espaços sociais, portanto, no seu trabalho, ela vive como Einar Wegener. Embora seja independente financeiramente e more sozinha, não expõe publicamente sua orientação sexual e identidade de gênero, escolhendo entre amigos e amigas para quem falar sobre isso. Lili é solteira e admite sentir atração sexual por homens, no entanto, também já se apaixonou por mulheres, o que a fez questionar sua orientação sexual e até mesmo em alguns momentos se relacionar com mulheres pelas quais se sentia envolvida emocionalmente. Ela admite que a admiração muitas vezes passava pelo desejo de ser aquela mulher, em suas próprias palavras: “eu sou tão apaixonado por você que eu queria ser você” (Lili/Einar, 31). Sua relação com a igreja foi longa e representou um período de forte repressão de sua identidade sexual. Por cerca de 20

publicamente, num programa de televisão, sua orientação sexual. Tornou-se uma força importante dentro do ativismo gay na década de 70, em seu país.

³⁰ Lili Elbe, atribuída com o nome de Einar Wegener ao nascer, foi uma pintora dinamarquesa. Casou-se com Gerda Wegener, também pintora, que sempre a incentivou na descoberta e vivência de sua identidade de gênero. Foi a primeira pessoa na história, pelo menos que se tenha registro, a submeter-se a uma cirurgia de redesignação sexual. No ano anterior ao da sua morte, Lili Elbe divorciou-se de Gerda, abandonou a pintura e começou uma relação amorosa com negociante de arte francês Claude Lejeune, com quem ela queria se casar e ter filhos. Em junho de 1931, a artista fez uma operação que consistia na implantação de um útero e construção de uma vagina, ambos procedimentos novos e experimentais na época. Porém, seu sistema imunológico rejeitou o útero transplantado e ela desenvolveu uma infecção. Elbe faleceu em 13 de setembro de 1931, três meses após a cirurgia, em decorrência de parada cardíaca causada pela infecção. Sua vida foi retratada no filme “A garota dinamarquesa”, do romance homônimo de David Ebershoff (2016). Ebershoff baseou-se nos diários e correspondência de Lili/Einar, editados em 1933, por Niels Hoyer, após a morte da autora, sob o título de *Man Into Woman*, criando uma obra semificcional.

anos, Einar foi ativo na igreja evangélica e combateu seus desejos, lutando para se encaixar nos dogmas, mas, aos poucos, foi se libertando e há cerca de dois anos está se permitindo viver como Lili em sua intimidade e num círculo pequeno de amigas. Seu desejo mais profundo é um dia viver como Lili sem qualquer limitação.

Em seguida, entrevistei Caio Fernando Abreu³¹, um jovem piauiense de 30 anos. Prefere não se definir, mas se tiver que fazê-lo, se identifica como um homem cisgênero, gay e pardo. É trabalhador de uma universidade pública há 7 anos e já exerceu função de chefia substituta, que, no entanto, não era remunerada e, por isso, ele acredita que não há reconhecimento de seu trabalho. Não tem namorado e não tem se relacionado com ninguém atualmente, mas afirma que expressa sua orientação sexual quando o momento permite e não teria nenhum problema em levar um namorado em alguma ocasião de lazer e sociabilidade com outros colegas de trabalho. Mora com a mãe e admitiu que hoje já se sente confortável de conviver com um possível namorado e a família, bem como amigos, sem nenhum constrangimento. Afirmou ter sofrido assédio moral e sexual no trabalho, inclusive relacionado à sua orientação sexual. Ele também reportou problemas de ansiedade e abuso de álcool e drogas, no entanto, buscou superá-los e hoje se mantém afastado de locais e pessoas que possam lhe fazer ter alguma recaída. Já teve experiências de participação mais constante na igreja, no entanto, hoje trabalha sua espiritualidade de outras formas, afirmando ter se tornado um pouco desconfiado das doutrinas. Mesmo aberto a participar de reuniões religiosas, o faz de forma consciente, decidindo o que lhe serve ou não.

A entrevistada seguinte foi Cassandra Rios³², maranhense, branca, com 54 anos. Apesar de se reconhecer num corpo feminino, ainda que “masculinizado”,

³¹ Jornalista, dramaturgo e escritor brasileiro. Gay, o escritor frutificou a sua sensível literatura durante a ditadura militar, de forma crítica, escrevendo sem pudor sobre amor, morte, medo, uma angustiada solidão e homossexualidade. Autor de obras como “Onde andaré Dulce Veiga”, “Morangos Mofados”, “Os dragões não conhecem o paraíso”, entre outras. Considerado um dos maiores contistas do país, ganhou por três vezes o “Prêmio Jabuti de Literatura”, o mais importante prêmio literário do Brasil. Caio morreu em 1996, em decorrência da AIDS.

³² Cassandra Rios, pseudônimo de Odette Pérez Ríos, foi uma escritora lésbica brasileira, de ascendência espanhola. Escrevia ficção, mistério, principalmente sobre lesbianidades e erotismo. Ficou conhecida como “escritora maldita” pela ditadura militar, foi perseguida, censurada e ameaçada, mas não parou de escrever. Em 1948, aos 16 anos, publicou seu primeiro livro: “A Volúpia do Pecado”, uma história de amor entre duas adolescentes, tornando-se a primeira autora do país de romances eróticos voltados ao universo da lesbianidade, quebrando um grande tabu. Após ter sido rejeitado por todas as editoras de São Paulo, “A Volúpia do Pecado” foi publicado pela própria autora com dinheiro emprestado por sua mãe. O livro logo se tornou um sucesso e foi reeditado várias vezes.

afirmou não se sentir nem homem nem mulher, mas uma pessoa sem gênero, sendo isso algo que não lhe causa sofrimento nem tem relevância na sua vida. No entanto, também não assume uma identidade trans não-binária, atendendo e referindo-se a si mesma, sem nenhum problema, por pronomes femininos. Trabalha numa faculdade privada de Teresina há quase 20 anos. Declarou-se lésbica, atualmente vivendo numa união estável que pretende formalizar em breve. Engajada na defesa de direitos de pessoas LGBTQ+ e de projetos relacionados à diversidade sexual, afirmou que nunca foi preciso dizer literalmente, em seu ambiente de trabalho, que é lésbica, visto que suas próprias atitudes, ativismo, bem como sua expressão de gênero, evidenciam isso na prática. Apesar de não esconder sua sexualidade em nenhum campo de sua vida, afirmou que nunca sentiu vontade de aproximar seus colegas de trabalho das pessoas com quem se relacionou amorosamente. Em relação a familiares, afirmou que apesar de uma parte da família ter sido resistente no início de sua vida, há bastante tempo a relação com sua companheira atual, e as que teve antes dela, é bem tranquila, convivendo harmoniosamente nos espaços familiares, o mesmo ocorre também com seu círculo de amizades. Ela conta ainda que participou de um grupo religioso espiritualista até os 20 anos, rompendo com o grupo à medida que se tornou mais óbvia a assunção de sua orientação sexual. Contudo, ela garante que não se afastou dos ensinamentos, somente do ambiente e das pessoas conservadoras que estavam naquele grupo.

O penúltimo entrevistado foi Oscar Wilde³³, um homem cisgênero, branco e gay, de 31 anos. Trabalha numa faculdade privada de Teresina há 6 anos, exercendo

Com sua vasta obra e apesar da perseguição, Cassandra Rios se tornou a primeira escritora brasileira a vender 1 milhão de exemplares. A escritora morreu em 2002, aos 69 anos, em decorrência de um câncer. O documentário “Cassandra Rios: a Safo de Perdizes”, de Hanna Korich (2013) conta mais sobre a vida e obra da autora.

³³ Oscar Wilde foi um influente escritor, poeta e dramaturgo irlandês. Depois de escrever de diferentes formas ao longo da década de 1880, tornou-se um dos dramaturgos mais populares de Londres, em 1890. Escreveu diversas novelas, poesias, contos infantis e dramas teatrais. Seu único romance é o clássico “O retrato de Dorian Gray”, considerado uma obra prima da literatura britânica. Apesar de casado e pai de dois filhos, Oscar mantinha relações sexuais com homens e foi durante relação com Alfred “Bosie” Douglas, filho do Marquês de Queensberry, que ele foi acusado de “sodomia”. No início do julgamento, ele começou negando o relacionamento, no entanto, foram aparecendo provas da veracidade da relação entre os dois, ao que o escritor passou, então, a defender a relação, citando, inclusive, o poema escrito por Bosie “O amor que não ousa dizer seu nome”, no processo. A expressão tornou-se notável como eufemismo ou metáfora para a homossexualidade. Julgado e condenado, cumpriu pena por dois anos. Os elevados custos do processo o levaram à falência. Wilde viu sua fama desmoronar, seus livros foram recolhidos e suas comédias retiradas de cartaz. Faleceu de meningite, agravado pelo álcool e a sífilis.

uma função de chefia. Mantém uma relação estável não formalizada com outro homem também há 6 anos. Ele admite que não esconde sua orientação sexual no trabalho e se sente à vontade para socializar com colegas de trabalho e seu companheiro, este, no entanto, não se sente muito confortável em tais ocasiões, pois tem receio de não ser aceito ou tratado de forma diferente pelos demais. Oscar Wilde afirmou ter sofrido assédio moral no trabalho, apesar de não relacionado à sua orientação sexual; e sofreu assédio sexual, por clientes que frequentavam a faculdade, por diversas vezes, através de telefonemas, aplicativos de mensagens e redes sociais, que o abordaram com convites inoportunos e até mesmo enviaram fotos íntimas, mesmo com negativas de sua parte. Ele também não esconde sua orientação sexual para a família e amigos, e as relações destas com seu companheiro são abertas e próximas.

Ele afirmou ter frequentado a igreja evangélica, no entanto, parou de ir há bastante tempo. Atualmente, frequenta missas ocasionalmente, por insistência de seu companheiro, que é católico. Ele contou que se decepcionou muito com a igreja, pois foi assediado por um padre quando ainda era adolescente, no momento em que foi se matricular na primeira comunhão, a pedido de sua mãe, que é católica. Além disso, teve três experiências com pessoas e ocasiões diferentes, que conheceu através de redes sociais e se relacionou e, após um tempo, descobriu serem dois padres e um frei.

Por fim, a última pessoa que entrevistei foi Andy Warhol³⁴, um homem cisgênero, piauiense, pardo, gay, de 39 anos. Trabalha numa universidade pública há 13 anos e exerce uma função de chefia em seu setor. Mora sozinho, é solteiro e não tem namorado. Afirmou não expor sua orientação sexual no trabalho, pois não há uma interação próxima ou de amizade com os colegas ou seu superior que o levem a

³⁴ Andy Warhol foi um pintor e cineasta norte-americano, um dos criadores e principal representante da Pop Art, lembrado por suas pinturas nas latas de sopa Campbell e principalmente pela sequência de retratos de Marilyn Monroe. Com seu estilo único, tornou-se um dos ilustradores mais bem sucedidos da década de 50, recebendo diversos prêmios. Em 1956, alguns trabalhos seus foram expostos no Museu de Arte Moderna, de Nova York. A partir de 1963, passou a criar diversos filmes underground, que se tornaram clássicos do gênero, entre eles, "*Empire*" (1964), "*Blow Job*" (1964) e "*The Chelsea Girls*" (1966). Em 1964, abriu o estúdio "*The Factory*" onde realizou sua primeira exposição de esculturas, entre elas, centenas de réplicas de grandes caixas de produtos de supermercado. Em 1968, foi vítima de um atentado perpetrado por uma militante do grupo *Society for Cutting Up Men* (Sociedade para castrar homens), Valerie Solanis, criadora e única integrante da entidade. Ele se recuperou do tiro que o alvejou. O fato foi inspiração para o filme "*I shot Andy Warhol*" (Eu atirei em Andy Warhol), de 1996, dirigido por Mary Harron.

conversas sobre assuntos particulares. Assegurou que, por ser discreto, não gosta de expor fatos sobre sua vida pessoal e familiar, mas caso tivesse um companheiro, não iria se podar de participar de eventos sociais com ele. Também afirmou que nunca chegou a contar para seus pais e irmãos que é gay, sendo seu irmão a única pessoa para quem chegou a contar sobre sua orientação sexual. Ele afirmou nunca ter sido questionado pela família, mas supõe que pela convivência, eles devam saber. Disse ainda acreditar que isso ocorreu porque nunca teve um relacionamento muito sério, que sentisse vontade de apresentar à família, mas caso isso ocorra, acredita que irá apresentar primeiro a pessoa e conversar depois. Acerca de suas relações de amizade, afirmou que a maioria de seus amigos são gays e que esses já conviveram com eventuais “ficantes” ou “paqueras” com os quais se relacionou. Ele disse ainda ter poucos amigos héteros, geralmente mais ligados à área profissional e que, com eles, não conversa sobre sua orientação sexual ou coisas relacionadas a isso, por não ter intimidade suficiente para diálogos sobre o assunto, mas acredita que saibam, por exclusão, por terem sabido por outras pessoas, por lhe verem em algum ambiente LGBTQ+, por não ser casado ou ter uma certa idade e “se cuidar”, coisa que ele julga não ser o padrão heterossexual.

Quanto à sua experiência com religião, contou ser espírita, kardecista, embora não muito praticante. Acredita ter se voltado à essa religião, pois ela tem um cunho racional, na qual não existe preconceito em relação à sexualidade humana e suas nuances, sendo tratado como algo absolutamente natural da encarnação humana. Sua experiência com a religião espírita não lhe trouxe nenhum tipo de sofrimento, muito pelo contrário, lhe trouxe conforto.

Apresentadas as pessoas entrevistadas, cada uma com sua história de vida e idiossincrasias, o que demonstra a vasta complexidade de experiências LGBTQ+, é notório que tais sujeitos e sujeitas, ainda assim, representam uma pequena parcela da diversidade de pessoas LGBTQ+ que trabalham em ambientes universitários. Todavia, analisaremos suas experiências sociologicamente, no Capítulo 4, buscando compreender tanto suas peculiaridades quanto o que as conecta. Antes disso, porém, buscaremos compreender alguns conceitos que serão imprescindíveis para uma análise mais acurada.

CAPÍTULO II – GÊNERO, SEXUALIDADE E DECOLONIALIDADE

“A placa de censura no meu rosto diz
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz
Não recomendado à sociedade
Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado”³⁵.

Este capítulo discorre sobre as categorias de gênero e sexualidade, apresentando uma discussão conceitual acerca da influência que exercem na construção da identidade LGBT+, situando-as na dinâmica das relações de poder. Debate ainda sobre a hierarquia das sexualidades imposta pela heteronormatividade, que objetiva justificar e perpetuar a discriminação sofrida pelas pessoas LGBT+. Busca também compreender as dinâmicas que influenciam as construções sociais de gênero mediante os conceitos de decolonialidade e racismo. Em seguida, tratar-se-á sobre a figura do armário, relacionando essa alegoria com os espaços de poder, as estruturas e dimensões que embasam as relações sociais e o quanto isso influencia na vivência dessas pessoas.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LGBT+: GÊNERO E SEXUALIDADE COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ao longo da história, o movimento LGBT+ tem lutado arduamente para equiparar direitos civis e sociais no mundo inteiro e também em nosso país³⁶. Embora tenha avançado bastante nas últimas décadas, essa é uma batalha que ainda não foi vencida. Percebe-se que boa parte da sociedade e do Congresso Nacional persiste tentando impor seu modo de ser e pensar sobre pessoas que querem viver sua sexualidade sem ter que passar por humilhações ou pagar com a vida. Contudo, é importante questionar: por que tal violência e discriminação persistem?

Como é de se esperar, não existe resposta simples para essa pergunta, no entanto, é possível refletir que certamente a desinformação e incompreensão dos

³⁵ Caio Prado, 2015. Música “Não recomendado”.

³⁶ Sobre o assunto, ver: *Devassos no Paraíso*, 4ª ed., 2018, de João Silvério Trevisan, uma das obras mais completas na literatura nacional.

conceitos que permeiam o gênero e as sexualidades contribuem bastante para essa situação. Legislações como o Projeto de Decreto Legislativo n.º 234/11, do deputado federal João Campos (PSDB-GO), que popularmente ficou conhecido como “Projeto da Cura Gay” e foi arquivado em 2013, frente à comoção pública que causou; as tentativas (com sucesso em muitos casos) de retirada das discussões relacionados aos temas de gênero dos Planos Municipais de Educação; o Programa “Escola sem Partido” (Projeto de Lei n.º 867, de 2015), dentre outros, renascem de tempos em tempos sob uma nova roupagem. Surgem na tentativa de retirar direitos e minar os que foram conquistados às duras penas, como o casamento civil igualitário. Ressalta-se que, apesar de existir o Projeto de Lei n.º 5120/2013, com vistas à regulação dessa situação, tramita nas instâncias do Congresso Nacional, e está autorizado apenas pela Comissão Nacional de Justiça, através da Resolução 175, de 14/05/2013. Mesmo em pequena escala, ainda temos notícias de casamentos anulados por juízes que não reconhecem tais uniões.

Essas resoluções que igualam os direitos das pessoas LGBTQ+ aos direitos de pessoas heterossexuais no Brasil, uma vez que não constam da Constituição Federal, abrem espaço para que possam ser questionadas, o que resulta em uma situação de instabilidade para as pessoas LGBTQ+. Um exemplo factível foi a liminar concedida pelo Juiz Waldemar Cláudio Carvalho, no mês de setembro/2017, na Ação Popular n.º 1011189-79.2017.4.01.3400 que requeria que o Conselho Federal de Psicologia – CFP desse interpretação diversa à Resolução nº 001/1999, que veda aos profissionais de psicologia exercer qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas ou de adotar qualquer ação coercitiva tendente a orientar pessoas LGBTQ+ para tratamentos não solicitados ou forçados. Na prática, a referida liminar, que teve seus efeitos revogados pelo Supremo Tribunal Federal – STF, a pedido do CFP, visava tornar possível que psicólogos oferecessem pseudoterapias de reversão sexual, popularmente chamadas de “cura gay”.

Uma importante vitória para a comunidade LGBTQ+ se deu no dia 13 de junho de 2019, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO nº 26, quando o tribunal pleno do STF, ou seja, todos os ministros reunidos, por

unanimidade, votaram pela criminalização da LGBTfobia³⁷ em moldes equiparados ao crime de racismo, até que o Congresso edite e publique norma referente ao tema. Assim, o STF decidiu sobre a questão, encerrando, ao menos momentaneamente, o conflito sobre o assunto e promovendo o acesso à cidadania e proteção à população que se sente afetada pela LGBTfobia.

Apesar de diversas polêmicas sobre o assunto, face à disputa discursiva sobre a possibilidade de atuação do Poder Judiciário para a declaração da omissão legislativa e a tomada de decisão sobre assuntos que o Congresso Nacional, enquanto representantes da população, tem se negado a fazer, a atuação daquele Tribunal foi de fundamental importância. Frisa-se que tem respaldo constitucional e representa o enfrentamento às estruturas históricas que buscam manter e perpetuar um sistema de opressão e invisibilidade dos modos de vida diversos dos tradicionalmente aceitos pelos padrões impostos de sexualidade, ainda em vigor pela reprodução de estruturas hierarquizadas e hierarquizantes.

Pode-se citar ainda outras legislações ou decisões importantes que vêm no sentido de tentar equiparar direitos para pessoas LGBTQ+, tais como o reconhecimento, pelo STF, do direito de adoção por casais homoafetivos (Ação Direta por Inconstitucionalidade – ADI nº 4277/DF e Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132); o direito ao reconhecimento do nome social e da identidade de gênero no âmbito da administração pública federal (Decreto nº 8.727/16); a autorização de alteração do nome e gênero no registro civil nos cartórios sem a necessidade de cirurgias de readaptação sexual (ADI nº 4275/DF); e o mais recente exemplo, a decisão do STF que suspendeu as normas do Ministério da Saúde e ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que exigiam abstinência sexual de um ano para que pessoas LGBTQ+ pudessem doar sangue (ADI nº 5543/DF).

³⁷ Este trabalho adota o termo LGBTfobia ao invés de homofobia, atendendo deliberação da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTQ+, realizada em 2016, em Brasília/DF, que definiu o termo como mais adequado para se referir ao conjunto de violências motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero. Entendo ainda que a adoção do termo é uma escolha que expressa concepções políticas e ideológicas e, no intuito de englobar as especificidades das violências sofridas por um maior número de pessoas LGBTQ+, bem como dar visibilidade de que suas experiências são diversas e devem ser consideradas e compreendidas em suas especificidades, quero evidenciar e justificar tal escolha. Para maiores informações sobre o assunto, ver: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1/view>.

Os exemplos referidos anteriormente nos fazem refletir sobre os motivos da persistência das violências contra pessoas LGBTQ+. É inquestionável o quanto avançamos em diversos aspectos, mas também é possível perceber que este cabo de guerra vive sob constantes oscilações. A crença no gênero como algo natural e definido ao nascer, sem levar em conta os processos sociais e históricos, mesmo que duramente contestada, segue sendo motivo de intensos debates, na academia e também fora dela. Tal crença faz com que as pessoas se escandalizem com quaisquer comportamentos que não se encaixem nos padrões socialmente aceitos, como quando alguém não se veste como “homem” ou como “mulher”, desafiando o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, quando se relaciona com alguém do mesmo gênero ou de mais de um gênero ou até mesmo quando reivindica para si um gênero contrário ao que foi lhe dado ao nascer.

Joan Scott foi a autora que primeiro sugeriu tomar o gênero como categoria de análise histórica, considerando-o não uma resposta, mas uma pergunta, um modo de fazer perguntas. Para a autora, o gênero se direciona como um convite a se pensar criticamente como corpos sexuados são produzidos, implantados, modificados e também como sobrevivem (SCOTT, 2010).

Conforme a pesquisadora, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 86). Tal formulação, entretanto, lhe rendeu diversas críticas que questionavam se “essa diferença percebida entre os sexos” não correria o risco de reforçar uma estrutura binária e linear de formação dos sujeitos, incorrendo justamente no que se propunha a combater. Ainda que se considere as críticas, atualmente, é preciso se atentar também ao anacronismo de se contestar uma teoria que, apesar de ter gerado questionamentos, serviu de base para muitas formulações posteriores, inclusive da própria autora.

Esse debate foi bastante importante para os estudos de gênero, visto que se passou a questionar a ideia de gênero como baseada na “diferença percebida entre os sexos”, na oposição natureza/cultura, o que levou a própria autora a repensar ou esclarecer posteriormente os termos com que apresentou o gênero no artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1986), levando-a a escrever, em 2008, o artigo “*Unanswered questions*”, no qual ela situa o contexto daquela primeira

publicação (SCOTT, 2008). Neste, ela esclarece que suas ideias foram usadas incorretamente muitas vezes, com certo essencialismo ou com inclinações que não se adequam ao que pretendeu dizer, reforçando que suas ideias trazem em si um ponto fundamental: se gênero é um conceito, também mulher o é (SCOTT, 2010, p. 9-10). Pode-se, a partir disso, concluir o mesmo acerca da construção do que é ser homem. Posteriormente, no artigo “Usos e abusos do gênero” (SCOTT, 2012), Scott revisita suas formulações e as críticas recebidas sobre o conceito de gênero como categoria de análise.

Após mais de trinta anos desse debate, é possível compreender suas nuances. Para Camila Gomes (2018), após todas as elaborações posteriores ao primeiro texto de Scott, não é mais possível continuar sustentando as críticas à mesma, o que a leva a defender que:

Usar o gênero como categoria de análise é compreender que este funciona como um desestabilizador de conceitos como mulher, homem, sexo e mesmo corpo. Adotar uma posição essencialista ou firmada no sexo como categoria fixa não se alinharia com o que se propõe quando se diz gênero como categoria de análise. Sua crítica é a de que com o gênero sendo utilizado como um conceito ou um instrumento para explicar as relações entre homens e mulheres – gênero como relação socialmente construída e sexo como atributo natural – ocorreu o contrário do que se pretendia: homem e mulher continuaram a ser identificados como realidades dadas e fixas e apenas as ‘relações’ estabelecidas entre estes seriam mutáveis ou capazes de serem transformadas. Gênero seria um conceito, uma categoria de análise, submetido, portanto, à reconstrução, discussão, problematização. Analisado diante do contexto histórico, social, cultural, homem e mulher seriam realidade, estariam fora da história, fora de qualquer contexto. Seriam natureza. Pois não. O uso dessa categoria implica que homem e mulher são conceitos social, corporal e historicamente inscritos tal qual ‘gênero’ (GOMES, 2018, p. 68-69).

No entanto, Gomes (2018) vai além da perspectiva do gênero como categoria de análise, afirmando que nada disso bastará se, falando de conceitos historicamente inscritos, não for articulado à raça, categoria impreterível dos estudos decoloniais, aos quais a autora se debruça.

Jeffrey Weeks, refletindo sobre o gênero, afirma que:

O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é, como as intelectuais feministas têm crescentemente argumentado, uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável – um poder historicamente enraizado (WEEKS, 2000, p. 56).

A sexualidade é um dispositivo histórico que passou a exercer um controle sobre os indivíduos, separando-os entre “normais” e “anormais”, aceitos e não aceitos socialmente, segundo Foucault (1999). De acordo com o autor, a proliferação dos discursos sobre sexo, que se intensificaram a partir do século XVIII, com a redução do sexo à função de procriação entre um casal heterossexual, designou como anormal tudo que escapava de tal regra. Esses discursos passaram a ser reproduzidos a partir das relações de poder, pelas diversas instituições sociais, como igreja, família, sociedade etc. Segundo ele:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com a dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1999, p. 100).

Compreende-se, a partir disso, que a sexualidade e o gênero não são imunes às interferências das relações de poder e dispositivos de coerção social. Sendo assim, ambos são produzidos e reproduzidos em meio às relações de poder, ainda que sejam categorias distintas, estão mutuamente relacionadas.

A socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2004) conceitua o gênero como a construção social do masculino e do feminino, ou seja, o gênero diz respeito a imagens construídas pela sociedade sobre o masculino e o feminino, estando estas inter-relacionadas. O gênero, segundo ela, também diz respeito a uma categoria histórica, que pode ser concebida em várias instâncias, uma delas como uma gramática sexual, que regula não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher.

As práticas sociais de mulheres podem ser diferentes das de homens, assim como biologicamente também há diferenças entre os dois. Isso não quer dizer que os dois tipos de diferença³⁸ pertençam à mesma instância. A experiência histórica das mulheres tem sido diferente da dos homens, não por causa dessas diferenças biológicas, mas por conta das desigualdades produzidas entre homens e mulheres na

³⁸ A autora explica que diferente é o contrário de idêntico e igualdade o contrário de desigualdade, tendo esses últimos referência expressamente política (SAFFIOTI, 2004, p.116).

sociedade, a exemplo da marginalização de mulheres na participação política. Há esse resultado porque as duas categorias são desiguais e não apenas diferentes. Uma das razões para a utilização do termo gênero, se dá pela recusa ao essencialismo biológico e à repulsa pela imutabilidade implícita em a “anatomia é o destino”, assunto profundamente debatido no momento histórico em que foi cunhado o termo (SAFFIOTI, 2004, p. 110).

Raewyn Connell & Rebecca Pearse afirmam que a maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatizam uma dicotomia, a partir de uma divisão biológica entre homens e mulheres, que faz com que o termo gênero, em seu uso mais comum, signifique a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na divisão entre fêmeas e machos (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 46). No entanto, há objeções acerca dessa visão sobre o gênero, já que, embora ela seja quase sempre dicotômica, a realidade não o é.

O gênero é compreendido como uma estrutura social que envolve uma relação específica com nossos corpos, por isso, as culturas reconhecem esse aspecto como uma expressão da diferença natural entre homens e mulheres. De fato, algumas características da nossa anatomia são especiais para a reprodução e muitos processos biológicos dos nossos corpos são afetados por isso. O equívoco está não em reconhecer tais diferenças, mas ao tentar inserir nossa complexidade biológica numa dicotomia rígida, como se os padrões culturais apenas expressassem nossas diferenças corporais, porém não há uma base biológica fixa para o processo social do gênero. O que existe, segundo Connell & Pearse (2015), é uma arena em que os corpos são trazidos para os processos sociais, nos quais a conduta social faz alguma coisa sobre diferenças reprodutivas. As autoras chamam isso de arena reprodutiva, o que nos ajuda a entender a definição de gênero que elas propõem, como a “estrutura das relações sociais que se centra na arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 48).

O gênero diz respeito à identidade, ao trabalho, às relações de poder, à sexualidade, ou seja, é concebido, segundo Connell & Pearse (2015), como multidimensional. Entre contextos culturais distintos, os padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes. Acredita-se, levando-se em conta culturas distintas, que as

diferenças entre homens e mulheres são naturais, produzidas unicamente pelo nosso corpo. Todavia, como argumentam as autoras, os corpos são afetados por processos sociais, pois seu crescimento é influenciado pela distribuição de comida, costumes sociais, reprodução, guerras, trabalho, esporte, urbanização, educação e medicina, por exemplo. Tais influências são estruturadas pelo gênero que nos é atribuído ao nascer. Portanto, é preciso compreender que, quando falamos de gênero, não são apenas simples diferenças de padrões e estereótipos, mas relações sociais, fronteiras, práticas, identidades e imagens, que moldam a vida das pessoas de forma profunda e até mesmo contraditória (CONNELL & PEARSE, 2015).

A célebre frase³⁹ de Simone de Beauvoir, presente em “O segundo sexo”, acerca da condição feminina não ser inata, também pode ser utilizada, de forma análoga, à condição do tornar-se homem, embora as posições que ambos ocupem na sociedade não sejam paralelas. Connell & Pearse (2015, p. 38) concordam que: “ser um homem ou uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção”. Entretanto, elas também afirmam que, apesar do gênero não ser uma experiência fixada pela natureza, este não perpassa unicamente condições sociais externas e impostas. As pessoas constroem a si mesmas como masculinas ou femininas, reivindicando um lugar na ordem de gênero, na maneira como se conduzem na vida cotidiana. Essa construção pode ser feita por vontade própria, mas nem sempre é uniforme, resultando, por vezes, em padrões intermediários, numa combinação de características masculinas e femininas, em proporções variadas.

“Corpos têm agência e corpos são construídos socialmente. Análises biológicas e sociais não podem ser separadas uma da outra nem tampouco reduzidas umas à outra” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 11). Com essa afirmação, as autoras explicam que, embora a maioria de nós nasça com órgãos sexuais que foram socialmente definidos entre masculino e feminino, bem como com predisposições genéticas próprias de nossos antepassados, nossos corpos também são afetados pelas estruturas sociais e por nossas trajetórias pessoais, eles podem enfrentar doenças,

³⁹ Refiro-me ao seguinte parágrafo: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, p.11, 2016)

acidentes, cirurgias, partos, violência, fome, entre outras situações de risco, e ainda assim, sobreviver e se ajustar. Por conta disso, a quantidade de corpos diferentes no mundo não deveria ser objeto de espanto, mas sim um fato incontestável apresentado pelas diferentes realidades a que cada corpo é submetido.

As habilidades, talentos e capacidades de homens e mulheres, em geral, não deveriam se basear no gênero em si. É preciso repensar certas afirmações ao refletir sobre a que processos os corpos são expostos. Connell & Pearse (2015, p. 117) exemplificam a assertiva ao afirmar que “quase não há diferenças de gênero de nenhum tipo em relação à capacidade de trabalho em uma economia industrial, exceto aquelas criadas por diferenças no treinamento, pelo tratamento da gravidez como deficiência ou pelo desenho generificado dos equipamentos utilizados”.

As autoras afirmam que “acima de tudo, o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 47). Os processos sociais de grandes dimensões baseiam-se na capacidade compartilhada de homens e mulheres, mais do que em suas diferenças. Connell & Pearse (2015) exemplificam a assertiva citando a criação de bens e serviços numa economia moderna, que se baseia em capacidades compartilhadas e trabalho cooperativo e, ainda assim, acaba produzindo produtos generificados, bem como a distribuição da riqueza gerada por esses produtos também é altamente generificada. Basta olhar as listas das empresas mais bem-sucedidas, em qualquer revista de negócios, que é possível perceber que a maioria dos líderes corporativos são homens. Portanto, elas sugerem que cabe às ciências sociais fornecerem uma solução para essas dificuldades: “a chave é mudar o foco, parando de focar diferenças rumo a um enfoque nas relações” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 47).

A obra da filósofa da Teoria *Queer*, Judith Butler, é dedicada à crítica à identidade de gênero, questionando as condições e contextos sob as quais as identidades foram e são formadas, evidenciando uma ruptura na linearidade da estrutura corpo-gênero-sexualidade. Ela considera que o gênero opera identificando as pessoas pela aparência, sendo que a aparência que sustenta as identidades de gênero na nossa sociedade é aparência biológica do corpo, atribuindo sentidos de feminino às pessoas nascidas com vagina e de masculino às pessoas nascidas com pênis, afirmando, com isso, que as normas culturais definem que a aparência

anatômica dos nossos corpos é considerada a fonte do nosso gênero. Ela questiona tal associação e a denuncia como mera convenção.

Butler (2017) defende que não há um modelo ideal e verdadeiro de gênero, um padrão do qual derivam, um sentido que responde a um suposto molde original, e afirma que o gênero é somente o desempenho repetido de comportamentos, e esta repetição ao longo do tempo é o que produz a ficção do que as identidades de gênero deveriam ser. Essa convenção adotada socialmente desconsidera as pessoas que não se encaixam nos modelos binários de gênero, já que

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' – isto é, aqueles que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero' (BUTLER, 2017, p. 44).

Para Butler (2017, p. 56), “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados”. Ela argumenta que o gênero não é simplesmente algo que alguém é, mas algo que alguém faz, sendo o gênero mais um *fazer*⁴⁰ do que um *ser*.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido que a essência ou a identidade que por outro lado pretendem expressar, são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2017, p. 235)

Ao afirmar que o gênero e a sexualidade são construídos discursivamente, Butler (2017) se refere à maneira pela qual os gêneros são modelados pelo discurso. Segundo a noção de performance de gênero que ela nos traz, o gênero se trata de uma invenção da linguagem perpetuada no tempo através das práticas sociais e costumes como se fossem uma lei natural incontestável. Os atos de gênero, revelam-se, portanto, por meio de expressões comunicativas como roupas, maneiras de se comportar, falar e até mesmo com a escolha de um parceiro sexual. Deste modo, é

⁴⁰ Destacado conforme a autora faz na obra citada.

possível compreender que, quando alguém se comporta de maneira considerada “adequada” segundo o recorte de gênero que lhe foi designado, essa pessoa está apenas repetindo normas de gênero socialmente impostas. Butler (2017) conclui, à vista disso, que não existem identidades anteriores à ação das normas de gênero, sendo a própria ação que resulta na criação de tais normas de gênero e a sua repetição o que as mantém.

Pensar o gênero como performativo, para Butler (2017), indica que não há identidade ou essência nos signos corporais. Ela defende, ainda, a subversão de tais normas, com o intuito de questionar os estereótipos de gênero. Esse comportamento de subversão é o que ela vai chamar de performatividade de gênero. Para entender melhor ao que a autora se refere, é importante frisar que performatividade e performance são conceitos distintos. A performance se refere às repetições não racionalizadas dos comportamentos ditados pelas normas de gênero e a performatividade é o ato de performar o gênero de maneira proposital, de modo a subvertê-lo. As performances de gênero são reguladas por uma estrutura social rígida de linguagem que as sustenta ao mesmo tempo que impede outras possibilidades de agir. Já a performatividade desafia a performance, evidenciando sua fragilidade. Ela credita à performatividade uma importância política, como uma resistência à imposição social de atos e comportamentos heteronormativos para as identidades de gênero.

A discriminação contra pessoas LGBTQ+ leva em consideração a ordem social que se centra na arena reprodutiva, na qual se estruturam as relações sociais entre os sexos e as sexualidades (CONNELL & PEARSE, 2015). Estabelecida a partir dessa sequência lógica de que o sexo (fêmea/macho) pressupõe o gênero (feminino/masculino) e que esses dois gêneros devem se complementar nos papéis afetivos/sexuais, essa ordem foi produzida através de processos sociais históricos.

No entendimento de Guacira Lopes Louro (2008), definimos o que é natural ou não, através de processos culturais, a partir dos quais os corpos ganham sentido socialmente, e a identificação dos gêneros (feminino/masculino) que nos é feita sempre perpassa pelo contexto de determinada cultura, na qual são fabricados e moldados por nossa sociedade os ditames de comportamento considerados

adequados para cada sexo. A sexualidade “normal” seria algo construído e “aprendido”, assim como aprendemos o que é ser “homem” e “mulher”.

Através de estratégias e táticas aparentes ou sutis, o princípio de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea é reafirmado, indicando sem hesitação um dos dois gêneros possíveis, conduzindo a uma única forma normal de desejo, aquele que se estabelece pelo sujeito de sexo/gênero oposto ao seu. Esse alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade é o que dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, a reprodução e reiteração compulsória da norma sexual (LOURO, 2008).

Richard Miskolci (2009) aponta que é pela heteronormatividade que entendemos as instituições, estruturas e formas de se relacionar e, com isso, compreendemos a heterossexualidade como a única sexualidade coerente, “saudável”, a que detém privilégios, protegida pela “moral”. A heteronormatividade é compreendida por ele como “a ordem sexual do presente fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio das violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (MISKOLCI, 2012, p. 224). Nesse sentido, o autor aponta que o heterossexismo, ou seja, “a pressuposição de que todos são ou deveriam ser heterossexuais” (MISKOLCI, 2012, p. 224) e a heterossexualidade compulsória, sendo essa imposição da heterossexualidade como modelo das relações amorosas ou sexuais, também são conceitos importantes para compreender a ordem social que, através desse dispositivo regulatório de sexualidade, prioriza a heterossexualidade, naturalizando e tornando-a também compulsória.

A raiz das violações contra a população LGBT+ e demais sujeitos que não se enquadram nas normas heterossexuais, para Émerson Santos (2019), reside no fato da heterossexualidade ser “considerada como a única forma legítima da expressão da sexualidade, todas as outras são consideradas ilegítimas [...], as demais identidades sexuais diferentes da heterossexualidade são consideradas como arbitrárias” (SANTOS, 2019, p. 83). Portanto, o autor conclui que essas diferenças são transformadas em desigualdades a partir do heterossexismo, da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade.

De acordo com Daniel Borrillo (2009), esse dispositivo que torna a heterossexualidade compulsória serve para ordenar um regime de sexualidades que qualifica os comportamentos heterossexuais como modelo social e os comportamentos alheios a essa lógica como desviantes, inferiores e, conseqüentemente, “anormais”. O estudioso afirma ainda que “a heterossexualidade aparece, assim, como padrão para avaliar todas as outras sexualidades” (BORRILLO, 2016, p. 31). Como explicado anteriormente, a essa hierarquia de sexualidades dá-se o nome de heterossexismo, uma forma específica de dominação segundo a qual a heterossexualidade ocupa posição superior às demais formas de sexualidades. Estas são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (BORRILLO, 2016).

Assim, não basta a percepção periférica da diferença, ou seja, o tratamento hierarquizante dado “aos diferentes”, existe também, segundo Foucault (1999), sobretudo no que tange ao campo das sexualidades e do gênero, uma gama de normatizações aplicadas aos indivíduos e seus corpos na tentativa de uniformizá-los, padronizá-los; sendo que qualquer dissonância do padrão heteronormativo passa a ser julgada pelo viés do pecado, da falta, ou da patologização, tornando esses corpos passíveis de correção e disciplinamento. Acerca disso, existem relatos históricos de um arsenal de práticas violentas emplacadas em face da não sujeição dos “desviantes”, fato que nos demonstra o projeto de poder norteador da padronização e do controle.

Sobre esse processo que estabelece as hierarquias sexuais, Marco Aurélio Máximo Prado explica que:

[...] as práticas sociais baseadas na heteronormatividade, constituíram-se, ao longo da história ocidental, em processos capazes da construção de subordinação de outras práticas sexuais e sociais. O que significa não a exclusão das homossexualidades do cenário social, mas sim a sua subalternidade no interior dos processos hegemônicos (PRADO, 2008, p. 13).

Nesse sentido, para o autor, o preconceito contra pessoas LGBTQ+, fomentado pelas hierarquias sexuais, posiciona essa população em condições subalternas, justamente como mecanismo de manutenção de hierarquias sociais, morais e políticas. É impossível, para Prado (2008), desvincular experiências não-heterossexuais das lógicas públicas de hierarquização dos direitos sociais, já que é

esse entrelaçamento que sustenta a legitimidade do preconceito social e predispõe a construção de uma subcidadania ou subalternidade da identidade LGBTQ+. Estar ou não nessa posição identitária significa mais do que ter uma prática de parceria sexual com alguém do mesmo sexo ou do sexo oposto, já que essa localização social enseja vários outros aspectos da vida pública, articulando uma infinidade de possibilidades de identificações nos âmbitos público e privado. Tal subalternidade significa menos acesso a direitos e pode se estender desde práticas legalizadas ou ilegais, mas que acabam determinando quem irá ou não ter pleno exercício de sua cidadania.

Como exemplo relacionado às práticas legalizadas, podemos citar as pessoas LGBTQ+ que eram impedidas de doar sangue, sem que isso ferisse as normas sociais formais estabelecidas. Já em relação às práticas não legalizadas, um dos exemplos possíveis é quando pessoas transexuais acabam excluídas do mercado de trabalho, por não terem a aparência exigida por seus empregadores. Embora a legislação não proíba que essas pessoas sejam contratadas, ainda assim, existe grande resistência do mercado de trabalho em absorver essa parcela da população.

O autor estabelece ainda que o conceito de identidade expressa a síntese de uma construção social enredada por formas de identificação pessoal e grupal, além de atribuições sociais (PRADO, 2008). Portanto,

[...] falarmos em identidades homossexuais⁴¹ envolve não somente as formas e práticas de exercer a sexualidade, mas suas performances públicas, a construção dos direitos e deveres conquistados, os espaços institucionais ofuscados, as formas específicas de opressão e muitas outras questões que sempre estão circunscritas pela forma moral e estética concorrente a determinada posição hegemônica de objetivações sociais de indivíduos, grupos e sociedades (PRADO, 2008, p. 17).

Ou seja, uma identidade é um processo individual e coletivo de significações, com implicações psicológicas e sociais (PRADO, 2008). Para aparecer no mundo público como uma posição sexual com direitos iguais, a homossexualidade⁴² precisa desconstruir uma rede de significações fabricadas pelo padrão dominante, que a transforma numa questão religiosa, uma lógica de relação, um caráter psicológico, uma posição política e uma posição de identidade (PRADO, 2008). O que afeta a

⁴¹ Quando o autor tratar de identidades homossexuais, tratarei como identidades LGBTQ+.

⁴² Aqui acrescentei ao raciocínio do autor a mesma relação às demais orientações sexuais e identidades de gênero.

pessoa LGBTQ+ não é sua prática sexual, mas a leitura que a sociedade faz dessa prática.

Essa leitura que a sociedade faz da prática homossexual⁴³, conforme já vimos, é assentada no heterossexismo e tem por resultado subalternizar as pessoas LGBTQ+ e renegar aqueles que não se enquadram nos papéis socialmente determinados para seu gênero. A essa subalternização dá-se o nome de homofobia⁴⁴ (PRADO, 2008). Uma das definições possíveis para a homofobia é a hostilidade geral, psicológica e social àqueles ou àquelas que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo, segundo Borrillo (2016). “Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal” (BORRILLO, 2016, p.13). Pode ser considerada como uma construção ideológica que se traduz na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outras (homo ou bi), o que acarreta consequências políticas e sociais (BORRILLO, 2016).

Embora a homossexualidade, a lesbianidade e a bissexualidade - enquanto práticas sexuais - sejam de cunho privado, essa hierarquia de subalternidades, trazidas à tona por meio da LGBTQfobia, as torna públicas. Dessa forma, passa a ser uma luta política por reconhecimento de direitos, visto que está instalado, no mundo público, um silêncio que se constitui um desperdício das experiências possíveis ao fenômeno humano (SANTOS, 2002). Argumenta-se também que tais orientações sexuais sejam tão legítimas quanto à heterossexualidade, visto tratar-se de uma manifestação da pluralidade sexual, uma variante constante e regular das formas de sexualidade humana, presentes em todos os povos e culturas, ao longo de toda a história da humanidade. O que se deveria lamentar não é a livre expressão sexual, mas o fato de que as práticas sexuais tenham sido utilizadas no intuito de qualificar ou desqualificar pessoas, relações e discursos, de forma intencional e inequivocamente injusta.

Entretanto, ao tempo que parte significativa da população LGBTQ+ cada vez mais tem buscado se reconhecer, apropriar-se e se integrar de sua identidade sexual, ainda persiste certo desconhecimento geral no tocante às nomenclaturas que podem

⁴³ Bem como as demais práticas sexuais dissonantes, tais como nas relações lésbicas e bissexuais.

⁴⁴ Grafado conforme o autor fez em sua obra, no entanto, como dito anteriormente, prefiro ampliar o entendimento do conceito para o termo “LGBTfobia”.

ser utilizadas, surgindo, inclusive, dúvidas sobre seus significados. Conforme dito na introdução, esta pesquisa utiliza o termo LGBT, por ser o termo mais comumente utilizado nos estudos e manuais sobre o tema no país, adotado após a I Conferência Nacional GLBT no Brasil⁴⁵, contudo, é sabido que existem variantes que integram a sigla⁴⁶. Acrescentei o sinal gráfico de “+” para especificar que tenho conhecimento e quero englobar as demais formas de expressão da sexualidade que, ou ainda não são definidas por consenso ou ainda estão sendo compreendidas pela comunidade científica e ativistas.

Há também intensa discussão sobre o termo “homossexual” como conceito abrangente para nominar todas as sexualidades não heterossexuais. Boa parte dos ativistas do movimento LGBT+ acredita, com razão, que o vocábulo é insuficiente para abranger todas as formas de experiências LGBT+. O termo “homossexual”, segundo Luiz Mello (2005), tem origem grega (*homo* = igual) e raiz latina (sexual). No entanto, muitos tomam por certo que *homo* seja de origem latina, atribuindo-lhe o sentido de “sexo entre homens” e não “entre iguais”, o que implica uma exclusão equivocada das mulheres nesse campo semântico. Talvez para se desviar desse tipo de interpretação reducionista, além da necessidade de afirmar uma identidade homossexual feminina, as ativistas do movimento sexual da época reivindicaram a autodenominação lésbica, na busca pela visibilidade de suas vivências afetivo-sexuais.

É preciso que se diga que tais termos são, para além de categorias identitárias, também sociopolíticas. Afirmer uma identidade homossexual, nesse sentido, funciona como um contraponto ao modelo heterocêntrico (MELLO, 2005). Portanto, ao distinguir também as identidades lésbicas, bissexuais, pansexuais, transexuais, intersexo e assexuais, além da homossexual, quero evidenciar as diferenças expressas por experiências.

⁴⁵ No dia 08 de Junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 delegados/as nacionais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil. Posteriormente, em dezembro de 2008, no maior evento do movimento LGBT do Brasil, o Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – EBLGBT, também se decidiu pelo uso do termo LGBT (ABGLT, 2010).

⁴⁶ Segundo Vianna (2015) “há controvérsias quanto à nomeação de todos os Ts, a inclusão de um Q [para queers] ou um A [para assexuais], um I [para intersexos], mas há consenso na busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção das desigualdades trazendo à tona pertencimentos sexuais e de gênero” (VIANNA, 2015, p. 794).

O conceito de identidade “tem sido cada vez mais usado em reivindicações de indivíduos sobre quem são em termos de suas diferenças em relação a outros” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 209), pois “as pessoas se tornam membro de um movimento social ao reivindicar uma identidade [como negro, mulher, lésbica etc.]” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 209). Existem diversas variações nas categorias de gênero, registradas em várias pesquisas sobre o tema, Connell & Pearse (2015) citam exemplos interessantes sobre arranjos de gênero locais, como o estudo de Arne Nilsson que documenta as três maneiras de ser homossexual na cidade sueca de Gothenburg⁴⁷ e os de Walter Williams, que relata categorias como os *berdache*⁴⁸ de culturas indígenas na região sudoeste da América do Norte, os *banci*⁴⁹ javaneses e as travestis no Brasil.

As autoras apontam que as formas de práticas sexuais podem mudar ao longo do tempo, conforme condições sociais e históricas, e citam a pesquisa de Peter Jackson sobre as categorias tailandesas tradicionais de sexo/gênero e como, sob o impacto da cultura gay internacional, foram elaboradas uma série de adições, que complementaram tais categorias⁵⁰. Connell & Pearse (2015) explicam também que, para a psicologia discursiva⁵¹, a identidade de gênero não é tomada como um padrão estável de personalidade, mas uma posição de fala inscrita em um discurso de gênero, que uma pessoa pode tomar ou abandonar em diferentes momentos.

Levando-se em conta as diferenças nos arranjos de gênero ao redor do mundo, as quais os exemplos anteriores, ainda que incomuns, nos levam a refletir, ratifico que a proposta desta pesquisa é estabelecer os parâmetros necessários para a compreensão da realidade brasileira e piauiense/teresinense, país de origem do

⁴⁷São elas: “so”, normalmente um homem afeminado; “homem de verdade”, em geral entre a juventude da classe trabalhadora e “fjollor”, rainhas exuberantes (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 209).

⁴⁸ Pessoas de “alma dupla”, que possuem corpos masculinos, posição social mais próxima da de mulheres e grande poder espiritual (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 212).

⁴⁹ Pessoas com corpos masculinos e vestuário feminino que fazem sexo com homens hétero (CONNELL & PEARSE, 2015, p.212).

⁵⁰ As categorias tradicionais são *phuchai* para homens, sobretudo heterossexuais; e *kathoey*, para homens afeminados ou gênero invertido, homossexuais receptivos. As adições às categorias sexuais são *bai*, para bissexuais; *gay-king*, para homossexuais, preferindo ser insertivos; *gay-queen*, para, em geral, afeminados, que preferem ser receptivos; e *gay-king*, para os que são masculinos ou afeminados e sexualmente versáteis (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 212).

⁵¹ A psicologia discursiva é o ramo da psicologia que olha para a maneira como as subjetividades humanas são delineadas na cultura e no discurso (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 211).

estudo, no intuito de entender tais dinâmicas e como elas estão inseridas dentro do contexto social, cultural e político do nosso país.

Para entender como se dão as opressões relacionadas ao gênero, é preciso compreender a estrutura social que as estabelece. As relações de gênero são “as relações sociais que surgem dentro e em torno da arena reprodutiva” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 155), portanto, tais arranjos podem se referir aos regimes de gênero, que são os padrões de gênero encontrados em determinada instituição, estabelecendo, por exemplo, profissões consideradas masculinas ou femininas, ou ainda, que tais cargos gerenciais sejam ocupados por homens, considerando-se características que, embora subjetivas, permeiam o imaginário institucional.

Os regimes de gênero das organizações fazem parte de padrões que se hegemonizam, que tanto permanecem quanto se modificam ao longo do tempo, numa dada sociedade, esses padrões são chamados de ordem de gênero. Geralmente, os regimes de gênero fazem parte da ordem de gênero mais geral, mas podem ter variações. Esse conjunto de arranjos de gênero corresponde, basicamente, ao conjunto de relações sociais – as maneiras como as pessoas, grupos e organizações estão conectadas e divididas –, seja de empresas, seja da sociedade em geral. As pessoas são cobradas, no que se refere às suas condutas cotidianas, de acordo com suas “categorias sexuais”, presumidas através da ordem de gênero vigente. Esses arranjos de gênero representam uma estrutura social, visto que são poderosamente determinados, por exemplo, pelas instituições, família, igreja, etc. Essa estrutura, no entanto, não decide mecanicamente como os indivíduos agem, mas certamente define possibilidades de ação e suas consequências (CONNELL & PEARSE, 2015).

Connell & Pearse (2015) estabelecem um modelo em que podem existir quatro dimensões que estruturam as relações de gênero, são elas: poder, produção, catexia e simbolismo. Esse modelo é apenas uma ferramenta para análises e não deve ser tido como um esquema filosófico fixo, considerando-se na prática o quão útil pode ser e a que limites de tempo e espaço se aplica. O poder, enquanto estrutura de dominação, é fortemente generificado, basta levar em consideração as estatísticas de violência e abuso. Ainda hoje se mantém, em grande parte do mundo, a ideia do homem como “chefe de família”, o poder dos maridos sobre as esposas e dos pais sobre as filhas é aceito como natural e legítimo.

No entanto, o poder patriarcal não se refere apenas a uma relação de controle direto de mulheres por homens, individualmente, mas também é operado diretamente pelo Estado, haja visto que os homens são maioria nos postos de poder e liderança, e, muitas vezes, decidem acerca do futuro das mulheres, como nos casos de juízes que julgam estupros, guardas de crianças, provisão de alimentos, crimes cometidos por mulheres, entre outros. Os homens estão ainda em larga maioria, nos espaços legislativos e judiciários, que dispõem sobre os direitos e deveres de cada pessoa enquanto cidadão, inclusive das mulheres, mesmo em pautas que lhes afetam diretamente, como as políticas públicas para mulheres violentadas por seus parceiros e os direitos reprodutivos.

Nas relações de poder que envolvem a burocracia, é perceptível que os homens controlam a maioria das grandes organizações do mundo, num amplo processo de produção de desigualdades de gênero, ao favorecerem critérios e processos de seleção que privilegiam homens. Eles comandam ainda os meios de força em cada parte do mundo, a exemplo das forças armadas, das polícias, do sistema penitenciário, entre outros. A dimensão generificada de poder não diz respeito somente ao controle de mulheres, além disso, é possível analisar os modelos de masculinidades que envolvem demonstrações de coragem e estabelecimento de domínios envolvendo crimes, violência urbana, tráfico de drogas, direção imprudente, descuido com cuidados básicos de saúde, entre outras.

A produção envolve diretamente a divisão sexual do trabalho, na qual a vida econômica é vista como o universo masculino e a vida doméstica é o universo feminino, sendo essa dicotomia a base estrutural da ordem de gênero no capitalismo moderno (CONNELL & PEARSE, 2015). Mesmo que as mulheres estejam no mercado de trabalho, elas ocupam postos mais precarizados e são maioria quando se leva em conta os trabalhadores informais, sem garantias trabalhistas. Além disso, na esfera doméstica, continuam realizando as tarefas de cuidado dos filhos, manutenção da limpeza da casa e alimentação, sem que isso lhes forneça qualquer tipo de compensação financeira. É um trabalho invisível e não remunerado, ao qual as mulheres são condicionadas pela ordem de gênero e aquelas que conseguem se desvencilhar dessas tarefas do ambiente doméstico geralmente o fazem em detrimento da exploração do trabalho de mulheres mais pobres.

A divisão do trabalho, entretanto, é apenas parte de um padrão maior, haja vista que, não apenas o trabalho é corporificado em cada produto ou serviço, como homens e mulheres desempenham diferentes posições no processo generificado de acumulação de capital, influenciando, inclusive, nos processos e sistemas educacionais que preparam as pessoas para o trabalho. Não coincidentemente, as pessoas mais ricas do mundo são homens e as mais pobres, mulheres. Além disso, o que se produz por intermédio do trabalho generificado também tem efeitos e usos generificados, que vão desde a moda, vestuário, cosméticos, até eletrônicos, carros e armas.

A catexia engloba as relações emocionais, sejam elas positivas (favoráveis) ou negativas (hostis), como os vínculos românticos, relações familiares, preconceito contra mulheres (misoginia) ou pessoas LGBT+ (LGBTfobia). A sexualidade, uma arena importante do apego emocional, é comumente organizada com base no gênero. Embora o padrão hegemônico global de atração sexual seja o heterossexual, pesquisas que englobam várias culturas e períodos históricos demonstram que muitas sociedades não tomam esse pressuposto como universal. Outro arranjo de gênero que envolve a catexia se dá nas relações familiares entre pais e filhos, o padrão hegemônico estabelece o cuidado com as crianças como inerente às mães, sendo os pais responsáveis pelo provimento da casa e da família. Porém, também existem relações emocionais nos locais de trabalho, há empregos que se baseiam na produção de relações emocionais com os clientes, por exemplo, babás, professoras de jardim de infância, comissários de bordo, gerentes de bancos, cobradores de dívidas, etc. As relações emocionais hostis, além de simbólicas, podem ser também violentas, como nos casos de preconceito e violência contra minorias (CONNELL & PEARSE, 2015).

O simbolismo remete às práticas sociais de interpretar o mundo. Os significados carregam os traços dos processos sociais por meio dos quais foram produzidos e refletem interesses sociais particulares, partindo de modos de vida específicos. As representações culturais do gênero, de atitudes generificadas, sistema de valores e problemas correlatos, representam a área mais ativa de estudos de gêneros nos países ricos da metrópole global. Nos países em desenvolvimento essas questões não são centrais, visto que temas ligados à pobreza, poder e mudanças

econômicas são prioridade. O simbolismo de gênero opera no discurso, na cultura, nas roupas, maquiagens, gestos, filmes e lutas sociais, sendo que essas expressões simbólicas mudam ao longo do tempo (CONNELL & PEARSE, 2015).

2.2 PERSPECTIVAS FEMINISTAS DECOLONIAIS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Enquanto ideologia política, teórica, social e econômica, o feminismo vem sofrendo críticas ao longo dos anos. Impulsionado por mulheres brancas e europeias, no século XIX, era de se supor que suas primeiras reivindicações se ampliassem e fossem discutidas por um número cada vez maior de pessoas. Essa “evolução”, no entanto, não é linear e muito menos um consenso universal. Françoise Vergès (2019) aponta que nem sempre é fácil se dizer feminista, em razão do que considera traições do feminismo ocidental ao se alinhar e desejar ocupar o mundo capitalista e predador. Contudo, ela explica a necessidade de disputar e construir um feminismo decolonial que seja antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. A autora defende o feminismo como luta pelo direito de existir:

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial não é apenas arrancar a palavra feminismo das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul Global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência. (VERGÈS, 2019, p. 35)

Partindo dessa análise de Vergès, que vai ao cerne da questão da exploração capitalista enquanto regime de reprodução de desigualdades sociais, podemos refletir acerca da necessidade de construção de um feminismo que questione e combata a raiz das opressões e que se proponha a ir além da busca pela igualdade de gênero. Ainda em 1988, a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez, nos alertava da necessidade de construção de um feminismo que se entrelaçasse com a questão racial. Para ela,

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental nas nossas lutas e conquistas e que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, como também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. Ao centrar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal [ou patriarcado capitalista], evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento (GONZALEZ, 2020, p. 40).

A intelectual admite que o feminismo, ao propor a discussão sobre sexualidade, estimulou “a conquista de espaços por homossexuais⁵² de ambos os sexos, discriminados pela sua orientação sexual” (GONZALEZ, 2020, p. 40). Porém, a autora chama atenção para o fato de que o mesmo não ocorreu com outros tipos de discriminação, como as de caráter racial. Isso acontece porque “tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação” (GONZALEZ, 2020, p. 41). Ela atribui esse “esquecimento” por parte do feminismo ao que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão, cujas raízes se encontram numa visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade.

O feminismo latino-americano, segundo Lélia Gonzalez (2020), perde muito de sua força ao abstrair o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Ela lembra que a colonização da América Latina foi realizada prevalentemente por países ibéricos, transformando as sociedades latino-americanas em “herdeiras históricas das ideologias de classificação social [racial e sexual], assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas” (GONZALEZ, 2020, p. 43). Isto é, essas sociedades não podiam deixar de se classificar como hierárquicas, o que tornaria “desnecessária a segregação entre mestiços, indígenas e negros, pois as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante” (GONZALEZ, 2020, p. 43).

O racismo latino-americano, consoante Lélia, é suficientemente sofisticado na manutenção de negros e indígenas como subordinados no interior das classes mais

⁵² Grafado conforme a escrita da autora, no entanto, amplio o conceito para todas as pessoas LGBTQ+.

exploradas, em virtude da ideologia do branqueamento⁵³. Esse mito da superioridade branca, uma vez estabelecido, tem efeitos violentos de desintegração e fragmentação da identidade étnica, internalizando o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil), com a conseqüente negação da própria raça e da própria cultura. Ela adverte ainda sobre outro mito de dominação ideológica, o mito da democracia racial, segundo o qual supostamente há igualdade de todos perante a lei, baseada na existência de uma grande harmonia racial.

De acordo com González (2020), dentro das desigualdades raciais, há ainda o agravante de gênero, que acomete as mulheres não-brancas da região (amefricanas e ameríndias), fazendo com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente,

[...] justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, em sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano (GONZALEZ, 2020, p. 46).

Em se comparando os rendimentos do mesmo trabalho, exercido por negros e brancos, a autora afirma que os daqueles são sempre menores, em qualquer categoria profissional, principalmente nas de maior qualificação, agravando-se quando combinadas a exploração socioeconômica à exploração de gênero das mulheres amefricanas (GONZALEZ, 2020).

Maria Lugones (2020), socióloga argentina radicada nos Estados Unidos, em seu artigo “Colonialidade e gênero”, investiga a interseccionalidade entre raça, classe, sexualidade e gênero no intuito de compreender a indiferença dos homens com relação às violências que as mulheres de cor⁵⁴ sofrem. Ela se vale da análise do

⁵³ Tal ideologia, transmitida pelos meios de comunicação de massa e sistemas ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais (GONZALEZ, 2020).

⁵⁴ A autora utiliza o termo “mulheres de cor”, cunhado nos Estados Unidos por mulheres vítimas de dominação racial, como um termo de coalização contra as múltiplas opressões. Ela garante que o termo não se trata apenas de um marcador racial ou de uma reação à dominação racial, é também um movimento solidário horizontal, adotado por mulheres subalternas, vítimas de diferentes tipos de dominação nos Estados Unidos. O termo aponta uma coalização orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, pueblo, toda a trama complexa de vítimas da colonialidade do gênero, articulando-se não enquanto vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial. Ela garante, por fim, que a coalização é aberta, com uma intensa interação intercultural (LUGONES, 2020, p. 80).

conceito de “colonialidade do poder”, de Quijano, que defende que o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle dos quatro âmbitos básicos da vida humana (sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos), para entrecruzar o que chama de “sistema moderno-colonial de gênero”, na tentativa de fazer visível a instrumentalidade do sistema de gênero colonial/moderno na subjugação de homens e mulheres de cor. Lugones (2020) critica o olhar de Quijano sobre o que considera o aceite do entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero, quando o autor pressupõe, em sua obra, uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. Ela não pretende refutar completamente o conceito de colonialidade do poder e reconhece a importância da análise de Quijano em contrapartida às “teorias eurocêntricas sobre as classes sociais”, uma vez que sua teoria permite entender a centralidade da classificação da população em raças no capitalismo global, ao tempo que permite a compreensão das disputas históricas pelo controle do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva e da intersubjetividade.

Lugones (2020) admite que a modernidade e a colonialidade fornecem uma compreensão complexa da organização do trabalho, deixando exposto o encaixe entre a racialização total da divisão do trabalho e a produção do conhecimento. No entanto, para ela, a colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero. No padrão de Quijano, segundo Lugones, o gênero parece estar contido dentro daquele “âmbito básico da vida” que ele chama de “sexo, seus recursos e produtos”. A socióloga critica a descrição de gênero de Quijano por considerá-la demasiadamente estreita e hiperbiologizada, ao trazer pressupostos como “o dimorfismo sexual, a heterossexualidade, a distribuição patriarcal do poder e outras ideias do tipo” (LUGONES, 2020, p. 61).

Ela questiona ainda o fato de que, segundo sua compreensão, para Quijano, o sexo parece ser inquestionavelmente biológico, dando como certo que a disputa pelo controle do sexo é uma disputa entre homens, que competem entre si pelo controle de recursos que são entendidos como femininos, desconsiderando os homens como “recursos” nos encontros sexuais e desconsiderando também as mulheres na

disputas, em todos os níveis, do controle do acesso ao sexo, atribuindo às diferenças os mesmos termos da biologia reprodutiva (LUGONES, 2020).

Para contrapor o que considera insuficiente nas análises de Quijano, Lugones (2020) vai trazer, entre outros, estudos de Paula Gunn Allen, Oyèrónké Oyěwùmí e Michael J. Horswell. Conforme Maria Lugones,

Gunn Allen afirma que muitas comunidades tribais de nativo-americanos eram matriarcais, reconheciam positivamente tanto a homossexualidade como o 'terceiro' gênero, e entendiam o gênero em termos igualitários – não nos termos de subordinação que foram, depois, impostos pelo capitalismo eurocêntrico. Seu trabalho nos permite ver que o alcance das diferenças de gênero era muito mais abrangente e não era baseado em fatores biológicos. A autora também fala de produção do conhecimento e uma aproximação a certo entendimento da 'realidade' que são ginocêntricos⁵⁵. Dessa forma, ela aponta para o reconhecimento de uma construção 'atribuída de gênero' do conhecimento e da modernidade, outro aspecto oculto na descrição que Quijano faz sobre o alcance do 'gênero' nos processos que constituem a colonialidade do gênero. (LUGONES, 2020, p. 64-65)

No estudo de Gunn Allen, na perspectiva de Lugones (2020), a inferiorização das mulheres indígenas nativo-americanas está ligada à dominação e transformação da vida tribal, através da destruição da ginocracia nas sociedades indígenas, que tinham por características a estrutura social bilateral complementar, onde a chefe interna presidia a tribo, vila ou grupo, ocupando-se de manter a harmonia e administrar assuntos internos e o chefe macho presidia as mediações entre a tribo e aqueles que não pertenciam a ela; o entendimento de gênero baseado em sua propensão, inclinação e temperamento; e a distribuição econômica que normalmente seguia o conceito de reciprocidade. Gunn Allen afirma que muitas tribos eram ginocráticas e que entre as 88 tribos que reconheciam a homossexualidade, várias a faziam de forma positiva, inclusive, 20 delas também tinham referências específicas ao lesbianismo⁵⁶.

O trabalho de Allen não só nos permite reconhecer a limitação das ideias de Quijano sobre o gênero em relação à organização econômica e a organização da autoridade coletiva; ele também nos faz ver que tanto a produção do conhecimento quanto todos os níveis de concepção da realidade são 'atribuídos de gênero'. Allen também coloca um questionamento da biologia

⁵⁵ Ginocentrismo se refere ao dominante ou exclusivo foco em mulheres na teoria ou prática; ou a defesa disso. Qualquer coisa pode ser considerada ginocêntrica quando é caracterizada exclusivamente com um ponto de vista feminino ou especificamente feminista (Oxford English Dictionary, 2010).

⁵⁶ Grafado conforme a escrita de Gunn Allen, no entanto, Lugones, em nota, admite ser um termo problemático, que ela credita à ascendência europeia da autora (LUGONES, 2020, p. 82).

e sua incidência na construção das diferenças de gênero, e apresenta a importante ideia da possibilidade de se escolher e sonhar com papéis de gênero⁵⁷. Além disso, a autora também mostra que a heterossexualidade característica da construção colonial/moderna das relações de gênero é produzida, construída miticamente, Mas a heterossexualidade não está apenas biologizada de maneira fictícia, ela também é obrigatória e permeia toda a colonialidade de gênero – na concepção mais ampla que estamos dando a esse conceito. Nesse sentido, o capitalismo global é heterossexual (LUGONES, 2020, p. 71).

Essa heterossexualidade tem sido coerente e duramente perversa, violenta, degradante, funcionando como ferramenta de conversão de pessoas “não brancas” em animais e de “mulheres brancas” em reprodutoras da raça branca e da classe burguesa (LUGONES, 2020).

Lugones (2020) também cita o estudo de Oyèrónké Oyěwùmí, o qual demonstra que o opressivo sistema de gênero imposto à sociedade iorubá por meio do colonialismo inclui a subordinação das “fêmeas” em todos os aspectos da vida. A sociedade iorubá não tinha o gênero como um princípio de sua organização social antes da colonização ocidental. A autora diz que o gênero ganhou importância nos estudos iorubás não como um artefato da própria cultura, mas porque a vida iorubá passou a ser traduzida para o inglês para caber no padrão ocidental de separação do corpo e da razão.

Oyěwùmí trata dois processos como cruciais para a colonização: a imposição de raças e a consequente inferiorização dos africanos e a inferiorização das anafêmeas⁵⁸, que se estendeu excluindo as anafêmeas dos papéis de liderança até a perda da propriedade sobre a terra e outros espaços econômicos importantes (LUGONES, 2020):

A autora [Oyěwùmí] diz que a introdução do sistema de gênero ocidental foi aceita pelos machos iorubás, que assim foram cúmplices e colaboraram para a inferiorização das anafêmeas. Portanto, quando pensamos na indiferença dos homens não brancos diante da violência contra as mulheres não brancas, podemos começar a compreender parte do que acontece na colaboração entre anamachos e colonizadores ocidentais contra anafêmeas. Oyěwùmí deixa claro que tanto homens como mulheres resistiram, em diferentes níveis, às mudanças culturais (LUGONES, 2020, p. 66-67).

⁵⁷ Gunn Allen exemplifica que os yumas tinham uma tradição para designar o gênero baseados em sonhos, assim, uma fêmea que sonhasse com armas se transformaria em macho, para todos os efeitos (LUGONES, 2020, p. 69).

⁵⁸ Os prefixos *obin* e *okun* fazem referência a uma variação anatômica, podendo ser traduzidos, segundo Oyěwùmí como referentes à anatomia da fêmea e do macho, podendo ser lidos como anafêmea e anamacho (LUGONES, 2020, p. 65-66).

Lugones (2020) acredita que a colonialidade do gênero, conforme Quijano a descreve, mostra aspectos importantes da intersecção de gênero e raça, mas, ao invés de produzir um rompimento, ele se acomoda no reducionismo da dominação de gênero. A análise de gênero de Oyěwùmí seria, para Lugones, muito mais abrangente que a de Quijano, deixando clara a extensão e o alcance da inferiorização da anafêmeas pela colonização moderna. Tanto Oyěwùmí quanto Gunn Allen se interessam pela colaboração de homens indígenas e homens brancos para minar o poder das mulheres. O colonizador branco construía uma força interna nas tribos cooptando homens colonizados para ocupar papéis patriarcais⁵⁹. Essa colaboração se reflete na indiferença diante das lutas das mulheres contra as múltiplas violências que sofrem, individual e coletivamente.

Michael J. Horswell conta, no trabalho citado por Lugones, que o termo *berdache* é usado, por vezes, como “terceiro gênero”⁶⁰, tendo sido registrado o termo *berdache homem* em quase 150 sociedades da América do Norte e o termo *berdache mulher* em pelo menos metade desse número. A sodomia, incluindo a ritual, foi registrada em sociedades andinas e em muitas outras sociedades nativas das Américas, como os nahuas e os maias (LUGONES, 2020).

Esses exemplos demonstram que é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero pelos colonizadores formou a colonialidade do poder, ao mesmo tempo que a colonialidade do poder também formou esse sistema de gênero. Conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocêntrico global é entender até que ponto o processo de redução do conceito de gênero à função de controle do sexo, seus recursos e produtos, constitui a dominação de gênero (LUGONES, 2020). Nesse sentido:

Problematizar o dimorfismo biológico⁶¹ e considerar a relação entre ele e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a

⁵⁹ “As mulheres cheroquis tinham o poder de declarar guerra, decidir o destino dos prisioneiros, falar ao conselho de homens, intervir em decisões e políticas públicas, escolher com quem [e se] queriam casar, e também tinham o direito de portar armas. O Conselho de Mulheres era poderoso política e espiritualmente. À medida que os cheroquis foram expulsos e arranjos patriarcais foram introduzidos, as mulheres cheroquis perderam todos esses poderes e direitos” (LUGONES, 2020, p. 70)

⁶⁰ “Ele diz que um terceiro gênero não significa que existam três gêneros, e sim que se trata, mais especificamente, de uma forma de se desprender a bipolaridade do sexo e do gênero. O ‘terceiro’ é emblemático para outras combinações para além do dimorfismo” (LUGONES, 2020, p. 71)

⁶¹ Segundo a biologia, dimorfismo sexual pode ser definido como as diferenças marcantes existentes entre os machos e as fêmeas de uma determinada espécie. Vale ressaltar que essas diferenças não

profundidade e as características desse sistema de gênero. A redução do gênero ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é uma questão ideológica, apresentada como biológica, e é parte da produção cognitiva da modernidade que conceitualizou a raça como 'atribuída ao gênero' e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas para europeus/eias brancos/as e para colonizados/as não brancos/as (LUGONES, 2020, p. 73).

O feminismo branco do século XX não se ocupou em explicitar as conexões entre o gênero, a classe e a heterossexualidade como racializados. Ao contrário, ocultou essa relação ao uniformizar o sujeito mulher como uma identidade única, branca e burguesa, como se isso expressasse um modelo ao qual todas as mulheres se encaixassem, o que animalizava mulheres não brancas, excluídas dessa descrição:

As fêmeas racializadas como seres inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher – tantas foram necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global. Portanto, a violação heterossexual de mulheres índias ou de escravas africanas coexistiu com o concubinato, bem como a imposição do entendimento heterossexual das relações de gênero entre os colonizados – quando isso foi conveniente e favorável ao capitalismo eurocêntrico global e à dominação heterossexual das mulheres brancas (LUGONES, 2020, p. 74).

O mesmo sistema de gênero que animaliza mulheres não brancas, consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho e inúmeras agressões sexuais, caracteriza mulheres europeias brancas como sexualmente passivas e física e intelectualmente frágeis. Essas características servem para justificar tanto a exploração, seja física, econômica ou sexual de mulheres não brancas, quanto o papel de reprodutoras das fêmeas brancas burguesas, que perpetuam a classe, posição racial e colonial dos homens brancos burgueses, justificando, assim, a exclusão dessas mulheres brancas burguesas das esferas de autoridade coletiva, produção do conhecimento e de quase todas as possibilidades de controle dos meios de produção. Lugones (2020) aponta que:

dizem respeito aos órgãos sexuais, relacionando-se apenas a outras características físicas e comportamentais que diferem um sexo do outro, como o tamanho do corpo, coloração das penas e pelos e a emissão de sons. A explicação mais plausível para a existência do dimorfismo é a seleção sexual. Nos seres humanos, o dimorfismo é percebido, por exemplo, através da presença de seios nas mulheres, pelos no rosto e pomo-de-adão em homens, regiões de acúmulo de gordura, entre outras diferenças.

O sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive de conhecimento – e da autoridade coletiva. Entre os homens e as mulheres burgueses brancos, a heterossexualidade é compulsória e perversa, provocando uma violação significativa dos poderes e dos direitos dessas mulheres e servindo para a reprodução do controle sobre a produção. As mulheres burguesas brancas são circunscritas nessa redução de suas personalidades e poderes através do acesso sexual obrigatório (LUGONES, 2020, p. 78).

O sistema de gênero imposto pela colonialidade violentou as pessoas não brancas (anafêmeas, anamachos ou pessoas de “terceiro gênero”), que antes participavam de rituais, dos processos de tomada de decisões, da economia e política de suas tribos, reduzindo-as à animalidade, ao sexo forçado com os colonizadores brancos e à exploração laboral extrema. Diante disso, Lugones (2020) aponta que a construção diferencial do gênero em termos raciais é mais ampla, até certo ponto, que a colonialidade do poder, de Quijano, que elabora apenas sobre o controle do sexo, seus recursos e produtos. O feminismo decolonial vai além, pensando também no controle do trabalho, enquanto simultaneamente racializado e atribuído de gênero, reconhecendo uma articulação entre trabalho, sexo e a colonialidade do poder.

Oyéwùmí (2020) chama atenção para o fato de que, levando-se em consideração a era moderna, a expansão da Europa e o estabelecimento de uma hegemonia cultural euro/estadunidense, esse domínio se aprofunda principalmente na área de produção do conhecimento sobre o comportamento humano, sua história, sociedades e culturas, por consequência, suas categorias e instituições sociais, interesses, preocupações etc., também dominam a escrita da história humana. Para ela: “um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento e os europeus, os conhecedores” (OYĒWÙMÍ, p. 86, 2020).

A fim de demonstrar sua afirmação, a autora dá o exemplo da família iorubá tradicional em contraste à família nuclear ocidental. Essa família nuclear, que é base de grande parte da teoria feminista branca, é fortemente generificada, centrada numa mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos. Em contraposição, a família iorubá tradicional,

Pode ser descrita como uma família não generificada porque seus papéis de parentesco e suas categorias não são diferenciadas por gênero. Os centros

de poder dentro da família são difusos e não especificados por gênero. O princípio organizador fundamental no seio dessa família é a ancianidade baseada na idade relativa, e não no gênero. Consequentemente, as categorias de parentesco codificam ancianidade, não gênero. A ancianidade classifica socialmente as pessoas com base em suas idades cronológicas. Por exemplo, *egbon* se refere ao irmão mais velho, e *aburo*, ao irmão mais novo de quem fala, independente do gênero desses irmãos. Diferente do gênero, que é rígido ou estático, o princípio da ancianidade é dinâmico e fluido. (OYĚWÙMÍ, p. 91, 2020).

As diferenças de denominações e compreensões sociais das relações familiares iorubá não são traduzíveis para conceitos expressos pela família nuclear ocidental, para se ter uma maior noção de como esses arranjos sociais são específicos, Oyěwùmí exemplifica:

Dentro da família iorubá, *omo*, a nomenclatura para 'criança', é melhor traduzida como prole. Em primeira instância, não há palavras que denotem individualmente menina ou menino. No que diz respeito às categorias 'marido' e 'esposa', a categoria *oko*, que geralmente é registrada como 'marido' em inglês, não tem uma especificação de gênero, pois abrange ambos, macho e fêmea. *Iyawo*, registrada como 'esposa' em inglês, refere-se a fêmeas que entram na família pelo casamento. A distinção de *oko* e *iyawo* não é de gênero, mas uma distinção entre aqueles que são membros de nascimento da família e os que entram pelo casamento. A diferenciação expressa uma hierarquia em que a posição *oko* é superior a *iyawo*. Essa hierarquia não é uma hierarquia de gênero, porque mesmo a fêmea *oko* é superior à fêmea *iyawo*. Da mesma forma, a categoria *iyawo* inclui homens e mulheres [...]. Assim, os relacionamentos são fluidos e os papéis sociais situacionais, continuamente situando indivíduos em determinados papéis, hierárquicos ou não, de acordo com o contexto que são inseridos. (OYĚWÙMÍ, p. 91, 2020)

Percebe-se, portanto, que os conceitos de gênero hegemônicos não podem ser automaticamente relacionados a todas as sociedades sem promover um apagamento epistêmico e gerar resultados, no mínimo, duvidosos. Uma pesquisa que se pretende decolonial está impreterivelmente ligada à história da América Latina e demais povos colonizados e à construção da raça como produto da colonialidade europeia nessa região, sendo uma categoria fundamental para compreender a binaridade hierarquizada do sistema criado e que nos organizou e ainda organiza até hoje.

No entanto, como demonstrado por Lugones e várias outras feministas decoloniais, o conceito de que a raça é a categoria que forma o sistema-mundo da colonialidade é insuficiente e limitado. Ao admitir que o gênero faz parte da colonialidade do poder, do saber e do ser, entende-se que tanto o gênero é informado

pela raça como a raça é informada pelo gênero. Pesquisas como as de Gunn Allen, Oyèwùmí e Horswell, entre diversos outros pesquisadores e pesquisadoras que não se limitam ao discurso moderno-ocidental hegemônico, produziram trabalhos que demonstram como povos originários colonizados não possuíam uma estrutura hierarquizada de gênero. Tais estudos revelam ainda como a cultura desses povos tendia a uma maior transitoriedade das posições de gênero, uma relativa igualdade, uma divisão de tarefas que não se assemelha ao que se convencionou chamar divisão sexual do trabalho, ao respeito pela homossexualidade, inclusive em questões rituais e sagradas, bem como identidades de gênero mais fluidas e não decorrentes do sexo.

Camila Gomes, ao defender o gênero como categoria de análise decolonial, afirma que:

Uma análise decolonial pressupõe que se pense como raça [e classe] e gênero [re]produzem-se reciprocamente nessa construção moderna binária. É por isso que usar o gênero como categoria de análise em um trabalho brasileiro e latino-americano precisa se transformar em usar o gênero como categoria de análise decolonial: mais do que falar de interseccionalidade de raça, classe e gênero, de analisar como essas categorias de opressão funcionam criando experiências diferentes, trata-se de analisar como essas categorias juntas, trabalhando em redes, são ao mesmo tempo causa e efeito d[en]a criação dos conceitos umas das outras. Isso significa dizer que a forma como compreendemos o gênero depende de como compreendemos a raça e a classe, e o contrário igualmente (GOMES, 2018, p. 71).

A autora defende que tanto raça quanto gênero são categorias que formam a hierarquização binária moderna que atribui (ou não) humanidade aos sujeitos, constituindo o outro considerado menos ou não humano, categorizável, excluível, explorável. Ainda mais quando esses marcadores ou categorias são transformados em discursos científico-biológicos, geralmente utilizados para instaurar e manter, ao mesmo tempo, essa hierarquização.

Para se pensar o gênero como performatividade é necessário perceber a multiplicidade do *fazer o gênero* fora do mundo ocidental moderno. Isso não quer dizer que esse fazer seja sempre binário ou que sendo binário seja sempre de dominação ou que seja sempre tomado como organização linear entre sexo-gênero-desejo. A depender da função reprodutiva e da posição que cada sujeito ocupa nessa função, não decorrem significados imediatos necessários ou universais e não se apreende necessariamente uma significação sob a forma de poder ou dominação. Inclusive,

essa noção de dominação de gênero é uma imposição colonial que invisibiliza, condena, usa como medida negativa (quando não criminaliza) formas outras de organização ou relação de gênero. Ao se teorizar a partir dessa espécie de suposição, compra-se a narrativa colonial como a explicação “verdadeira” e universal das formas de relações e embarca-se na empreitada colonial de invisibilizar outras formas de ser no e do gênero (GOMES, 2018).

O argumento de Gomes é

De que gênero e raça constituem linguagens que dão significado ao humano, linguagens que dão significados aos corpos. que, como linguagens da modernidade binária que categoriza o outro, assentadas na dicotomia principal humano/não humano, a dicotomia sexo e gênero é construída sob o signo da raça e vice-versa, combinando-se para legitimar a referida dicotomia principal (GOMES, 2018, p. 73).

Com isso, a autora demonstra que é preciso levar a colonialidade a sério ao usar o gênero como categoria de análise, uma vez que, como categoria de análise decolonial, o gênero deverá levar em conta como essas linguagens são produzidas num dado contexto. A intelectual sustenta ainda que raça, sexo e gênero são categorias que devem ser examinadas em conjunto porque são produzidas em coletividade e não apenas porque produzem estereótipos ou discriminações diferentes quando observadas em conjunto na experiência dos sujeitos. Para ela, usar o gênero como categoria de análise decolonial significa empreender estudos que compreendam que o entendido ou usado como sexo/gênero foi:

[...] construído no performativo da colonialidade, tendo a raça e o racismo como informadores dessa construção, ou seja, raça, sexo e gênero não surgem como conceitos separados, mas são forjados numa mesma matriz que tem como estrutura binária central aquela de humanos/não-humanos (GOMES, 2018, p. 78).

Levando em consideração a teoria da performatividade ao pensarmos sobre um “ideal” do gênero, é possível compreender que esse ideal é heteronormativo e branco, que, nesse processo relacional do colonialismo se sustenta como poder por ser processo de desumanização do “não-europeu”, atribuindo a este o lugar da natureza e do corpo, desprovidos de cultura e razão, negando também a dimensão generificada do humano, atribuindo a estes apenas o sexo. Homens e mulheres

escravizados e/ou colonizados não são reconhecidos como homens e mulheres na dimensão de gênero, somente na medida em que essa distinção se faz relevante, seja para fins reprodutivos ou para justificar o acesso do homem branco aos corpos de mulheres negras e indígenas (GOMES, 2018). No que se refere a esse assunto, Gomes explica que:

As imagens, estereótipos, signos, marcas do gênero estão informadas por uma distinção racial e, mais do que isso, o que entendemos por sexo e gênero é cunhado nessa mesma cadeia histórica de significados que tem a raça como informador, ou seja, são formados no performativo da colonialidade. Assim, teorias, conceitos e práticas sobre sexo e gênero são produzidas informadas pela raça e pelo racismo e, quando não levam em conta esse componente, correm o risco, já diversas vezes denunciado, de reproduzirem o humano universal das próprias teorias que criticam, deslocando-o apenas do “homem universal” para a ‘mulher universal’ e, com isso, continuam a essencializar sujeitos e experiências (GOMES, 2018, p. 78).

A colonialidade usa a raça e o sistema sexo/gênero em seu processo de desumanização. A raça não promoveu sozinha essa forma de inferiorização dos sujeitos, tampouco o fez o gênero ao produzir hierarquizações, estereótipos ou relações de dominação, foram “a raça e o racismo, junto à ideia de que alguns sujeitos possuiriam sexo e outros gênero, como quem opõe natureza e cultura, que criaram a ideia de não-humanos racializado” (GOMES, 2018, p. 79). Não que raça e gênero não se caracterizem como mecanismos capazes de sustentar processos de dominação, mas porque não parece que tenham sido processos estanques e separados um do outro, sendo que as articulações entre eles permitiram que a colonialidade tivesse ainda mais força.

Sustentar que a raça é generificada significa que a formação das noções sobre raça na colonialidade é marcada pelo sexo/gênero. Isso demonstra que essa operação funciona para poder atribuir uma suposta verdade sobre a raça e julgamentos sobre sexo, corpo, sexualidade, natureza, utilizados na construção de pessoas negras e indígenas como não-europeus, não-ser, não-humano (GOMES, 2018).

No entanto, dizer que raça é generificada e o gênero é racializado não significa transformar as categorias em uma única, como se toda opressão de raça fosse uma opressão de gênero ou o contrário. A proposta de Gomes (2018) é a de que, ao

realizar pesquisas que tomam o gênero como categoria de análise, é preciso entender que ele sozinho trará respostas que contam apenas uma parte da história.

2.3 O ARMÁRIO E AS RELAÇÕES DE PODER: UM ENTRELACE DAS VIVÊNCIAS DAS PESSOAS LGBT+

Há uma representação inconsciente que persegue boa parte das pessoas LGBT+: o armário. Essa experiência, que retrata o esconder-se e o desvelar-se, representada figurativamente por um armário, acaba por moldar grande parte das vivências das pessoas LGBT+. De acordo com William Pereira (2019, não paginado), o armário “é uma armadura psicológica firme e forte. Ele é necessário para represar uma grande energia (selvagem, imensa, desconhecida), que é nossa sexualidade e o que podemos ou desejaríamos fazer com ela”. Para ele, sair do armário significa “assumir para si mesmo que você não pode negar certas coisas, pessoas, emoções, propostas; e certos pensamentos, dilemas e contextos, se é que eles lhe incomodam [...] ou mesmo se lhe atraem” (PEREIRA, 2019, não paginado).

Fabrizio Viana (2014) afirma que o armário, para a pessoa LGBT+, é um símbolo que representa o local da nossa personalidade em que escondemos e trancamos os nossos desejos proibidos, para que os outros não possam ver. Tais desejos não nascem no armário, mas são colocados gradativamente por conta do conflito que se estabelece entre o que se sente com o que a sociedade estabelece como errado. Porém, a forma como esses desejos são trancados varia de pessoa para pessoa, dependendo não apenas de sua personalidade como do meio em que se vive, para se estabelecer a necessidade e a intensidade que se tem de escondê-los.

Nenhum armário é igual ao outro, ainda que possam ter experiências similares, pois cada um deles comporta peculiaridades próprias de cada indivíduo e dependem de vários fatores, tanto objetivos quanto subjetivos, na sua constituição. No entanto, Pereira (2019, não paginado) afirma que “nascemos em um armário psicológico coletivo (consciente e inconsciente) que data de muitos mil anos, e chamamos nossos limites, medos e vitórias de ‘cultura’, ‘história’ e ‘desenvolvimento’”. Isso significa que, ainda que o armário seja uma alegoria individual, ele está envolto em elementos sociais mais amplos e existe exatamente por conta de nossa interação em sociedade.

Megg Rayara Oliveira, a primeira travesti negra a se tornar doutora em educação no Brasil, em sua tese, defendida na Universidade Federal do Paraná – UFPR, afirma que “a família, mais que a escola e a igreja, fornece os primeiros materiais e as ferramentas para a construção do armário e atua para preservá-lo” (OLIVEIRA, 2017, p. 145).

A teórica norte-americana Eve Sedgwick (2007), em sua obra “A epistemologia do armário”, nos explica que uma pessoa LGBT+, ainda que seja assumida, está sempre lidando com essa “saída do armário” em cada situação em que se apresenta algum novo ambiente ou grupo de pessoas, bem como calculando os riscos que essa revelação pode trazer. Além disso, há poucas pessoas que não estejam no armário para alguém que seja importante afetivamente, financeiramente ou institucionalmente, por exemplo. Essa pessoa não sabe ou, pelo menos, não tem como prever de forma exata, o que uma revelação como essa pode lhe trazer. Em algumas situações podem ser acusadas por expressarem sua orientação sexual ou identidade de gênero ou ainda questionadas acerca das razões pelas quais o fizeram (ou não) no momento ou da maneira “adequada”.

Dessa forma, as pessoas LGBT+ lidam diariamente com interlocutores que elas não sabem se sabem ou não, ou ainda, sabendo, consideram a informação importante. É óbvio que há algumas pessoas em que a identidade de gênero se expressa de forma mais detectável, a exemplo de pessoas trans, gays “efeminados” e lésbicas “masculinizadas”. No caso dessas pessoas, com armários mais vulneráveis, apenas andar na rua pode constituir um risco não calculado. Acerca da fragilidade do armário na vida de algumas pessoas LGBT+, Megg Rayara reflete que:

Esse armário, construído pelos discursos normalizadores, que, muitas vezes, se apresenta como um lugar que poderia garantir certa segurança ao sujeito homossexual não é capaz de abrigar a todos e nem tampouco é um lugar confortável. Sujeitos afeminados, homossexuais ou não, que escapam da regra cis heteronormativa, mesmo que queiram, não conseguem abrigo e continuam expostos a formas variadas de perseguição e interdição (OLIVEIRA, 2017, p. 146).

A autora afirma que o armário não é uma tentativa real de ajustamento às normas heterossexuais. Segundo ela, a maioria das pessoas que estiveram/estão no armário concordam que estar nele não foi resultado de uma escolha consciente, mas

uma saída (OLIVEIRA, 2017). Ela vê o armário como “uma trincheira que permite uma tomada de fôlego para reunir forças para continuar um enfrentamento que não terá fim” (OLIVEIRA, 2017, p. 175), pois “trata-se de uma estratégia que garante a sobrevivência e não a extinção de um gay afeminado, de um viado ou de uma bicha preta” (OLIVEIRA, 2017, p. 175). Nesse sentido, o armário foi “muitas vezes, a única saída que uma jovem bicha dispunha [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 147). Sendo assim, a decisão de estar no armário não precisa ser definitiva, ele pode ser abandonado, ainda que leve um tempo (OLIVEIRA, 2017).

Retomando a explicação de Segdwick (2007), que ao mesmo tempo afirma que o armário não é uma característica apenas da vida das pessoas LGBTQ+, também admite que, para a maioria delas, ainda é a característica fundamental da vida social, pois, como dito anteriormente, por mais corajosa e sincera que uma pessoa LGBTQ+ seja sobre sua orientação sexual ou identidade de gênero e por mais aceita que seja pela sua comunidade imediata, é muito provável que o armário seja, ou tenha sido, uma presença formadora em sua vida.

Desta forma, a autora supracitada assegura que opressões étnicas, culturais e religiosas são mais parecidas com a LGBTQ+fobia, no sentido do revelar-se, já que é algo que nem sempre está impresso de forma tão nítida em sua aparência física, o indivíduo estigmatizado tem alguma liberdade de ação, mesmo que não possa definir quanta, sobre o conhecimento de outras pessoas acerca da sua condição. Para ela, “[...] a imagem do armário é indicativa da homofobia⁶² de uma maneira que não o pode ser para outras opressões” (SEGDWICK, 2007, p. 32). Ela exemplifica citando opressões fundadas no racismo, gênero, idade, tamanho, deficiência física, cujas bases são estigmas visíveis, salvo em alguns casos excepcionais: “poder-se-ia ‘sair do armário’ como judeu ou cigano, numa sociedade urbana heterogênea, de maneira mais inteligível do que se poderia ‘sair’ como, digamos, mulher, negro, velho, usuário de cadeira de rodas ou gordo” (SEGDWICK, 2007, p. 32). É importante entender, no entanto, que uma identidade judia ou cigana é diferente das versões de armários distintamente gays, em sua linearidade ancestral, nas raízes da identificação, por meio da cultura originária que cada indivíduo tem na família (SEGDWICK, 2007).

⁶² LGBTQ+fobia.

Ainda que a influência de uma revelação individual seja limitada face às opressões coletivas e institucionais, não se pode definir precisamente o quanto essas ações individuais se estreitam entre os domínios pessoal e político. Além disso, não se pode desconsiderar o impacto que sair do armário causa na vida de cada pessoa, bem como o quanto isso pode influenciar para que outras pessoas também o façam e, assim, se fortaleçam contra a estrutura dominante. Seja uma pessoa pública ou apenas um filho se abrindo com a sua mãe, tais angústias podem tomar proporções inimagináveis para o indivíduo. São essas possibilidades, segundo Sedgwick (2007), que marcam as estruturas distintivas da epistemologia do armário.

As pessoas LGBT+, no que tange às relações de gênero, estão expostas a todo tipo de violência, no entanto, talvez a que mais esteja presente seja a simbólica, visto que ela pode estar em vários locais, inclusive simultaneamente. A violência simbólica é caracterizada por Bourdieu (2003, p.7) como uma violência “suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última estância, do sentimento”.

Os tipos de violência simbólica mais recorrentes para a pessoa LGBT+ envolvem não apenas ofensas não direcionadas e/ou sutis, mas também formas de desprezo que refletem que a pessoa LGBT+ é inferior a heterossexual, o que implica em variadas formas de depreciação. Essa questão é, geralmente, acompanhada da exclusão dos sujeitos não heterossexuais de determinados ciclos sociais e leva a uma série de privações decorrentes de uma separação simbólica, socialmente construída, entre espaços que podem ser frequentados e muitas vezes são até destinados às pessoas LGBT+ e outros dos quais elas devem se afastar.

Esse poder simbólico é considerado, segundo Bourdieu, o:

Poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força [física ou econômica] graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2002, p.14).

A relação entre a violência simbólica e as estruturas de dominação historicamente construídas, a exemplo da família, Igreja, escola, Estado, contribuem

para a reprodução das estruturas de dominação, a tal ponto que, muitas vezes, o dominado internaliza o ponto de vista do dominante, naturalizando essa relação de dominação, como “quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes [elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.] resultam da incorporação de classificações assim naturalizadas, de que seu ser social é produto” (BOURDIEU, 2003, p.47).

O ponto de vista do dominante torna-se referência para as análises que o sujeito é capaz de estabelecer, uma vez que ele fora educado a partir de preceitos heterossexuais (BOURDIEU, 2003), tanto com relação a si mesmo e à sua relação com o mundo, quanto com referência aos demais oprimidos. Desta forma, a pessoa homossexual⁶³ tende a internalizar o ponto de vista do dominante a respeito de si mesmo, através do efeito que a caracterização estigmatizante produz, passando a viver envergonhado de sua experiência sexual e se equilibra entre o medo de ser desmascarado e o desejo de ser reconhecido por outros homossexuais⁶⁴ (BOURDIEU, 2003).

A discriminação sofrida pelos homossexuais⁶⁵, além da estigmatização e a invisibilidade, assume uma forma de negação de sua existência pública e visível. Essa opressão traduz uma recusa à existência legítima, com plenos direitos (BOURDIEU, 2003). A raiz da violência simbólica, segundo Bourdieu (1989), está presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas, o que faz com que, muitas vezes, nem seja percebida como violência, mas como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que “naturalmente” se exerce de um para outro. Ou seja, muitas vezes é um processo doloroso, para a pessoa LGBT+, compreender os mecânicos de dominação e violência que perpassam sua identidade e existência.

É preciso entender a configuração das relações de poder, as configurações da comunidade, a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais. Não há como entender o indivíduo sem

⁶³ Grafado conforme a obra do autor citado, considerar a referência a homossexual e homossexuais como pessoa e pessoas LGBT+.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

entender a relação entre sujeitos, esta forma o indivíduo e, ao mesmo tempo, é formada por ele. A ignorância, que é a base dos preconceitos, toma aspectos dos mais diversos, provém tanto da ausência de conhecimentos, como da presença de ideias falsas e, embora não faça nascer o preconceito, favorece o seu desenvolvimento.

Quando se fala em produção e reprodução de desigualdades geradas a partir das diferenças, é preciso evidenciar que tais desigualdades extrapolam a experiência individual de estigmatização, invisibilidade e opressão, estando entrelaçadas em diversos aspectos socioculturais das vidas, especialmente, das pessoas que vivem à margem. Torna-se urgente que busquemos avançar na equiparação de direitos, ainda mais levando em consideração o que Boaventura de Sousa Santos preconiza:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p.56).

Essa guerra discursiva se baseia numa suposta moralidade heterossexual, branca, cristã e tem conseguido, muitas vezes, barrar as tentativas de avanço. O que se estabelece como hegemônico é beneficiado pelas relações de poder a se perpetuar, uma vez que a correlação de forças depende de uma intrincada teia conjuntural e geopolítica. Essa igualdade de que fala Boaventura está para além da criação de legislações específicas, mas depende também da implementação de mecanismos que a garantam, na prática.

Dessa forma, além da perspectiva individual de identidade, há que se considerar o papel do Estado na manutenção do heterossexismo. Em 1982, Gayle Rubin, em seu consagrado artigo “Pensando o sexo”, já alertava para o fato de que o Estado sustenta a hierarquia sexual através de legislações e normas burocráticas, ela exemplificou, à época, as políticas de imigração que proibiam a admissão de pessoas LGBT+, normas militares que impediam essa população de servirem nas Forças Armadas, o direito ao casamento e, por consequência, direito à herança, aquisição de cidadania para companheiros estrangeiros, entre outros. É claro que, atualmente, muitos desses exemplos já foram superados em boa parte do mundo, mas a premissa

continua verdadeira, persistem muitas formas pelas quais o Estado reflete e mantém as relações sociais de controle que determinam a sexualidade aceitável:

A lei reforça estruturas de poder; códigos de comportamento e formas de preconceito. Em seus piores extremos, a legislação sexual e a regulamentação sexual são simplesmente um apartheid sexual. Apesar de o aparato legal do sexo ser espantoso, a maior parte do controle social cotidiano é extralegal. São impostas sanções sociais menos formais, mas muito efetivas, aos membros de populações sexuais 'inferiores' (RUBIN, 2017, p. 101).

Tais dispositivos legais e morais não são estáveis, mas objeto de intensas disputas. Rubin (2017, p. 104) afirma que “a ideologia sexual exerce um papel crucial na experiência sexual”, o que, conseqüentemente, transforma as definições e avaliações da conduta sexual em objetos de lutas amargas. Para a pesquisadora, “a sexualidade, assim como o gênero, é política” (RUBIN, 2017, p. 127), isso significa dizer que “ela está organizada em sistemas de poder que recompensam e incentivam alguns indivíduos e atividades, ao mesmo tempo que punem e suprimem outros” (RUBIN, 2017, p. 127).

Segundo a perspectiva de Michel Foucault (1979), em se tratando principalmente das relações de poder, que para ele não estão localizadas em uma instituição, nem tampouco em contratos jurídicos ou políticos, o poder é uma prática social constituída historicamente. O filósofo não nega a importância do Estado, mas demonstra em suas análises que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e estão presentes em toda a sociedade, ainda que “dissolvidas” por todo o tecido social. Foucault (1979) buscou apontar caminhos para identificar de que forma os sujeitos atuam sobre outros sujeitos. Sobre o conceito de poder foucaultiano, Paulo Santos (2016) afirma que:

A concepção de poder em Foucault tem duplo desígnio: seu agenciamento no campo político, entendido como campo de experiência histórica das lutas sociais e seu desdobramento no plano ético, ética como liberdade, criada nos interstícios entre minoridade, maioria e autonomia. Trata-se de uma concepção renovadora do entendimento do que é o poder e capaz de gerar torção desestabilizadora nas bases reducionistas que fazem passar a inteligibilidade do poder sobre o domínio jurídico e econômico da instância estatal. O poder em Foucault é pensado como relação, ele raramente usa a palavra poder, mas a expressão - relações de poder - e quando usa a primeira é sempre no sentido da segunda (SANTOS, 2016, p. 262).

Foucault (1999) afirma que onde há poder há resistência, no entanto, ele também esclarece que a liberdade e o potencial de revolta são imprescindíveis para essas relações:

[...] só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. [...] há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação, não haveria, de forma alguma, relações de poder (FOUCAULT, 2014, p. 270).

É possível afirmar, analisando a citação acima, que a resistência não é exterior ao poder e sim parte constitutiva fundamental das relações de poder, ao passo que essas relações são acompanhadas de focos de resistência. Foucault (1999) chama atenção para o “caráter plural das resistências”: se as relações de poder são múltiplas e estão espalhadas por todo corpo social, não se deve esperar que as resistências não estejam também em todo lugar em que se exerce o poder. O caráter relacional do poder indica que a luta contra o poder não pode ser feita fora dela, portanto, resistir é lutar dentro da rede de poder.

As relações de poder pressupõem uma correlação de forças. Guacira Louro (2017) explica que é problemático aceitar que um polo tem o poder, de forma estável, e o outro, não. Para ela, o poder é exercido pelos sujeitos e tem efeitos sobre suas ações. Nesse sentido:

Torna-se central pensar no *exercício do poder*, exercício que se constitui por ‘manobras’, ‘técnicas’, ‘disposições’, as quais são, por sua vez, resistidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas. É importante notar que, na concepção de Foucault, o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir [pois, caso contrário, o que se verifica, segundo ele, é uma relação de violência] (LOURO, 2017, p.42-43).

A autora ratifica que, apesar dessa relação de negociações, avanços, recuos, consentimento, revoltas e alianças que se entrelaçam nas relações de poder, não se deve considerá-la um esquema fixo (LOURO, 2017). Não se pode desprezar o fato de que as mulheres e os homens que não compartilham do modelo de masculinidade hegemônica “tenham, mais frequente e fortemente, sofrido manobras de poder que o constituem como o outro, geralmente subordinado ou submetido – mas tais manobras não as/os anularam como sujeitos” (LOURO, 2017, p.44). Partindo dessa premissa,

Louro (2017) reflete sobre as relações de poder entre os gêneros, ressaltando as estruturas que normalizam as condutas de meninas e meninos, a produção dos saberes sobre a sexualidade e os corpos, as táticas e as tecnologias que garantem o “governo” e o “autogoverno” dos sujeitos:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar, de agir, condutas e posturas *apropriadas* [e, usualmente, diversas]. Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 2017 p. 45).

A implicação central sobre as discussões acerca das relações de poder, na visão de Louro (2017), se dá acerca de quem define a diferença, quem é considerado diferente e o que significa ser diferente. Ao citar Joan Scott, a autora concorda que esse desafio é uma “falsa dicotomia”, uma vez que igualdade é um conceito político que supõe a diferença. Essa atribuição da diferença, para Louro (2017, p. 51), “está *sempre* implicada em relações de poder, a diferença é nomeada *a partir* de um determinado lugar que se coloca como referência”. Ou seja, em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados como diferentes aqueles que não compartilham desses atributos, isto é, mulheres, negros e negras, pessoas com deficiência, homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica, etc., são considerados *diferentes*, são representados como *o outro* e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação.

As identidades de gênero e as identidades sexuais afetam umas às outras, são *interdependentes*, elas se interferem mutuamente, articulam-se, podem ser contraditórias, provocam diferentes posições, que podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas e perceber-se de distintos modos (LOURO, 2017). Ainda que afirme ser possível que um sujeito viva várias condições de subordinação, ela destaca que seria muito simplista apenas somá-las, uma vez que tais condições combinam de formas diferentes e particulares. Para ela, “serão sempre as condições históricas específicas que nos permitirão compreender melhor, em cada sociedade específica, as relações de poder que estão implicadas nos processos de submetimento dos sujeitos” (LOURO, 2017, p. 57).

Esse entrelaçamento das diferentes formas de opressão não é simples de analisar. Louro cita Avtar Brah, para afirmar que essas distintas estruturas, tais como classe, raça, gênero ou sexualidade, não podem ser tratadas como várias, independentes, pois a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra, é constituída pela e constituinte da outra. Conclui ainda, nas palavras de Sandra Azeredo, que é preciso considerar o gênero como sendo tanto uma categoria de análise como uma das formas que as relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista (LOURO, 2017).

Portanto, as forças que impelem homens e mulheres a se adequarem aos padrões de comportamento são parte de um sistema complexo de relações de poder que, ao tempo que constituem os sujeitos, também encontram resistências a elas. Nesse sentido, o armário, especificamente no que se refere às pessoas LGBTQ+, é tanto uma forma de opressão quanto uma forma de resistência, pois, para muitos, revela-se como a única forma de sobrevivência possível.

CAPÍTULO III – AVANÇOS E DESIGUALDADES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

“Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade.”⁶⁶

Neste capítulo, pretende-se discutir as relações de trabalho no contexto de gênero e diversidade sexual na atualidade, bem como relacionar com as experiências profissionais de trabalhadores LGBTQ+ no Brasil. São apresentados dados que expõem a prevalência do quadro de desigualdades, discriminações e violências que incidem sobre mulheres e profissionais LGBTQ+, fazendo referência às concepções tradicionais de gênero e ao ideal de normatividade atrelado à heterossexualidade, presentes na sociedade. Destaca-se, ainda, uma discussão que envolve as estratégias de resistência e permanência de pessoas atingidas pelas desigualdades de gênero no mercado de trabalho, incluindo as pessoas LGBTQ+.

3.1 DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Na perspectiva clássica marxiana, o trabalho é inerente a todas as sociedades, onde os seres humanos transformam a natureza em busca de sua própria existência, também transformando a si mesmos nesse processo: “ao produzir os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material” (MARX, 1988, p. 45). O trabalho, então, assume um caráter ontológico e criativo, visto que nos diferencia e nos funda como seres sociais, bem como instiga nossa necessidade de buscar melhores formas de criar novos meios de existência.

No entanto, esse processo não é livre de conflitos, considerando que numa sociedade capitalista, na qual o indivíduo precisa vender sua força de trabalho e há um exército industrial de reserva, quaisquer diferenças são utilizadas como forma de acentuar a precarização e a exploração dos trabalhadores. O capitalismo não controla somente a produção, mas também nossos corpos, exigindo que nos adequemos a um processo permanente de disciplina que nos molda ao tipo de trabalho que exercemos.

⁶⁶ Legião Urbana, 1996. “Música de Trabalho”.

Determinadas roupas, posturas, força e até mesmo as lesões e doenças que adquirimos no trabalho estão relacionadas com o tipo de ambiente laboral ao qual estamos expostos e a que tipo de demanda somos submetidos/as.

Bila Sorj, socióloga e historiadora brasileira, aponta que:

O trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado. Mais ainda, [...] sua presença tem invadido de tal forma diferentes esferas da vida que temos, hoje, grandes dificuldades em estabelecer as fronteiras que separam o âmbito do trabalho do não-trabalho (SORJ, 2000, p. 43).

Em seu artigo “Sociologia do trabalho: mutações, encontros e desencontros”, Sorj (2000) aponta a queda dos empregos do setor industrial e o aumento considerável de contratação no setor de serviços, em escala mundial. Ela explica que, em decorrência disso, a qualidade da interação estabelecida entre um produtor e um comprador de um serviço produz significados que operam como importantes sinalizadores do valor do produto para os consumidores. Nesse sentido, “o próprio trabalhador é parte do produto que está sendo oferecido ao cliente” (SORJ, 2000, p. 30). Para a autora,

A estreita relação que se estabelece entre características pessoais dos empregados e sua adequação ao trabalho transforma traços como aparência, idade, educação, gênero e raça em potencial produtivo, de tal forma que características e competências individuais são a condição mesma da empregabilidade. O resultado disso é uma forte estratificação do mercado de trabalho, em que os níveis inferiores de emprego, em tempo parcial ou temporários, são preenchidos predominantemente por minorias, mulheres e jovens com baixa escolaridade e, portanto, poucas oportunidades de carreira e mobilidade. (SORJ, 2000, p. 30)

Helena Hirata (2005) relaciona as transformações do mundo do trabalho ao gênero, apontando que os impactos sobre os países do Norte e do Sul são desiguais: nestes, observa-se o desenvolvimento do trabalho informal; naqueles, o aumento de trabalhos de meio período. Isso evidencia, nessas duas tendências simultâneas, a situação de crise do paradigma de emprego estável e protegido. Nesse sentido, ela explica que “a ‘transformação paradoxal do trabalho’ significa a situação da implicação

do trabalho de muito poucos e a precariedade de uma significativa proporção da população ativa” (HIRATA, 2005, p. 115).

Um ponto importante que Hirata (2015) destaca é que, embora as mulheres sejam - atualmente -, mais instruídas e diplomadas que os homens, praticamente em todos os níveis de escolaridade, em todos os países (ponto de convergência entre o Norte e o Sul Global), elas estão, majoritariamente em setores considerados tradicionalmente como “femininos”, pouco valorizados socialmente e com salários relativamente baixos. A intelectual expõe ainda essa necessidade de maior formação profissional e de diplomas que o mundo do trabalho exige, “redunda em um sacrifício maior para as mulheres do que para os homens, dado o tempo necessário, além do consagrado, ao trabalho profissional e ao trabalho doméstico” (HIRATA, 2015, p. 6).

O aumento das taxas de atividade femininas em contrapartida da persistência das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e classes sociais, na medida em que se parte do ponto de vista segundo o qual as relações sociais de gênero, de raça e de classe são interdependentes e indissociáveis, demonstram ainda a interdependência desses conceitos enquanto categorias analíticas (HIRATA, 2015).

O trabalho, em nossa sociedade, apesar dos avanços em determinadas áreas, permanece fortemente generificado. Connell & Pearse (2015, p. 252), afirmam que as empresas, as instituições-chave do capitalismo desenvolvido, “são instituições generificadas com uma história generificada”. As autoras citam um estudo de Mills e Tancred chamado “Generificando a análise organizacional”, de 1992, no qual:

Sua ideia-chave é a de que a discriminação de gênero não é uma característica acidental da burocracia que pode ser resolvida com a mudança de algumas atitudes. O gênero é uma característica estrutural da vida corporativa, que se liga às relações de gênero em outros setores sociais. O gênero molda as definições de funções, as compreensões sobre ‘mérito’ e promoções, as técnicas de gerenciamento e administração, o marketing e muito mais (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 254)

Esses estudos relacionados ao gênero nos locais de trabalho têm evoluído de forma mais sofisticada, analisam também as extensões da generificação não intencional e o caráter dinâmico do gênero em interações pessoais internas às organizações. As análises de gênero precisam ser compreendidas como parte de uma política global do conhecimento. As hierarquias raciais, sexualização e distinções de

classe afetam as qualidades essenciais de masculinidades e feminilidades nos locais de trabalho (CONNELL & PEARSE, 2015).

A situação econômica que distingue as posições sociais de homens e mulheres está intimamente relacionada ao excedente que pode ser denominado de “dividendo patriarcal”. Connell & Pearse (2015, p. 269) explicam o conceito como “a vantagem concedida aos homens como grupo pela manutenção de uma ordem de gênero desigual”. Essas desigualdades de gênero se expressam comumente na falta de recursos das mulheres em comparação aos homens, no entanto, a renda não é o único benefício incluso, pode-se citar ainda: autoridade, respeito, serviços oferecidos, segurança, moradia, acesso ao poder institucional, apoio emocional, prazer sexual e controle sobre o próprio corpo.

Porém, essa não é uma conta exata, alguns homens se beneficiam mais que os outros, dependendo de sua posição na ordem social. Um homem branco, rico e empresário detém enormes dividendos do processo de acumulação generificada em contraste com um homem desempregado da classe trabalhadora. Alguns grupos específicos de homens podem ser excluídos de parte desse processo do dividendo patriarcal, por exemplo, os homens homossexuais que, na maior parte do mundo, são excluídos da autoridade e do respeito atribuídos àqueles que incorporam formas hegemônicas de masculinidade, embora possam compartilhar de vantagens econômicas gerais de homens sobre mulheres. Algumas mulheres também se beneficiam do dividendo patriarcal, em geral se casando com homens ricos ou herdando fortunas dos pais (CONNELL & PEARSE, 2015).

Connell (2016) apresenta resultados da pesquisa “Equidade de gênero em instituições públicas”, realizado por uma equipe da Universidade de Sydney e do setor público de Nova Gales do Sul⁶⁷, que examinou os regimes de gênero de algumas agências públicas. Os resultados dessa pesquisa apresentaram algumas mudanças significativas, como uma maior diversidade de oportunidades de trabalho para mulheres e que essas se sentem mais livres para se expressar, ao tempo que ocupam posições de poder em maior número.

Ela aponta ainda que um novo processo de trabalho centrado em controle computacional permitiu que antigas divisões de trabalho fortemente generificadas se

⁶⁷ Uma região da Austrália.

tornassem obsoletas, por conta de processos de automação. Esse processo também ocorreu nos ambientes administrativos, onde o trabalho anteriormente entendido como masculino (administrativo) foi combinado com o trabalho anteriormente entendido como feminino (secretariado), numa função única. O trabalho nessas agências, hoje, enfatiza consultas, negociações, conexões, circulação de informações, formação de equipes, facilitação e encorajamento do trabalho de outros. No entanto, também foram encontradas equipes de trabalho fortemente segregadas por gênero, o que alerta para a necessidade de não superestimar o impacto direto da tecnologia nas mudanças de gênero em ambientes laborais.

Embora exista uma mudança nos padrões de gênero nessas organizações, essas mudanças não são uniformes entre os espaços de trabalho e estão muito aquém de uma completa desgenerificação e igualdade. Problemas como a dificuldade de homens em aceitar as mudanças de gênero em seus locais de trabalho; a autoridade de mulheres que ocupam posições mais altas na hierarquia que acabam por ser questionadas, desafiadas e até mesmo ignoradas; a percepção de mulheres que sofrem assédio e sexismo nas formas mais tradicionais; o ressentimento de homens que afirmam sofrer discriminação por um suposto favorecimento às mulheres; foram encontradas na pesquisa citada por Connell.

É possível afirmar que uma parte significativa dos problemas de gênero é tratada como uma questão individual. Muitas organizações adotam políticas de equidade de gênero e não discriminação, o que pode contribuir para que comentários sexistas, por exemplo, sejam julgados como um problema muito pequeno para que se acione os mecanismos de combate à discriminação, transformando os problemas relativos ao gênero no trabalho como algo cada vez mais disfarçado (CONNELL, 2016).

Vivemos num mundo onde há uma falsa sensação de neutralidade do gênero. A perspectiva neoliberal justifica como uma medida de igualdade “aumentar as escolhas possíveis”. No entanto, Connell (2016) aponta que:

Num espaço de trabalho neutro em relação ao gênero todos são livres para escolher, não como homens ou mulheres, mas como indivíduos. Que haja pessoas sem possibilidade de escolha, ou cujas escolhas foram efetivamente feitas à sua revelia, e que, portanto, precisam de soluções estruturais para um problema de igualdade – essa ideia dificilmente poderá ter algum espaço (CONNELL, 2016 p. 87)

Connell & Pearse (2015) explicam que muitas feministas acreditam que o gênero conduz inevitavelmente à desigualdade, sendo o dividendo patriarcal responsável por isso, o que as faz defender que a abolição de gênero é o caminho. Estas autoras citam um estudo de Judith Lorber, no qual ela reconhece que o gênero exerce um enorme poder organizacional, socializador e discriminatório e teoriza que há duas respostas possíveis: rebelião individual ou uma estratégia de desgenerificação, em que “um mundo sem gênero”, seja nas famílias, nos locais de trabalho e na política, seria a meta.

No entanto, para Connell & Pearse (2015), o fato que há ordens de gênero com diferentes níveis de desigualdade corrobora a ideia que o gênero não implica desigualdade. Nesse sentido, elas apontam outra possibilidade: uma estratégia que busque equilibrar as ordens de gênero em vez de reduzi-las:

Uma estratégia de democratizar o gênero, em vez de aboli-lo, tem alguns pontos a seu favor. Permite-nos observar a parte boa dele – os muitos prazeres, riquezas culturais, identidades e outras práticas que surgem nas ordens de gênero e que as pessoas valorizam. Democratizar o gênero não exige isolar a arena reprodutiva das estruturas sociais e instituições, mas, em vez disso, organizar em linhas igualitárias e inclusivas os processos sociais envolvidos na concepção, no nascimento, no cuidado com bebês e na criação das crianças, assim como o trabalho remunerado e a representação política. Essa estratégia liga a reforma de gênero com ideais e práticas de lutas democráticas em outras esferas da vida [...] Relações de gênero democratizadas contribuirão para formas sustentáveis de organização social e política. Lutas contra a expansão da globalização corporativa também são uma arena em que a justiça de gênero é crucial, caso qualquer organização econômica alternativa no futuro queira dar conta de desigualdades profundas. Nenhuma estratégia de reforma de gênero será fácil – quanto a isso, todas e todos concordam – mas parecem ser vantagens significativas. (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 273)

As forças que pressionam por uma democracia de gênero em arenas globais ainda são fracas em relação ao tamanho do problema. Nos regimes pós-coloniais, em geral, os homens das elites locais muitas vezes foram cúmplices de homens de negócios das metrópoles na exploração do trabalho de mulheres. Esses regimes têm sido patriarcais e, às vezes, profundamente misóginos e homofóbicos, mas também há muitos homens das classes populares, e até mulheres, que valorizam as próprias tradições culturais, pouco se entusiasmando com mudanças. Esse critério de ação democrática na ordem de gênero mundial, mesmo apresentando contradições

inevitáveis, não significa que os movimentos progressistas devam evacuar essas arenas apenas porque a prática democrática é difícil, ainda mais que as forças antidemocráticas persistem nessas arenas (CONNELL & PEARSE, 2015).

3.2 DIVERSIDADE SEXUAL E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

É fato que há poucos anos encontraríamos bem menos pessoas LGBTQ+ nos ambientes corporativos. Não porque existiam menos indivíduos que pertencessem a essa população, mas porque muitos deles tinham um grande receio de assumir a sua orientação sexual ou identidade de gênero no local de trabalho e sofrer retaliações, passar por situações vexatórias e até mesmo perder o seu emprego. Também é fato que houve avanços, em grande parte por conta do movimento LGBTQ+, que luta diariamente em busca da promoção de uma sociedade mais tolerante, igualitária, diversa e sensível, de modo que a necessidade de aceitação, inclusão e combate ao preconceito contra pessoas LGBTQ+ se torne uma obrigação de toda a população, inclusive das empresas.

A discriminação contra pessoas LGBTQ+ no ambiente de trabalho faz com que os indivíduos escondam sua orientação sexual deliberadamente, ocultando sua própria identidade, acarretando desdobramentos físicos e emocionais. De acordo com um estudo divulgado pelo *Center for Talent Innovation* (2017), 61% dos funcionários LGBTQ+ no Brasil dizem esconder sua sexualidade para colegas e gestores, enquanto 49% disseram que não a escondem, mas não falam abertamente sobre o assunto no ambiente de trabalho e alteram o próprio comportamento para se integrar entre os colegas.

Já informações mais recentes, obtidas através de um estudo da rede social profissional LinkedIn, de 2019, afirma que metade (50%) dos profissionais brasileiros LGBTQ+ já assumiu sua orientação sexual no trabalho abertamente. A pesquisa revelou também que outros 25% dos entrevistados LGBTQ+ já contaram a alguns de seus colegas sobre sua orientação sexual, enquanto os outros 25% ainda não falaram a ninguém. Quando analisados apenas os entrevistados heterossexuais, 58% sabem de algum colega de trabalho LGBTQ+, independentemente de a pessoa ter lhe contado ou ter descoberto de outra maneira. Entre os profissionais LGBTQ+ que não falaram

abertamente sobre sua orientação sexual no ambiente de trabalho, os quatro principais fatores que fizeram as pessoas não compartilharem são os seguintes: não ver necessidade (51%); não gostar de falar sobre a vida pessoal (37%); ninguém saber sobre a orientação sexual dentro e fora do trabalho (32%); medo de represália por parte dos colegas (22%). Há ainda justificativas associadas a sentimentos negativos sobre si: vergonha/constrangimento (12%) e sensação de culpa (3%).

A partir da subdivisão dessas respostas por faixas etárias, pode-se notar que, quanto mais idade têm os respondentes, maior é o percentual dos que dizem não ter falado abertamente a nenhum colega de trabalho: 40%. Entre os mais jovens, por sua vez, metade daqueles entre 18 e 29 anos disse que todos sabem e 54% dos que têm entre 30 e 49 anos também (LinkedIn, 2019). Esses profissionais que sentem a necessidade de esconder ou disfarçar sua realidade podem ser mais ansiosos, menos autoconfiantes e terem sua autoestima abalada, além de gastarem uma enorme quantidade de energia nisso. As empresas, por sua vez, além de desperdiçarem essa energia, em muitos casos, prejudicam as habilidades desses profissionais ao limitarem a diversidade e pluralidade nos ambientes de trabalho, perdendo, assim, eficiência, criatividade e inovação.

O levantamento de que trata esse estudo foi feito com mais de mil profissionais LGBTQ+ e heterossexuais de diversos setores e regiões do país e faz parte da campanha #ProudAtWork⁶⁸. O objetivo da pesquisa é buscar entendimento sobre questões a respeito de profissionais LGBTQ+ no mercado de trabalho a partir da percepção do próprio grupo e de pessoas heterossexuais. O estudo traça um perfil dos dois grupos de respondentes, com informações socioeconômicas e profissionais, além de perguntas sobre o sexo biológico, gênero e orientação sexual; traz ainda a visão de trabalhadores LGBTQ+ sobre discriminação pelos colegas de profissão e sobre como os empregadores abordam o apoio à diversidade em suas empresas. Por fim, apresenta como os entrevistados que se identificaram como heterossexuais entendem o apoio à igualdade e a pessoas LGBTQ+ no ambiente de trabalho (LINKEDIN, 2019). É um estudo bastante interessante para refletir sobre o que os profissionais LGBTQ+ têm de enfrentar em seu cotidiano.

⁶⁸ Assumido, com orgulho.

A referida pesquisa apontou ainda que 35% dos entrevistados LGBT+ disseram já ter sofrido discriminação por parte de colegas, sobretudo por meio de piadas e comentários homofóbicos e quase metade (46%) deles trabalha ou trabalhava em empresas que não apoiam ou não sabem se apoiam a diversidade. Quanto à área de atuação dos entrevistados dentro das empresas, o estudo aponta que a área que apresenta maior expressividade é a administrativa, com 23%, seguido de relacionamento com o cliente (14%) e comercial (10%). As três áreas lideram, na mesma ordem, os *rankings* dos dados segmentados em grupos de heterossexuais e de LGBT+ (LINKEDIN, 2019).

Essas nuances de experiências que pessoas LGBT+ passam na vida e no trabalho muitas vezes passam despercebidas por heterossexuais. Os dados apresentados ao longo dessa pesquisa demonstram as diversas situações de desigualdades a que as pessoas LGBT+ estão expostas. Sufocar a própria identidade no ambiente de trabalho não é tarefa simples, uma vez que requer constantes cuidados nas conversas, implica em afastar eventuais companheiros/companheiras e amigos pessoais do local de trabalho, além de criar barreiras entre os colegas. Essas emoções contidas podem proporcionar ao trabalhador prejuízos psicológicos e emocionais que, por sua vez, poderão gerar ambiente de trabalho nocivo, comprometendo a eficácia do trabalho e o ambiente saudável, com riscos, inclusive, de acidentes de trabalho.

Nesse sentido, muitas empresas, hoje, entendem que, ao discriminar profissionais LGBT+, estão comprometendo sua produtividade, além de também estarem perdendo uma fatia de mercado, considerando que é cada vez maior o número de pessoas que têm exigido que as empresas das quais consomem sejam comprometidas com a diversidade.

Assim, embora haja certos avanços, especialmente em empresas multinacionais ou instituições ligadas aos serviços públicos, ainda é visível que a pessoa LGBT+ está, muitas vezes, em situação fragilizada nas empresas e instituições, tenha ou não a sua orientação sexual revelada; o que inclui situações de constrangimento e de humilhação, como piadas, discriminação e desigualdade de tratamento em questões associadas à ascensão na carreira. Essas pessoas se veem, frequentemente, desamparadas, em situações de preconceito e atos discriminatórios,

principalmente quando exercidos por um superior, de forma velada ou explícita, em que são limitadas as possibilidades de ascensão profissional, de relacionamentos sociais e de inserção mais ampla nas organizações.

Para pessoas LGBTQ+, o controle sobre seus corpos, formas de se comportar, falar, entre outras, é bastante rigoroso, tanto que se expressa em dados preocupantes que demonstram que é preciso conhecer, cada vez mais, as dificuldades enfrentadas por essas pessoas, no intuito de uma sociedade que não seja marcada pela desigualdade e violência. É preciso que se reflita ainda sobre quais dinâmicas sociais acabam por definir que profissões são ou não aceitáveis e desejáveis para pessoas LGBTQ+ e quais não são. Mesmo esta pesquisa não abarque tal objetivo, esse é um ponto de reflexão importante, ao qual, embora indiretamente, também me reporto.

O trabalho, atualmente, é muito mais que um local em que se vai em busca de sustento. É um espaço onde se pode aprender, desenvolver-se, socializar e, até mesmo, criar afetos. As relações sociais estabelecidas nesses locais são, em sua maioria, muito importantes nas vidas das pessoas. Infelizmente, os dados evidenciados pelas pesquisas citadas e as experiências relatadas através de minhas entrevistas apontam que o preconceito no ambiente de trabalho ainda é recorrente.

A inclusão de pessoas LGBTQ+ no trabalho exige uma mudança de mentalidade. É fundamental, sem dúvidas, o empenho das empresas na promoção da igualdade dentro da sua cultura organizacional, no entanto, é preciso ampliar esse esforço em todas as frentes, com a criação de políticas públicas de inclusão de pessoas LGBTQ+ no trabalho, bem como campanhas de educação e conscientização, para que cada vez mais a diversidade esteja presente em todos os ambientes.

Muitas empresas avaliam que ser inclusivo, atualmente, é uma maneira de inovar e agregar valor à sua marca. Existem cada vez mais clientes que se preocupam com o que consomem e que serviços contratam, sendo exigentes e críticos em relação aos posicionamentos das empresas. Muitos buscam informações sobre responsabilidade social e ambiental e quais projetos essas empresas financiam, o que pode impactar na promoção de uma boa imagem da companhia. Essa tendência de padrão de consumo de algumas pessoas demonstra, inclusive, que elas não se importam de pagar mais caro por um serviço ou produto, desde que a marca tenha transparência e comprometimento com o avanço da sociedade. Isso está relacionado

ao consumo consciente e sustentável, mas também à representatividade. As pessoas que se preocupam em rever os seus hábitos de compras, pois muitas não têm essa oportunidade e até mesmo o conhecimento para tanto, priorizam empresas que têm mais a ver com os seus ideais.

Nesse sentido, é bem mais comum vermos, hoje, marcas se posicionarem a favor dos direitos de pessoas LGBTQ+ e promoverem a diversidade, seja relacionado ao *marketing*, como propagandas e divulgação, ou com iniciativas de contratação de pessoas LGBTQ+. Mesmo que ainda não seja em quantidade massiva, esse empenho de promoção de uma imagem LGBTQ+ *friendly*⁶⁹ é um avanço considerável em busca da inclusão de pessoas que estão à margem da sociedade apenas pela sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Infelizmente, algumas empresas estão em busca somente da visibilidade que a imagem da diversidade pode trazer, mas não estão de fato comprometidas com a luta a favor de direitos iguais e da inclusão de pessoas LGBTQ+. Não basta incluir a imagem de pessoas LGBTQ+ em seu portfólio de divulgação no mês de junho⁷⁰ ou realizar a contratação de pessoas LGBTQ+, é necessário também que a empresa busque formas de promover políticas institucionais inclusivas que garantam um ambiente de trabalho acolhedor para qualquer colaborador, inclusive LGBTQ+.

Apesar de não se poder negar os avanços, também há que se levar em conta a precarização das condições de vida e do trabalho em geral, especialmente nos países periféricos. Iniciativas como privatizações, legislações que buscam precarizar ainda mais os contratos de trabalho e postos de emprego com o desmonte dos direitos trabalhistas e da proteção social, diminuição de empregos estáveis e aumento da informalidade, são parte de um projeto que avança em vários países, inclusive no Brasil, cuja ofensiva contra os direitos sociais, políticos, culturais e econômicos é promovida pelo governo atual.

⁶⁹ LGBTQ+ *friendly* é um termo usado para se referir a lugares, políticas, pessoas ou instituições pró-LGBTQ+, que buscam a criação de ambientes confortáveis e acolhedores para pessoas LGBTQ+.

⁷⁰ O mês de junho é considerado internacionalmente o mês do Orgulho LGBTQ+, quando várias ações são realizadas para a promoção da diversidade e luta por direitos. A data é alusiva à Rebelião de Stonewall, ocorrida em 28 de junho de 1969, em Manhattan, Nova York. Frequentadores do bar *Stonewall Inn*, majoritariamente membros da comunidade LGBTQ+, organizaram em manifestações contra a repressão policial que ocorria à época.

A expansão do setor de serviços e a incorporação de tecnologias da informação e comunicação contribui para que os/as trabalhadores/as estejam cada vez mais conectados/as ao trabalho, inclusive através de seus celulares, nas mais distintas modalidades de trabalho. Em muitos casos, isso representa também um maior espaço para a superexploração, o que Ricardo Antunes (2018) vai chamar de “escravidão digital”. Acerca dessa tendência, o autor afirma que:

O mundo do capital vem assistindo a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente [presentes nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade etc.], ao mesmo tempo que expulsa da produção um conjunto significativo de trabalhadores [incluindo jovens qualificados e ultraqualificados, muitos dos quais pós-graduados] que não encontram empregos em seus países. Isso sem falar dos enormes contingentes de imigrantes menos qualificados, cujos novos fluxos migratórios [Sul-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, Norte-Norte e Leste-Oeste] aumentam os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados (ANTUNES, 2018, p. 30-31).

A população LGBT+ não é, obviamente, a única afetada pela dinâmica de inserção econômica e social no mundo do trabalho, empreendidas pelo capitalismo contemporâneo. Essa situação tem atingido uma massa significativa de trabalhadores, contudo, existe uma parcela da classe trabalhadora em que essa tendência se aprofunda, devido suas condições de vida já precarizadas, que contribuem significativamente para que não se adequem às expectativas de qualificação esperadas pelo mercado de trabalho. Condições determinantes como raça, gênero, classe social, sexualidade, localização geográfica, faixa etária, mobilidade, deficiências físicas e mentais, entre outras, contribuem para acentuar as disparidades e acesso a oportunidades.

Quando se fala nas desigualdades que a população LGBT+ enfrenta, no que diz respeito ao mercado de trabalho, é preciso analisar as estruturas de dominação e exploração de forma ampla, conforme analisa Luiz Henrique de Souza:

Necessário também apreender criticamente que as desigualdades, o preconceito e a discriminação que enfrentam, cotidianamente, a população que foge as normas e regras impostas pela heterossexualidade e cisgeneridade natural e compulsória, condicionam e determinam o espaço desses sujeitos na dinâmica de sua inserção no mundo do trabalho, assim como a remuneração pela venda da sua força de trabalho. Não só, esses aspectos implicam até mesmo nas possibilidades concretas de ascender a

uma possível formação profissional. Implicam até no acesso à educação básica. Dito em outros termos, esses sujeitos têm sua vida marcadas por uma maior precarização das condições de vida e, conseqüentemente, serão absorvidos em trabalhos precarizados, e quando são. (SOUZA, 2020, p. 271-272)

Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 agravou a situação de pessoas LGBT+. O Coletivo #VoteLGBT divulgou, em 2020, uma pesquisa na qual avalia o impacto da pandemia na vida dessa população⁷¹. A investigação *online* ouviu 10 mil pessoas de todos os estados, com maior proporção de respostas na região Sudeste. Os dados, que foram analisados por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, mostram que há desigualdades entre as LGBT+ que envolvem acesso à saúde, renda e trabalho e, inclusive, exposição ao coronavírus.

O IVLC – Índice de vulnerabilidade LGBT+ à Covid-19 – mede os diferentes níveis de risco e impacto da doença para a saúde, renda e trabalho entre LGBT+ de acordo com a raça, orientação sexual e identidade de gênero. Pessoas trans e LGBT+ negros e indígenas apresentam os maiores índices de vulnerabilidade (VOTE LGBT, 2020). Os dados sobre vulnerabilidade das pessoas transexuais corroboram com o que foi encontrado na pesquisa elaborada pela ANTRA (2021), citada anteriormente.

A pesquisa divulgada (VOTE LGBT, 2020) aponta que os três maiores impactos que a pandemia trouxe para a população LGBT+ foram: piora na saúde mental, afastamento da rede de apoio e falta de fonte de renda. Os casos de depressão, ansiedade e estresse vêm aumentando na população geral devido à pandemia. Para a população LGBT+, que já é atingida com maior frequência por essas condições, o efeito sobre a saúde mental é ainda maior. Mais da metade (54%) dos participantes afirmaram estar precisando de apoio psicológico. Levando-se em conta o contexto de marginalização dessas pessoas no âmbito familiar e em outras esferas do convívio social, como escola ou trabalho, as redes de apoio se tornam especialmente importantes. Para 16,6% das pessoas entrevistadas, o maior impacto sentido da crise sanitária são as novas regras de convívio social, como o distanciamento; e para 11,7%, é a solidão. O estudo mostra que a solidão afeta mais

⁷¹ A pesquisa completa pode ser acessada em <https://votelgbt.org/pesquisas>.

drasticamente pessoas mais velhas, de 45 a 54 anos ou acima dos 55, do que os mais jovens, de 15 a 24 anos.

As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho para a população LGBT+ durante a pandemia se tornou ainda maior, muitas pessoas LGBT+ perderam a renda de forma imediata sem o acesso ao trabalho formal, o que afetou diretamente sua capacidade de sobreviver. A taxa de desemprego na população LGBT+ no período analisado foi de 21,6%, segundo a pesquisa, índice bem maior do que para a população geral, que chegou a 12,6% em abril/2020. Uma em cada 5 pessoas LGBT+ não possui nenhuma fonte de renda individual hoje, enquanto 1 em cada 4 perderam o emprego em razão da Covid-19. Quase metade (44,3%) das pessoas LGBT+ que responderam ao questionário tiveram suas atividades totalmente paralisadas durante o isolamento. Cerca de 10,6% dos participantes indicaram a falta de dinheiro como sua maior dificuldade durante o isolamento social, enquanto a falta de trabalho foi apontada por 7%.

Outro fato interessante e frequente revelado pela pesquisa foi o sentimento de alívio de algumas pessoas que adotaram o *home office* (trabalho virtual), por não precisarem mais frequentar o ambiente de trabalho. O sentimento positivo está relacionado à pausa no convívio com colegas e até culturas de empresas LGBTfóbicas que se transformam em locais hostis e inseguros no dia a dia (VOTE LGBT, 2020).

Esses dados demonstram, sem dar margem a dúvidas, que a situação de vulnerabilidade de pessoas LGBT+, seja nos espaços sociais e familiares, assim como no mercado de trabalho, têm piorado em razão da pandemia de Covid-19. Em se compreendendo que cada dinâmica pessoal é individual, ao tempo que ainda assim, há que se considerar as circunstâncias externas que influenciam nas experiências de vida, incluindo as vivências profissionais dessa população, pode-se refletir acerca das estratégias de resistência que cada um/a vai encontrar para garantir sua sobrevivência. Nem todas serão fáceis ou palatáveis, algumas significam até mesmo se expor a possíveis violências.

Existem pessoas LGBT+ que vivem em ambientes confortáveis e com acesso aos direitos mais básicos, porém, infelizmente, os índices apontados pelas pesquisas recentes descritas nesta dissertação demonstram que ainda há uma parte significativa

da população que está à margem. Então, seja viver orgulhoso/a ou se trancar no armário, seja fazer um doutorado ou ser profissional do sexo, seja ser um/a ativista ou alguém que não se sente seguro/a para isso, todas as formas de resistências devem ser respeitadas. Nós, enquanto sociedade, devemos estar comprometidos com um projeto que permita uma mudança profunda nas estruturas de opressão, para que cada vez mais pessoas LGBTQ+ sejam e estejam incluídas em todos os espaços sociais, não só no mercado de trabalho, e que a diversidade não seja apenas tolerada, mas garantida.

CAPÍTULO IV: EXPERIÊNCIAS EM CAMPO

“A vida que me ensinaram como uma vida normal
Tinha trabalho, dinheiro, família, filhos e tal
Era tudo tão perfeito, se tudo fosse só isso
Mas isso é menos do que tudo
É menos do que eu preciso”⁷².

Este capítulo apresenta o resultado das análises das experiências relatadas durante as 7 entrevistas realizadas e as compreensões dos sujeitos acerca de suas relações sociais, expectativas e vivências no ambiente de trabalho, que foram realizadas entre julho e agosto/2019. Em princípio, serão apresentados alguns dados socioeconômicos dos/as entrevistados/as, tais como idade, classificação racial, orientação sexual, identidade de gênero, escolaridade, renda, vínculo empregatício, entre outros; além de algumas considerações preliminares, para situar melhor o/a leitor/a acerca dos/das sujeitos/das e suas perspectivas. Após, serão analisados, a partir de eixos temáticos, os sentidos atribuídos pelos entrevistados/as sobre suas vivências e experiências como pessoas LGBTQ+ que trabalham no setor administrativo de instituições de ensino superior de Teresina – Piauí.

4.1 BREVE ANÁLISE E PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

Como mencionado anteriormente, foram realizadas 7 entrevistas com pessoas LGBTQ+ que trabalham na área administrativa de instituições de ensino superior em Teresina, 5 delas sendo trabalhadores de instituições públicas e apenas 2 de faculdades privadas. Acredita-se que tal dificuldade em reconhecer sujeitos dispostos a participar da pesquisa em empresas privadas se dê, não tanto pela quantidade de trabalhadores LGBTQ+ nesses espaços, e sim pelas pressões que o ambiente de trabalho impõe. Todas afirmaram trabalhar há, no mínimo, 5 anos na IES atual.

As pessoas entrevistadas estão compreendidas na faixa etária de 28 a 54 anos. Quanto à identidade de gênero e orientação sexual, identificam-se como: 3 homens cis gays; 1 homem que diz se apresentar socialmente como homem cis, mas afirma encontrar dentro de si nuances não-binárias; 1 mulher cis lésbica; 1 pessoa que

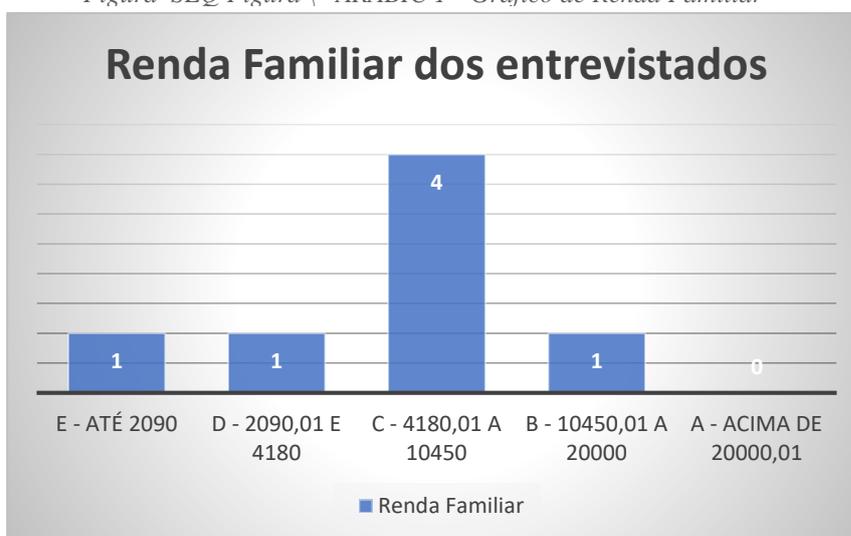
⁷² Kid Abelha, 1985. Música “Educação Sentimental II”.

declarou não se encaixar em nenhum gênero e se identifica como lésbica quanto à orientação sexual; e 1 mulher trans, que, apesar de entender-se assim na intimidade, convive socialmente como homem cis gay, por ainda ter receio de assumir sua identidade em sociedade. Ela se identificou como gay quanto à orientação sexual, no entanto, afirmou ter desejo sexual por homens e se apaixonar por mulheres. É possível perceber, através desse breve panorama que engloba o número restrito de 7 pessoas, o quanto a sexualidade humana é vasta e complexa.

No tocante à classificação racial, 3 pessoas se declaram negras, 2 pessoas se declaram brancas e 2 pessoas se declaram pardas. O critério utilizado foi o da autodeclaração, pois a partir dele podemos interpretar a percepção da pessoa entrevistada quanto a sua raça/etnia e se isso tem implicação nas suas vivências. Referente à escolaridade, todas possuem curso superior, 1 faltando apenas a colação de grau para a obtenção do título, 3 delas com especializações *lato sensu*, 1 com mestrado e 1 com doutorado. Quanto ao estado civil, nenhum/a deles/as afirmou ser casado/a, no entanto, as 2 pessoas que se definiram como lésbicas afirmaram ter uniões estáveis não formalizadas (convivem maritalmente com suas companheiras e tem intenções de formalizar a união em breve), 2 pessoas afirmaram ser solteiras, mas tinham namorados, e 3 pessoas afirmaram ser solteiras, sem relacionamentos sérios.

A renda familiar declarada pelos entrevistados está compreendida entre 1.900 até 12 mil reais mensais, distribuídas conforme gráfico abaixo:

Figura SEQ Figura * ARABIC 1 - Gráfico de Renda Familiar



Fonte: Própria.

É possível verificar, através da análise do gráfico, que, segundo o critério de classificação de classes sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a maior parte das pessoas entrevistadas está compreendida na classificação C, que recebem de 4 a 10 salários-mínimos, as demais estão divididas igualmente entre as classes B, D e E. Como seria de se esperar, não há nenhum trabalhador entrevistado que se encaixa na classificação A.

Apesar do critério do IBGE ser uma classificação econômica simplista de renda, que não inclui dados socioeconômicos mais amplos, tais como poder de compra, custo de vida diferentes entre estados, escolaridade, condições de moradia, nível de vulnerabilidade social, entre outros, está colocado aqui apenas como parâmetro de análise social. Levando-se em conta que o rendimento médio domiciliar per capita do Piauí, em 2020, foi de 859 reais⁷³, é possível afirmar que a renda desses trabalhadores está bem acima da média do estado.

Embora a maioria das pessoas não esconda sua orientação sexual no trabalho (5 delas afirmaram que o fato é de conhecimento da chefia e dos colegas), elas não falam abertamente sobre o assunto, interagindo sobre apenas quando questionadas diretamente. Uma pessoa afirmou que não expõe a orientação sexual no trabalho (explicando que isso se dá somente por não ver necessidade em compartilhar assuntos pessoais com colegas de trabalho) e uma outra afirmou que expõe parcialmente (apenas para colegas mais próximos e não para o chefe imediato). Os que têm companheiros ou companheiras, em sua maioria, não convivem ou convivem raramente, de forma intencional, com seus colegas de trabalho.

A maioria, 5 pessoas, relata ter exercido ou estar exercendo função de chefia, em seu trabalho, 1 delas disse que nunca exerceu nenhuma função de chefia e 1 última relatou já ter substituído o chefe oficialmente, mas sem remuneração. Quanto às promoções, 6 pessoas relataram que, até então, nunca perderam uma oportunidade de ascensão profissional por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero, no entanto, 1 pessoa alegou que perdeu a oportunidade de trabalhar com crianças, fato que ela acredita estar relacionado à sua orientação sexual.

⁷³ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/renda-domiciliar-per-capita-foi-de-r-1380-em-2020-diz-ibge.ghtml>.

Quando questionados acerca da vulnerabilidade relacionada ao vínculo trabalhista, 5 pessoas afirmaram que acreditam que suas experiências teriam sido diferentes caso tivessem vínculos trabalhistas diferentes. Das 5 pessoas entrevistadas que possuem vínculos relacionados ao setor público, 3 afirmaram acreditar que a experiência profissional seria diferente caso fossem de empresas privadas, destacando a estabilidade do setor público como um fato que as leva a se sentir mais confiantes em expressar publicamente questões relacionadas à sua sexualidade. Duas dessas pessoas afirmaram que não acreditam que o vínculo trabalhista influencie nesse caso. As 2 pessoas entrevistadas com vínculo trabalhista relacionado ao setor privado afirmam acreditar que a experiência no setor público lhes daria mais liberdade para se expressar conforme quisessem e que há uma maior pressão em IES privadas para que as pessoas se adequem.

Em sua maioria, foram reportados casos de discriminação com prevalência de violência psicológica, como piadas, brincadeiras pejorativas e comentários inoportunos. Embora velada e não direcionada aos entrevistados de forma mais incisiva, a violência foi tida como recorrente. Dois trabalhadores reportaram casos de agressão física e assédio sexual, inclusive relacionados à sua orientação sexual. Foram relatados ainda casos de assédio moral não relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero, depressão, ansiedade, uso de álcool e drogas, alguns desses relacionados, mesmo que de forma indireta, com as pressões do ambiente de trabalho.

Esse panorama revela que a LGBTfobia é uma prática presente no ambiente de trabalho, apesar de instituições de ensino superior pressuporem espaços seguros nesse debate. Os entrevistados demonstraram, em vários momentos, incômodos e constrangimentos quanto às falas e atitudes de seus colegas. Essas pequenas, e muitas vezes até grandes, agressões diárias não estão presentes na vida de trabalhadores heterossexuais e cisgênero, portanto, é um marcador de desigualdade importante que deve ser considerado em suas vivências. É possível afirmar que essas práticas se baseiam em conceitos que se regulam através da validação social da heterossexualidade como padrão de orientação sexual e da cisgêneridade como padrão de identidade de gênero, de onde se hierarquizam todas as demais.

Além disso, através dos relatos acerca das relações familiares dos entrevistados, percebe-se que tais concepções preconceituosas também estão presentes nesses laços. A maioria das pessoas entrevistadas relatou que a família tem conhecimento de sua sexualidade, expondo, entretanto, conflitos passados ou que ainda persistem. Uma pessoa afirmou só ter contado para um irmão e outra somente para a sobrinha. É unânime, contudo, entre todas as pessoas entrevistadas momentos difíceis com a família quando da sua “saída do armário”.

Quanto à socialização de companheiros e companheiras com sua família, 5 pessoas afirmaram que, apesar dessa relação ter sido difícil, em um primeiro momento, atualmente as partes se relacionam ou acreditam que se relacionariam bem, caso tivessem um companheiro, nesse contexto familiar. Uma pessoa afirmou que a família é homofóbica e que não se sente à vontade para levar o namorado na casa que mora com os pais e outra disse que, apesar de não ter um companheiro, acredita que a família não aceitaria caso tivesse. Todos os entrevistados relataram ter boas relações com seus amigos e que a sua sexualidade não interfere de forma negativa nesse sentido.

Ainda considerando o contexto social das pessoas entrevistadas, foram questionadas também se participam ou já participaram de algum grupo religioso. Todas relataram que tiveram experiências em grupos religiosos, 5 delas contaram ter saído da igreja em que se inseriam por conta de situações LGBTfóbicas. Uma delas disse que, mesmo que tenha participado no passado, não considera a religião objeto de seu interesse. Somente uma pessoa, que se declarou espírita, afirmou que a religião não lhe trouxe nenhum trauma e sim conforto.

Os relatos expostos nas entrevistas demonstram também que, cada pessoa a seu modo, encontrou maneiras de resistir às violências, opressão e discriminação, dentro das suas relações sociais, família e trabalho. A interpretação dos sentidos desses relatos de violência e sobrevivência foram organizadas por eixos temáticos, que abordam a exposição ou não de sua sexualidade no ambiente laboral, a relação com o chefe e demais colegas de trabalho, bem como o público que procura atendimento nessas IES, promoções e direitos trabalhistas, relatos de agressões, assédio moral e sexual, um breve relato de suas relações sociais e familiares, e, por último, suas estratégias de resistência; de modo a contemplar um panorama geral

acerca das experiências dessas pessoas, especialmente em seu ambiente de trabalho.

4.2 SAÍDA DO ARMÁRIO NO TRABALHO: O DESVELAR-SE DITO E NÃO DITO

Como já evidenciado em capítulo anterior, é fato que pessoas LGBT+ estão sempre lidando, de uma forma ou de outra, com os riscos de expor ou não sua orientação sexual no ambiente de trabalho. Portanto, este momento é permeado por nuances que, muitas vezes, podem passar até mesmo despercebidas. Algumas dessas pessoas carregam, em seus corpos, estereótipos que a sociedade lê e julga antes mesmo que a pessoa se apresente. Outros/as conseguem, de alguma maneira, escondê-los. No entanto, todos/as, em algum instante, veem-se de frente às dúvidas e incertezas em relação aos comportamentos e reações de quem ele/ela se relaciona, tanto no trabalho como na família ou em sociedade.

Ao ser questionado sobre se assume ou não sua orientação sexual no trabalho, James Baldwin afirmou que sua experiência remonta a dois momentos distintos, pois quando começou a trabalhar na IES foi em um campus de uma cidade do interior do estado, portanto, mais conservadora, onde ele não se sentia à vontade para falar sobre o assunto com as pessoas, exceto algumas que eram mais próximas. Todavia, sentia como se fosse óbvio que a maioria das pessoas percebesse, embora não chegassem a verbalizar. Quando retornou para a capital do estado, sentiu-se mais à vontade para comentar, inclusive criou um projeto que trata de questões LGBT+ para alunos e demais trabalhadores, o que o ajudou a se tornar referência sobre o assunto em seu setor. Ele acredita que a terapia foi um processo importante que contribuiu para que superasse esse receio:

Eu comecei a psicoterapia porque eu desenvolvi alguns problemas quando eu morava em Cidade X. [...] Eu acho que entra até um pouco a questão da sexualidade, por não me sentir pertencente ao ambiente de trabalho. [...] Eu me sentia muito deslocado com as pessoas que eu ia conversar e aí eu comecei a fazer terapia, no caso, análise, psicanálise. E eu acho que isso abriu bastante as possibilidades e essa coisa de me colocar e poder falar nos espaços, num espaço com muita gente, sobre a minha sexualidade, de uma forma mais tranquila. Antes, por exemplo, [...] eu nunca pensaria em falar isso pra um grande público. (JAMES, 28)

Percebe-se, portanto, que há uma mudança de comportamento conforme James vai ganhando confiança em si mesmo após a mudança de ambiente e cidade. Ele conta que tentou se adaptar à cidade anterior, mas com o tempo foi ficando mais difícil, até que desenvolveu depressão e entrou com o pedido de remoção do campus:

Eu passei três anos em Cidade X. Eu me fechei muito ao contato com as pessoas, né? Não tinha muitas amizades ou pessoas que compartilhavam do mesmo interesse... [...] Não tinha muito o que compartilhar. E aí eu comecei a ficar cada vez mais isolado. Até o ponto em que eu comecei a desenvolver um pequeno grau... Não chegou a uma coisa muito forte de depressão, mas foi diagnosticado como uma certa disritmia, uma depressão leve, associado com um transtorno de ansiedade, uma ansiedade generalizada, que no primeiro ano quando eu fui trabalhar lá não tinha, no segundo tava começando, mas no último ano isso chegou a níveis extremos. De pensar duas vezes antes de ir trabalhar, já tinha pensado até em desistir. Quando entrei com o processo de remoção pra vir pra cá, muita gente entrou antes sem nenhum motivo de questão de saúde e tal, e conseguiu até por alianças políticas, mas eu preferi esperar um tempo pra ver se eu me adaptava, pra ver se eu conseguia vivenciar a cidade de alguma forma. (JAMES, 28)

A inadequação que James sentia em uma cidade que ele julgava mais conservadora o levou a diversos conflitos internos, fazendo com que se isolasse dos colegas de trabalho e até mesmo pensasse em desistir do trabalho. Embora ele admita que sua orientação sexual não foi o principal motivo para que desenvolvesse depressão e ansiedade, é possível afirmar que parte dessa sensação de inadequação vinha por receio da opinião das pessoas quanto a isso.

Nancy Cárdenas relata que, apesar de não esconder sua orientação sexual no ambiente de trabalho, considera uma situação de desconforto as vezes em que o assunto surge, por conta da reação das pessoas:

Porque a gente não sabe o que o outro ouvinte vai pensar, vai dizer, vai reagir, entendeu? Mas assim, no ambiente de trabalho, é aberto pra todo mundo. É que... Aliás assim, não é aberto, porque essas coisas a gente não fica 'olha, eu sou lésbica e tal, sou casada com uma mulher', mas se alguém perguntar ou questionar alguma coisa, como já ocorreu no trabalho, de uma amiga que veio questionar sobre qual era a profissão da minha companheira, porque ela já viu de rede social, entendeu? Aí a gente fala abertamente, mas é tranquilo, agora. [...] No geral eu nunca expus assim pra ninguém, de forma clara, [...] pelo fato de eu não esconder via rede social e tal e a maioria das pessoas são adicionadas, tão na minha lista de amigos e tal, todo mundo meio que sabia e aí ficou uma coisa que não é conversada, não é dita, né, mas todo mundo sabe. (NANCY, 28)

Lili Elbe vai trabalhar todos os dias vestida como Einar Wegener, por medo da reação de sua família e do preconceito da sociedade, caso assuma sua identidade de gênero plenamente. Esses obstáculos fazem com que ela adie o desejo de viver como ela gostaria e, apenas recentemente, ela tem se aberto com alguns amigos e pessoas mais próximas, inclusive no trabalho:

Não é abertamente pra todas as pessoas que eu falo essa minha orientação, da minha identidade, [...] mas assim, eu fico tão empolgado falando, mas tem algumas pessoas que eu confio, que aí eu falo, né, eu mostro as minhas fotos no celular, [...] eu falo de roupas e tudo mais, que eu me identifico. E aí algumas pessoas do meu trabalho, no meu setor eu acho que todo mundo, mas também da faculdade onde eu trabalho, que é uma faculdade pública, tem umas pessoas que sabem. Eu revelo pelo zap, revelo pessoalmente e tudo mais. [...] Eu sempre fui fechado em relação a isso, a não falar. E eu acho que de 2016 pra cá eu disse assim: 'Não! Eu tenho que romper com isso, pelo menos um pouco, né?'. E aí as pessoas que eu tenho confiança ou, às vezes, que eu conheci, assim, mesmo bem recente, eu vou e quero expandir assim, né? Mostrar minha identidade, né? Que eu me sinto feliz falando, me sinto feliz falando sobre isso. Então, não, eu vou falar 'ah, eu gostei dessa pessoa aqui' e aí eu falo... (LILI/EINAR, 49).

Lili afirma que a maioria das funcionárias do setor em que trabalha sabem de sua orientação sexual e identidade de gênero e ela pode conversar com elas sobre as roupas, perucas, maquiagens e tudo mais que ela gosta de usar ao chegar em casa e adentrar seu ambiente seguro.

Caio Fernando Abreu afirma que não esconde sua orientação sexual no trabalho, mas adota uma postura mais formal como forma de se resguardar.

Não tenho vergonha, mas agora, o que acontece é assim... A gente que trabalha em funcionalismo público, quanto mais próximo de uma postura formal você tiver, fica melhor pra você. Melhor pra você porque você vai lidar com pessoas e você não pode a toda hora dar brechas e eu não digo só sobre isso, mas só que assim, eu posso não escrever na testa, só que eu também não nego e não me envergonho e são diferentes graus de oportunidade. É um assunto que pode surgir de diversas formas, só que eu não tenho vergonha, só que eu tenho, eu procuro... Eu desenvolvi, depois de apanhar muito, uma postura mais formal, mais por causa do meu trabalho, da minha formação, que é da área de direito e do meu trabalho, que exigem uma formalidade, a gente precisa de uma certa paz pra trabalhar, de uma certa isenção. (CAIO, 30)

A experiência de Cassandra Rios, em mais de vinte anos na instituição em que trabalha, traz algumas reflexões importantes sobre o processo de percepção subjetiva das pessoas sobre a orientação sexual de pessoas LGBTQ+:

Na realidade, como eu te disse, eu não preciso mencionar porque ela está no meu corpo evidenciada. Eu sempre tive uma fala muito aberta com a instituição, num sentido de incorporar determinadas defesas nos direitos LGBTQs, de projetos relacionados à diversidade sexual, de ter falas esclarecendo a minha identidade. Eu não chego particularmente dizendo 'eu sou lésbica' no meu trabalho, mas toda minha fala e depende de quem fala, as coisas ficam muito óbvias, né? Ficam muito evidentes. A questão de você dar nome as coisas é que ela começa a existir e ambientes conservadores, eles são alérgicos a determinadas declarações. No entanto, eu nunca tive medo de denominar, dar nome às coisas, [de] assumir todos os compromissos dessa pauta LGBTQ na minha instituição, sem nenhum problema. Isso foi uma coisa muito decurso das minhas próprias pesquisas, do meu ativismo. Então eu trago isso pra dentro do meu trabalho. Possibilitando por exemplo a realização de palestras com temática da diversidade, de tal maneira que de tanto realizar eventos nesse sentido, tudo o que tem a ver com o LGBTQ, a bandeirinha arco íris, eles acabam remetendo pra mim porque eu já assumi esse papel dentro da instituição, né? (CASSANDRA, 54)

Como se pode observar, esse tipo de experiência em que a pessoa não informa diretamente sua sexualidade, mas demonstra, através de posturas, comentários e atitudes, é recorrente para pessoas LGBTQ+. Muitas vezes está evidenciada em seus próprios corpos, como no caso de Nancy e Cassandra, por romperem estereótipos de feminilidade, e outras está implícita na convivência entre colegas, como no caso de James e Caio.

Já Lili, escolhe falar e demonstrar somente quando se sente segura, mas em outras falas admite achar que muitas pessoas percebem sem que seja preciso que ela fale diretamente sobre o assunto. Esse não dito acaba sendo uma questão quando não deveria ser, uma vez que pessoas heterossexuais não tem necessidade de informar sua orientação sexual ou identidade de gênero a ninguém, o que nos remete ao que Sedgwick (2007) afirma sobre a constante necessidade de "sair do armário" que as pessoas LGBTQ+ enfrentam em suas vivências. No entanto, pessoas LGBTQ+ são sempre questionadas ou alvo de comentários onde essa "dúvida" aparece, como se a expressão de sua sexualidade, por romper com a heteronormatividade, os levasse a prestar contas publicamente. É perceptível, pelos relatos, que tal situação é constrangedora e peculiar na vida de pessoas LGBTQ+.

Oscar Wilde afirma não ter tido problemas quanto à expressão de sua orientação sexual no trabalho, que é de conhecimento geral, o que ele credita à IES ser voltada para cursos na área de pedagogia e psicologia, que, segundo ele, teriam uma visão mais aberta, além do público ser majoritariamente LGBT+.

Andy Wahrol não menciona sua orientação sexual no ambiente de trabalho, mesmo estando há mais de 13 anos na IES em que trabalha. Em suas palavras, ele acredita que “não teve uma interação mais próxima de amizade pra que pudesse conversar sobre assuntos mais particulares, só, a princípio, por causa disso, e porque é algo de cunho particular” (ANDY, 39). Ele ainda completa que não é algo que ele vá falar, a menos que seja provocado a discutir: “a não ser que seja uma coisa, seja uma pergunta muito direta, aí eu falaria sem problemas” (ANDY, 39). Andy afirma que não há nenhum motivo específico por trás de sua postura, e foi possível perceber, através de outras respostas em sua entrevista, que esse comportamento se repete em outras esferas de sua vida social.

A postura deste entrevistado corrobora com o que foi apontado pela pesquisa realizada pela LinkedIn (2019), citada no capítulo anterior, que apresenta os dois maiores motivos de trabalhadores LGBT+ não falarem abertamente sobre sua orientação sexual no trabalho, sendo eles: não ver necessidade (51%) e não gostar de falar sobre a vida pessoal (37%). Provavelmente é um comportamento inconscientemente intencional, uma vez que, sendo realista, é difícil imaginar que em tantos anos na IES nunca tenha havido uma aproximação com um colega ou uma ocasião em que fosse possível ou necessário mencionar e até mesmo demonstrar algo relacionado à sua orientação sexual ou mesmo em suas relações familiares e sociais.

Por outro lado, também pode-se entender que Andy não tem nenhuma obrigação de prestar contas sobre sua orientação sexual, assim como pessoas heterossexuais não são interpeladas a fazer isso. Além disso, ele não pode ser responsabilizado pela assunção dos demais de sua “suposta heterossexualidade”, de forma compulsória. Portanto, sua atitude de não informar a outras pessoas sua orientação sexual não pode ser uma questão que o defina ou constranja, está em seu direito expor ou não, avaliando em que momento ou para quais pessoas, conforme ele se sinta preparado e à vontade para tal.

4.3 RELAÇÕES COM O CHEFE, COLEGAS E PÚBLICO EXTERNO: A REALIDADE DO COTIDIANO

As relações de trabalho teoricamente pressupõem uma troca saudável de interação, baseadas em respeito e cordialidade. No entanto, ainda assim, é comum que existam alguns conflitos. Para as pessoas LGBTQ+, essas dissidências muitas vezes estão relacionadas às questões de sexualidade. Foram relatadas, durante as entrevistas, diversas situações de constrangimento, prevalentemente por causa de piadas e comentários LGBTQófobos. No geral, não foram reportados casos de preconceitos relacionados ao público externo das IES, somente Oscar indicou um caso de preconceito vindo do pai de um aluno; ele também contou sobre casos de assédio, porém, esse assunto será abordado em outro tópico.

James, como já foi dito, expressa sua orientação sexual no ambiente de trabalho para chefe e colegas, além de se dedicar a um projeto que trata das questões LGBTQ+. O setor em que ele trabalha tem relação com a assistência estudantil, então, seu projeto, que visa discutir questões LGBTQ+, é uma tentativa de ajudar essa população dentro da universidade. Ele relatou que, apesar de se dar bem com os colegas em geral, não se sente à vontade para participar de momentos de socialização fora do ambiente de trabalho, ainda menos com a presença de seu namorado. Essa relutância parte de experiências em que ele presenciou comentários LGBTQófobos, seja na intenção de excluí-lo ou com o intuito de constrangê-lo, ou a outras pessoas LGBTQ+.

Mesmo que a situação tenha melhorado após a mudança de cidade, ele admite que ainda existem muitos momentos em que são feitos comentários ou piadas LGBTQófobas, ainda que de forma velada ou indireta. James avalia que, embora atualmente isso não chegue a atingi-lo de forma a deixá-lo muito mal, querendo ou não, gera um certo desconforto que faz com que ele não queira compartilhar muito de sua vida com as pessoas de seu trabalho que agem assim.

O entrevistado cita um caso em que colegas lamentaram um rapaz ser gay por considerá-lo bonito, ao que ele questionou: “qual o problema ser bonito ou ser feio e qual é a relação de ser gay? Eu sou gay, e aí?” (JAMES, 28). Outro caso que ele relatou foi do seu chefe lhe mostrando uma foto de uma mulher nua e questionando

sobre o que ele achava, com o óbvio intuito de constrangê-lo por conta de sua orientação sexual. Nessa situação, ele respondeu que não tinha interesse nem compartilhava esse tipo de conteúdo em ambiente profissional. Ele reflete que nos momentos em que as pessoas são confrontadas em seus comentários, há um recuo:

Eu acho que existem mudanças quando você se posiciona e aí quando você se posiciona de uma forma mais enfática ali, quando se coloca, você nota que existe uma mudança da pessoa, de ser muito mais conciliador, né? A gente sabe quais são as posições, a gente sabe qual é a visão pelas entrelinhas do que se vai sendo dito, né? E do que não vai sendo dito. E aí eu acho que isso termina ficando velado também, não existe mais aquelas demonstrações ou algo do tipo, a não ser que seja um desejo mesmo de desestabilizar ou [...] ou criar uma situação. (JAMES, 28)

O incômodo relatado por James vai além das situações exemplificadas, ele acredita que sua aproximação com a temática LGBTQ+ em seu projeto voltado para estudantes LGBTQ+ o fez se tornar mais empático a outras vivências que não o abarcam:

Quando você entra em contato com o tema, você se incomoda mais pelos outros, né? Até pela questão da empatia mesmo. E já senti sim esses constrangimentos, principalmente, que é sempre uma coisa que não se faz com grandes públicos, [...] mas numa reunião pequena, por exemplo, da equipe que eu faço parte [...] e soltar alguns comentários do tipo transfóbicos, [...] algo do tipo 'ah, uma mulher com piroca', que o pessoal comentou. Talvez isso, que não me incomodaria na minha adolescência, isso hoje em dia me incomoda, bastante. Porque eu me aproximei de algumas pessoas e ouvi de algumas pessoas o desafio que é a transexualidade, a travestilidade, viver nesse país que é extremamente homofóbico, transfóbico. E isso termina refletindo em mim, né? (JAMES, 28)

Nancy não esconde sua orientação sexual de chefes ou colegas e revela que sua experiência profissional não é marcada por situações de LGBTQfobia mais violentas, mas admite que as piadas e os comentários constrangedores chegam a ser tão recorrentes que acabam não se prendendo à memória. Ela destaca que isso acontece “especificamente quando a gente tá tratando com os homens, [...] pra tirar algum tipo de sarro de alguma situação, sei lá, que até vê na TV, de algum famoso, nesse sentido, entendeu? Essas piadinhas homofóbicas que a gente sabe que rola, mas que a gente acaba deixando passar” (NANCY, 28). Outra situação que ela citou foi relacionada a colegas de trabalho que ela sente que não se aproximam dela intencionalmente, fato que atribui a um preconceito velado:

Eu acho que é esse preconceito enraizado mesmo que as pessoas têm, que tá aí, né? No meu ambiente de trabalho tem muito mais pessoas com uma certa idade, do que jovens como eu, né? Diretamente eu trabalho com uma pessoa jovem, mas meu chefe ou as colegas de trabalho da sala ao lado, são pessoas já mais idosas, principalmente agora, outras assim de meia idade e tal e aí eu acredito que, [...] nem sei o que elas acham ou pensam, mas é como se não rolasse, assim, uma situação de não querer muita proximidade, entendeu? A gente é ali colega, trabalha junto, se respeita e tal, nunca houve nenhuma situação de desrespeito diretamente a mim e tal, mas também acho que elas não querem muito aproximação. [...] Eu sou muito tranquila e falo com todo mundo, sou uma pessoa agradável, acredito, de se trabalhar, nunca destratei ninguém e aí eu percebo que, [...] eu acho que elas têm muito mais, muito mais tranquilidade pra lidar com as minhas amigas que são hétero, casada com homem e tal, a relação toda bonitinha ali, do que comigo, entendeu? Eu acho que elas me respeitam, mas também não querem muita aproximação pra, sei lá, não tá perto disso. (NANCY, 28)

Apesar de conviver bem na medida do possível com colegas de trabalho, inclusive fora desse ambiente e até mesmo com a presença de sua companheira numa ocasião, ela enfatiza que “não são pessoas que tão aqui na minha casa direto ou eu tô na casa delas direto, mas foi tranquilo” (NANCY, 28). Outra situação que ela julgou relevante mencionar, foi em relação a um comentário que sua antiga chefe fez sobre as roupas que usava, quando foi assumir um novo cargo. Nancy acredita que a chefe tenha se utilizado de um eufemismo para criticar roupas que ela talvez não considerasse apropriadas por não se alinharem ao seu estereótipo próprio de feminilidade:

A minha antiga chefe [...] veio conversar comigo, se despedir e tal e falou: ‘Olha, Nancy, cuidado, é um cargo importante e tal, você vai tá próxima de autoridades em certas ocasiões e tal, então, o ideal é que você se vista direitinho, ande arrumadinha’, nesse sentido, mas não sei se ela... porque às vezes a pessoa não quer dizer diretamente, aí fala no outro tom, com outro tipo de conversa, mas querendo dizer aquilo, né? (NANCY, 28)

A heteronormatividade, ou seja, a norma que dita os comportamentos e estereótipos sociais e os padroniza através da heterossexualidade, faz com que pessoas como a ex-chefe de Nancy se sintam à vontade para questionar como alguém deve se vestir ou se portar. Nancy afirmou que sempre se vestiu de maneira adequada ao ambiente de trabalho, porém, foi cobrada por não ser “feminina o suficiente”, por usar roupas “mais masculinas” e por não usar maquiagem.

Portanto, pode-se perceber que a forma como Nancy é lida socialmente ultrapassa os limites da mera formalidade exigida em ambientes corporativos e ela

passa a ser cobrada por um padrão social que estereotipa o que seria considerado mais ou menos “aceitável” em sua aparência, de acordo com padrões heterossexuais. Essa norma não engloba somente pessoas LGBTQ+, mas também pessoas heterossexuais que não gostam de usar roupas fortemente generificadas.

Lili tem uma boa relação com os colegas de trabalho, que são, em sua maioria, mulheres, fato que admite deixá-la feliz e à vontade. Ela seleciona as colegas com as quais fala sobre sua orientação sexual e identidade de gênero, mas admite não se sentir à vontade de mencionar o assunto ao chefe imediato. Embora não relate ter sido afetada diretamente com comentários LGBTQófobos, citou um caso em que fizeram comentários depreciativos sobre o jeito afeminado de um funcionário e outro de uma funcionária que se afastou dela e a bloqueou nas redes sociais, fato que acredita ter sido por a colega não querer conviver com uma pessoa LGBTQ+, ainda que não tenha como ter certeza. A entrevistada revela ter muito receio da reação das pessoas: “por isso que eu sou assim, né? Me identifico, mas não revelo, eu escondo a minha sexualidade de muitas pessoas, [...] eu tenho receio de dizer, entendeu?” (Lili, 49).

Ela contou que tem uma maior facilidade de se aproximar e fazer amizade com mulheres e que às vezes precisa explicar que não tem intenção de paquerá-las, quando elas ainda a conhecem como Einar e não a sua verdadeira identidade.

A maioria das pessoas é tudo mulher, entendeu? Pra eu me identificar e assim, eu fico orgulhoso disso, né? [...] E algumas moças ao me aproximar delas, que eu gosto de fazer amizade, pensam que eu tô querendo conquistar elas, dando em cima delas, né? Pensam que eu quero ter algum sentimento por elas... Aí eu vou e quando eu revelo, que digo que faço isso, elas entendem que é só amizade mesmo, entendeu? (LILI, 49)

A relação de Caio com sua chefe e colegas de trabalho, segundo ele, apesar de ser tranquila, é algo que ele precisa sempre estar atento. Ele diz que, se tivesse um companheiro, não teria problemas em levá-lo em alguma situação social envolvendo pessoas do trabalho, no entanto, admite que as piadinhas, perguntas e comentários inconvenientes estão sempre presentes, seja por falta de maturidade ou empatia, de tal forma que ele aprendeu a filtrar:

Já notei bastante isso, [perguntas] do tipo ‘ah, por que que tu não faz isso? Por que tu não fica com mulher? Tu não gosta? [...] Ô, é coisa boa...’ e já

senti até das próprias lésbicas. [...] A chamada piadinha, brincadeira social, aquele momento mais descontraído, aquele momento de bebida, mas ele sempre acaba chegando. Só que o que eu tenho notado é que evitar certas coisas é que nem [...] quando você corta, quando você fica na sua, você mostra que não é bem assim, a tendência é afastar, então eu procuro não alimentar esse tipo de [situação]. Eu converso e tudo, mas eu sei o limite de conversas que eu posso ter com determinados tipos de pessoas. (CAIO, 30)

Caio cita ainda a conjuntura social, política e econômica do país como uma situação que agravou o acirramento de ânimos no seu ambiente de trabalho:

Principalmente nessa fase mais recente, que fase triste que eu não entendo, não entendi bem o que aconteceu na situação política e social do Brasil nesses últimos tempos, mas enfim, se se estudar um pouquinho de história dá até pra entender, em épocas de aperto as pessoas tendem a ser mais conservadoras. Mas o meu medo não é esse, o meu medo é se elas estivessem mostrando realmente quem elas são de verdade. Esse foi o meu maior medo. [...] Eu sei quem são essas pessoas, tento ser uma pessoa sociável, não rebato, mas muitas vezes eu vejo que é a limitação de visão que a pessoa tem. [...] Eu não sei se as pessoas são a reprodução dele ou ele se aproveita dessas pessoas pra reproduzir o comportamento. [...] Elas saíram do armário... Porque elas viram uma figura de poder incentivando a opinião delas. (CAIO, 30)

Para ele,

Existe uma diferença muito grande entre respeitar e aceitar. O argumento mais falho que eu acho do mundo é 'eu tenho amigos que são'. 'Eu tenho amigos que são negros, eu tenho amigos que são gays, eu tenho amigas que são lésbicas', [...] mas na verdade, nisso o que acontece é o seguinte: que você respeita, você finge que respeita, mas você não aceita. Aquela pessoa, ela tem uma importância pra você, ela pode ter uma confiança social pra esse fulano, ela respeita por essa confiança, porque querendo ou não a gente vive em sociedade; a gente precisa um do outro. Mas se ela soubesse, talvez, eu acho que ela soubesse que pudesse eliminar essa pessoa, que essa pessoa não poderia existir, eu acho que entre ser amigo e essa eliminação, eu acho que ela preferiria que essa pessoa não existisse, [que] ela seguisse o molde que ela julga correto. Que nem ela mesmo segue. (CAIO, 30)

Na experiência profissional de Cassandra nunca existiu receio de se afirmar como uma pessoa LGBT+ para sua chefia e colegas de trabalho, no entanto, ela revela que não gosta de misturar o ambiente de trabalho com suas relações pessoais:

Toda mulher com a qual estive casada sempre foi me pegar na frente do trabalho. Você sabe que frente de qualquer trabalho sempre foi tabuleiro de distribuição de notícias dentro da instituição. Nunca me preocupei em relação

a isso, a gente às vezes se encontrava na hora do almoço e ia pontualmente me pegar ou no final do expediente. [...] Nunca tive esse tipo de restrição do tipo 'ah, não me pega aqui, não vem aqui', nunca tive isso. É muito aberto nas redes sociais. (CASSANDRA, 54)

Eu nunca nem levei minha família, pra falar a verdade. Eu não levo minha família pra esses ambientes. Porque ambiente corporativo é talvez o pior da rede social. Todo mundo se vê e todo mundo fala de todo mundo. Então eu acho assim, desnecessário ficar levantando essa poeira que não me acrescenta em nada absolutamente. Eu não levo a minha família, não interajo com a família das outras pessoas que trabalham comigo, a não ser com meus amigos. (CASSANDRA, 54)

Cassandra sente que há um incômodo relacionado ao seu corpo e aos estereótipos que relacionam pessoas LGBT+ como promíscuas ou predadoras sexuais. Ela relata esse desconforto no seguinte trecho:

Às vezes acontece de as pessoas ficarem meio incomodadas assim, com a masculinidade do meu corpo. Aí eu tenho que dizer que eu sou uma mulherzinha por dentro, né, gente, as aparências enganam. O que eu quero dizer é que eu sou uma pessoa muito respeitadora, né? O fato de eu ter um corpo masculino não é um aviso de que eu vou ser um predador sexual, uma predadora sexual, mas as pessoas, às vezes, entendem dessa maneira e quando acontecia isso, das pessoas se incomodarem, [...] eu ficava constrangida com o constrangimento da pessoa. E aconteceu algumas vezes. [...] Isso de certa forma faz você se questionar [...] Por exemplo, as pessoas que saem com decotes muito avantajados, ela não espera receber o teu olhar, mas aquele olhar não é pra ti, aquela forma de se arrumar. E às vezes quando acontece da pessoa se ajeitar... Aquilo dali me provocava um... Como diria? Um desconforto, porque na verdade eu não tava ali pra fazer nada, nem pra olhar na verdade [...] Às vezes entrava no elevador e se ajeitava, ou então a pessoa fica assim incomodada 'será que eu vou ficar aqui nesse elevador e ela vai me atacar?' e às vezes eu tinha essa nítida sensação que a pessoa ficava receosa desse aspecto, mas pras pessoas com as quais eu trabalho, eu sempre passo essa ideia de que eu só sou uma ideia abstrata. Eu não sou uma pessoa que é ameaçadora [...] Isso é importante, porque as pessoas elas criam um estereótipo a respeito dos LGBTs e estão sempre julgando moralmente os LGBTs. Pela aparência, pelo que eles acham que é a sexualidade desviada, pelo que eles imaginam que seja um relacionamento afetivo sexual entre pessoas LGBTs. É aí eles imaginam muitas coisas [Acabam reduzindo as pessoas LGBT à sua sexualidade] Ou a sua genitália. É uma coisa meio esquisita, eles são meio obcecados com isso. (CASSANDRA, 54)

Cassandra diz que, infelizmente, a pessoa LGBT+ tem que estar constantemente em alerta sobre o seu comportamento, para não dar espaço para uma má interpretação:

Olha, é uma coisa muito interessante, principalmente se você é cordial com as pessoas ou se você é simpático ou se você é prestativo ou se você é

acolhedor. As pessoas ficam sempre achando que talvez por trás daquilo tudo tem um interesse a mais. E aí eu tenho que dizer “não, minha gente, isso aqui primeiro é característica de quem é treinada pra fazer atendimento ao público”. Você tem que ser cordial, acolhedor, tem que ser simpático, tem que ser educado. Não tem nada a ver com isso e as pessoas, às vezes elas, principalmente pra quem te conhece a primeira vez, pode levar a essa ideia. Uma vez eu fui mal interpretada, aí eu fiquei ‘meu deus, eu dei essa ideia! Pronto, agora a pessoa vai ficar recolhida lá achando que eu tô dando em cima. Como é que faz? Vamos voltar de novo pra formalidade, vou começar a tratar de novo com pronome pra ver se a gente retoma a seriedade da relação’, né? É isso. Acontece. (CASSANDRA, 54)

Ela admite ter conhecimento de insultos direcionados a ela por alguns colegas de trabalho, no entanto, não são diretos, mas propagados pelos corredores da IES:

Na realidade, às vezes acontece de não exatamente minha equipe, não exatamente meus diretores, mas às vezes colegas da instituição, quando estão com raiva de você, eles costumam te adjetivar. E não que tenham dito pra mim na minha cara, mas quando estão zangados comigo por algum motivo, eles costumam colocar as reclamações deles na forma de adjetivos, então eu sou a sapatão. Então acontece isso às vezes, de ter algumas pessoas que não gostam e em algum momento expressarem dessa maneira, nos bastidores, não na minha frente. [...] Mas é de uma total irrelevância isso, porque na verdade a raiva deles não é contra a minha identidade sexual, ela é só uma camada da minha vida, não é quem eu sou. E as pessoas esperam te atingir por ela, como se fosse me diminuir; não diminui, mas até eu entender isso, também levei um tempo. (CASSANDRA, 54)

Cassandra toca ainda em um ponto interessante dentro do seu processo de amadurecimento profissional, no qual percebeu elementos inconscientes que extrapolam as habilidades e conhecimentos exigidos para o cargo, que muitas vezes a fizeram se sentir sobrecarregada:

Eu acho que dos funcionários da instituição, eu me dediquei tanto que hoje eu sofro, porque as pessoas quando sabem que eu tô envolvida num projeto praticamente não se esforçam pra alcançar, por quê? Porque sabem que eu vou tomar de conta e pronto. E isso de certa maneira, eu tava me lembrando e tentando fazer uma autoterapia, de tentar explicar como o LGBT não se sente suficientemente bom em momento algum. Ele tem que sempre que estar se cobrando pra se superar, pra mostrar como ele é bom. [...] Isso acontece muito dentro do mercado profissional, a pessoa se desdobra pra dizer ‘ah, eu sou LGBT, me deixa aqui porque eu sei trabalhar’. Fica essa percepção que não é algo muito consciente, isso daí é uma coisa inconsciente que você acaba se desdobrando dessa maneira. E dentro do meu ambiente de trabalho eu sou muito bem-sucedida, não tenho nada a reclamar em relação a oportunidades de trabalho, de empregabilidade, sempre trabalhei muito, sempre. Em várias áreas diferentes e eu acho que o elemento da sexualidade, da identidade sexual, nunca foi uma interdição pra mim. (CASSANDRA, 54)

Cassandra também pontua o momento político do país como um fator de agravamento dos ânimos em todas as esferas sociais, inclusive no trabalho:

No meu trabalho teve uma briga lá, né? Os colegas que eram bolsonaristas, a gente ficou meio estranhado assim um tempo. Teve muita discussão, muito bate-boca. Teórico, não briga. Agora, evidente tem cursos mais conservadores, os cursos pelos quais eu ando, quando eu vejo uma coisa desse tipo eu começo um diálogo teórico, mas tem cursos que, todo curso tem uma ala bem conservadora e dentro da ala conservadora tem gente que é homofóbica. E fala mesmo. [...] Eu sou bem assumida no meu trabalho. O fato de eu defender os temas da sexualidade e gênero, quando eu entro numa conversa desse tipo eu entro bem fundamentada [...] É porque as pessoas elas se alimentam de, como eu diria? De informações equivocadas E elas trazem isso pro ambiente de trabalho: 'olha isso daqui como é um horror!' e às vezes é uma *fake news*, é uma distorção, conduzido por algum grupo mais conservador pra justamente desqualificar um LGBT e tornar sua morte mais palatável. Como toda minoria já sofreu, é assim, você descontrói o indivíduo, objetiva, torna uma abjeção e depois você mata e a pessoa vai dizer graças a deus [bate palmas], né? Então quando isso aconteceu, eu encaro como um desafio pra combater. (CASSANDRA, 54)

Oscar convive bem com os demais colegas de trabalho, na maioria das vezes, e não vê problema em socializar com eles fora do ambiente corporativo. Seu namorado, no entanto, não gosta de participar desses momentos, por ter receio de como será tratado pelas pessoas presentes. O entrevistado afirma também que o constrangimento mais comum que ele sofre no trabalho está relacionado a piadas e comentários LGBTfóbicos e machistas, ditos “sem maldade, mas [que] a gente sabe que é sem graça mesmo, pra constranger” (OSCAR, 31). Para ele, isso acontece porque “as pessoas misturam muito a amizade com liberdade, aí fazem perguntas idiotas, sobre questões sexuais, coisas que não tem nada a ver no ambiente de trabalho e acabam lhe deixando constrangido, perguntam coisas [...] na hora do ato sexual, isso é muito antiético” (OSCAR, 31). Ele acredita que, caso fosse hétero, não passaria por esse tipo de situação porque as pessoas “acham que a relação heterossexual é normal, já no nosso caso, algumas pessoas levam como se fosse anormal, né?” (OSCAR, 31).

Ele exemplificou alguns dos comentários que já ouviu, inclusive do próprio chefe, que o deixaram chateado:

Brincadeiras, sem graça, tipo, generalizar, dizer que pessoas como nós não são fiéis, pessoas como nós a probabilidade de ficarem doentes é maior, [...] milhares de outras coisas, [...] não sei se também porque eu dou liberdade,

sou muito amigo, dou confiança, aí as pessoas acham que podem me dizer tudo, mas também, eu acho que não tem direito de dizer essas coisas, né? [Esse tipo de comentário] me deixava muito mal, uma vez até me perguntaram se eu tinha vontade ter filhos, aí eu disse que sim, aí perguntou como é que eu ia ter filhos se eu não gostava de meninas, aí eu disse assim: 'sim, mas eu posso adotar, eu posso fazer inseminação, eu tenho várias opções', 'sim, mas é como é que você vai adotar?'. Aí nesse dia teve até uma discussão: 'mas você esquece quem deixou as crianças que estão no orfanato são casais heterossexuais? E por que que eu com meu companheiro não posso adotar?'. [...] 'Por que eu não posso fazer uma inseminação? Por que que eu não tenho esse direito? Por que que só eu e meu companheiro, pessoas LGBTs, que podem ter doenças sexualmente transmissíveis ou HIV?' (OSCAR, 31)

É possível perceber que o heterossexismo alimenta a subalternização de como o relacionamento de Oscar é visto pela sociedade e seus colegas de trabalho. O exemplo prático de que seus colegas o caracterizaram como alguém que não é capaz de, junto com seu companheiro, criar uma criança (ou ser fiel ou manter práticas sexuais saudáveis) demonstra que essa hierarquia de sexualidades é compreendida através do senso comum e das estruturas de opressão que existem na sociedade. Oscar acredita que a sua orientação sexual influencia na forma como é visto em seu trabalho e que, muitas vezes, os estereótipos dominam as relações de amizade que ele consegue criar nesses espaços. Além disso, já ouviu muitas críticas em relação às suas roupas e gestos:

Odeio roupa folgada e eu gosto de roupa colada, aí as pessoas às vezes falam no trabalho, que a roupa colada não é roupa de homem, [e que] não pode falar gesticulando. Às vezes as pessoas querem nos descaracterizar, nosso perfil, que cada um tem, sua individualidade de agir, não é porque é gay, porque é hétero, porque é bi, não, cada um tem o seu jeito individual de ser e as pessoas acham que 'não, é porque é gay'. (OSCAR, 31)

Em relação a situações vividas no atendimento ao público externo da IES, Oscar foi o único que apontou um caso de preconceito. Na entrevista, ele contou sobre a circunstância que viveu com o pai de um aluno que não quis ser atendido por ele:

Um pai de um aluno que ia se matricular num curso superior disse que não queria ser atendido por mim porque, inventou uma história que não tinha lógica, aí depois eu fui entender que é porque o filho dele é [gay], parece que o pai era militar e o filho já [...] parecia que já ia ser homossexual ou uma predisposição já, enfim. [...] Acho que o pai tava blindando de qualquer coisa ou de qualquer pessoa que fosse ou próximo do que ele não quisesse que o filho fosse ser, aí eu entendi dessa forma. [...] Nesse dia eu me senti mal porque eu achei que não interferi em nada na vida do aluno porque o aluno

já fez a escolha dele [...], então não vai mudar em nada, o pai tá vivendo uma ilusão. (OSCAR, 31)

Quando questionei Andy sobre a possibilidade de um possível companheiro conviver em algum momento de sociabilidade com seus colegas de trabalho, ele demorou alguns segundos para me dizer que não teria nenhum problema com isso. Ele mantém um distanciamento com o chefe e colegas, pois acredita ser a postura correta num ambiente profissional, para ele, não há necessidade de explicar ou informar sua orientação sexual em seu trabalho:

As pessoas naturalmente vão observar ou vão notar, né? Tudo bem, eu tô solteiro, mas se eu [es]tivesse num relacionamento eu não, de modo algum eu iria me podar de, por exemplo, eventos sociais, né? Eu sou uma pessoa naturalmente mais recatada e mais discreta, não sou muito de expor nem da minha vida pessoal, nem da minha vida familiar, mas não iria me podar de momento de confraternização, de modo algum. Talvez no início da minha carreira, sim, hoje pelos menos já estou num nível de amadurecimento que, sinceramente, eu não teria problema. Se você [es]tivesse fazendo essa entrevista 15 anos atrás provavelmente a resposta seria outra, provavelmente eu teria mais medo, hoje não. (ANDY, 39)

Como as pessoas no geral não sabem sobre sua orientação sexual, os casos de preconceito chegam a ele de forma velada e, na maioria das vezes, não direcionada. Por ele não atender aos estereótipos sociais de homens gays afeminados, a heterossexualidade compulsória faz com que muitas vezes seja definido como um homem hétero. Ele afirmou que os momentos que já o constrangeram foram situações de mulheres que chegaram a paquerá-lo:

Mulheres chegam e eu sinto que existe um certo flerte, né? E nesse momento existe um certo constrangimento, porque profissionalmente eu já não faria nenhum tipo de recíproca e mais exatamente por conta da minha orientação, aí é que eu não faço mesmo, [...] já teve algumas questões de dizer 'como você é bonito, como você é bem-sucedido' e a velha pergunta 'cadê as namoradas?'. E a resposta é muito simples, o mais natural possível, não, sou solteiro, estou solteiro e ponto. Não se prolonga muito a conversa. (ANDY, 39)

Os casos de preconceito que ele reportou foram de comentários e piadas veladas sobre, por exemplo, pessoas que frequentam o setor em que ele trabalha, que tem atendimento ao público:

Aqui no próprio ambiente do setor é muito raro, mas às vezes acontece, por exemplo, [...] eu vejo, temos uma funcionária [...] e às vezes eu ouço comentários, [...] a gente recebe pacientes que mais notoriamente você identifica a sexualidade, então às vezes você vê algum comentário muito discreto, meio velado, mas nesse sentido entendeu? [...] Alguma piada ou algum... por exemplo, se for um rapaz bonito diz: 'nossa que desperdício'. [...] Se for uma menina que esteja um pouquinho, uma roupa um pouquinho mais masculina, né, 'que estranho o mundo tá' [risos] e 'ah, antigamente essas coisas não eram assim', entende? (ANDY, 39)

O momento político, segundo ele, influencia tais comportamentos e comentários: “a gente vem do momento político que favoreceu, infelizmente, esse tipo de coisa, mas assim, felizmente, são eventos muito raros, eu ainda não tive que interpor ou ter que chamar atenção não, porque são raros e são geralmente velados assim” (ANDY, 39). Esse é um ponto que foi mencionado também por alguns dos entrevistados, como o conservadorismo do governo permitiu que mais pessoas se sentissem à vontade para expor suas opiniões preconceituosas e demonstra a preocupação que existe acerca das políticas públicas e como o cenário político influencia na vida de pessoas LGBT+.

É possível perceber que o relato dessas experiências profissionais, embora cada um com sua particularidade, tem elementos em comum, que se sobrepõe, na forma de pequenas violências diárias, na preocupação e constantes questionamentos sobre percepções do chefe e dos colegas de trabalho, que muitas vezes podem extrapolar a esfera profissional, utilizando-se de uma questão pessoal, no intuito de prejudicá-los ou ofendê-los. Desde a violência mais flagrante até a mais sutil, fato é que tais situações podem acarretar prejuízos psicológicos e até mesmo materiais para esses trabalhadores.

4.4 DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA E DIREITOS TRABALHISTAS: A BUSCA PELA EQUIDADE

Ter condições igualitárias de trabalho é algo que faz parte das lutas de trabalhadores, desde sempre. Há inúmeras pesquisas que demonstram que as desigualdades de oportunidades de desenvolvimento no ambiente de trabalho entre grupos e minorias oprimidas são profundas. Os dados que apresentam os índices de melhores e piores condições de trabalho estão sempre permeados por diferenças

significativas entre as pessoas que detém uma série de privilégios na sociedade e as que lutam para ter direitos básicos.

Os resultados das entrevistas dessa amostra expõem que nas IES tais discrepâncias não são tão flagrantes. Nenhuma das pessoas afirmou ter direitos negados ou que deixaram de gozar de algum direito deliberadamente, por serem LGBT+. Em contrapartida, é necessário refletir que das quatro pessoas entrevistadas que têm companheiros, nenhuma delas possui união formalizada, o que também daria ao cônjuge alguns direitos, tais como, poder constar como dependente em seus assentamentos profissionais, plano de saúde, pensão por morte, dentre outros. Nancy e Cassandra demonstraram, contudo, a intenção de formalizar a união em breve.

Em relação à ascensão profissional, a situação também se mostrou favorável, uma vez que somente James afirmou nunca ter exercido nenhuma função de chefia, nem em casos de substituição, seja por férias ou outros motivos. Inclusive, Nancy, Lili, Cassandra, Oscar e Andy afirmaram exercer função de chefia atualmente e Caio afirmou já ter exercido a função, porém, sem nenhum retorno financeiro. No caso de promoções, somente Oscar afirma ter perdido uma oportunidade por conta de sua orientação sexual:

Principalmente se for trabalhar com criança. [Em] algumas instituições que eu trabalhei, que ela englobava todos os níveis de ensino, infantil, fundamental, médio e superior, era uma instituição até grande aqui em Teresina e lá eu deixei de trabalhar em outro segmento dentro do grupo por causa da minha sexualidade, eu trabalhava na educação superior e perdi o outro turno por causa da minha sexualidade, aí eu não pude trabalhar, eu percebi que era por isso. (OSCAR, 31)

Os demais entrevistados relataram que a sua sexualidade não influenciou nesse sentido, o que pode ser considerado positivo, mas também não pode ser tomado por regra.

4.5 RELATOS DE AGRESSÃO FÍSICA E ASSÉDIOS MORAL E SEXUAL

Outra preocupação recorrente de trabalhadores em geral são as situações de assédio, seja moral ou sexual. Por isso, o roteiro de entrevistas se preocupou em apontar quais trabalhadores relataram experiências de assédio e se essas situações

envolviam diretamente sua sexualidade. James, Nancy, Caio, Cassandra e Oscar afirmaram já ter sofrido assédio moral. Nancy acredita que não tenha tido relação com sua orientação sexual, no entanto, não tem certeza, e reflete que pode ter acontecido alguma situação que sim e ela não percebeu. Caio afirmou que como tiveram várias situações, algumas não foram relacionadas à sua orientação sexual, mas que em uma delas, acredita que sim, pois ele sentia que a chefe o pressionava por ter sentimentos por ele que não eram correspondidos. Os demais acreditam que o assédio não teve nenhuma relação com questões de sexualidade. A situação mencionada por Caio, inclusive, misturou-se entre assédio moral e sexual, conforme seu relato:

É uma pessoa que eu gosto, que eu gosto muito. Só que eu acho que ela... Eu não sei se ela... Que ela confundia um pouco as coisas. [...] Eu acho que eu cheguei a contar pra ela, só que no dia que eu contei, ela [...] fez alguns comentários que deu pra perceber que ela tivesse alguma, que ela me olhasse de alguma forma diferente. [...] Ela tentava, ela usava o cargo de chefia pra tentar me dominar da forma com que ela não conseguia. [...] Ela era minha amiga, mas era muita cobrança, era muito apanheio, ela gostava de me ver sob domínio e sob controle. [...] Eu sentia que era algo em sentido à minha sexualidade, mas do avesso. Era alguma forma, talvez alguma forma de ressentimento por alguma coisa que ela quisesse e não pudesse acontecer. Porque uma vez ela se dopou de remédio e ela falou um pouco mais do que deveria, que eu era uma pessoa sexy, que eu era diferente. Alguma coisa assim e o fim da gota, ela só porque não conseguiu... Ela começou a abaixar a calça pra mostrar uma tatuagem que iria até não sei onde, ainda bem que dopada não conseguiu, mas eu perdoei e ainda hoje tenho bastante respeito porque foi uma figura que já me defendeu várias vezes de perseguições dentro do ambiente de trabalho não necessariamente relacionadas à minha homossexualidade. (CAIO, 30)

Caio relatou outro caso de assédio que ele acredita estar entrelaçado à sua orientação sexual:

Olha, basicamente uma pessoa que gosta muito de pegar, de apalpar, de apertar. Ele tem uma hierarquia superior e eu tô começando a cortar, porque senão a mão começa no peito, ela vai pra cintura e se não segurar ela já vai pras nádegas. Aí nas primeiras vezes eu encarei como brincadeira e depois a criatura já tava começando a se viciar nisso. Aí já é um assédio moral e eu acho que sexual. Porque esse tanto de vezes, a intenção nem é mais tanto constranger. Eu acho que essa figura tá sentindo alguma necessidade nesse sentido, que eu não vou poder resolver. Felizmente pra mim. (CAIO, 30)

Em relação à mesma pessoa, ele também afirmou que chegou a ser agredido e presenciou também agressão a um colega de trabalho:

Essa criaturinha que eu falei que gosta de passar a mão, mas ele fazia isso com praticamente todo mundo, mas ele tinha alguma coisa de apertar muito forte ou apertar aqui do lado do ombro. Eu não sei se é clavícula, esse ossinho aqui entre o ombro e o pescoço. [...] Eu já vi ele fazendo isso com um colega meu, que independente de sexualidade, que ele tacou a mão e bateu a mão na barriga que ficou a marca dos cinco dedos. (CAIO, 30)

Além de Caio, Oscar também reportou ter sofrido assédio sexual no trabalho, tanto do chefe como de clientes, esses últimos de forma recorrente:

Eu sou mais delicado, então se você conversar comigo você vai entender que eu realmente sou gay, homossexual, enfim, então eu acho que aí já dá uma abertura ou um entendimento da minha opção, tudo bem, até aí tudo bem, mas não lhe dá o direito de você me assediar. [...] Mas isso parece que para algumas pessoas dá o direito, vários clientes, já chefe também, em outros trabalhos também, na outra faculdade que eu trabalhei, e aí você fica naquela, como você fica se sentindo na obrigação de ficar com seu chefe, pensando, com medo de perder o emprego, né? Porque querendo ou não é seu chefe imediato, eu não fiquei com ele, [...] clientes dão em cima de você, pedem seu telefone, passa a mão em você, acontece e muito. [...] É muito [recorrente], chega e escreve um bilhete para entregar pra você, pedem seu contato pra pedir informação de algum curso ou de alguma coisa administrativa, protocolo, resolver um problema, e na verdade depois envia é uma foto íntima ou alguma coisa do tipo, acontece muitas vezes (risos). É muita mesmo (risos). Procurar seu nome, saber seu nome no crachá e lhe procurar na rede social, lhe mandar uma mensagem, é o que mais acontece, que é mais prático, e hoje sabe seu nome, seu sobrenome, lhe acha na internet. (OSCAR, 31)

Oscar contou ainda da agressão que sofreu da chefe numa ocasião em que ela agarrou seu braço e o trancou numa sala. Ele acha que se fosse hétero isso não teria acontecido, pois provavelmente sua chefe teria receio de ele devolver a agressão: “às vezes as pessoas acham que a gente é mais frágil, né? Acham que a gente é mais frágil por ser gay, tira aquela visão de homem, [...] tem uma visão nossa como se fosse algo feminino” (OSCAR, 31).

O poder, conforme a compreensão de Connell & Pearse (2015) anteriormente apresentada, é fortemente generificado, ainda que não seja um dado absoluto, quanto maior a percepção de “feminilidade” em homens e “masculinidade” em mulheres, mais fortemente os indivíduos são atacados. Dentro desse parâmetro, um homem gay ou bissexual afeminado é considerado inferior a um homem gay que se comporta de acordo com os parâmetros sociais de masculinidade hegemônica. Assim como uma mulher lésbica ou bissexual que rompe estereótipos de “feminilidade” também tende a ser mais atacada.

Essas agressões, em muitos casos, podem se estender até mesmo às pessoas heterossexuais que não se enquadram aos padrões de gênero, sendo os agressores conhecidos das vítimas ou não. O GGB, em seu relatório anual que levanta dados sobre violência LGBTfóbica, documenta também agressões a pessoas heterossexuais que sofreram ataques por serem “confundidas” com pessoas LGBTQ+. Nesses casos, o agressor leva em consideração a expressão de gênero das pessoas para definir seu alvo. No trabalho, embora dificilmente as agressões sejam tão violentas quanto nas “ruas”, elas acabam afetando o cotidiano dos/das trabalhadores/as e tornando o ambiente laboral inseguro, podendo ultrapassar a violência física e causar também diversos problemas emocionais e psicológicos.

4.6 RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES: OS AFETOS EM EVIDÊNCIA

Embora esta pesquisa se concentre, em sua maior parte, na experiência profissional dos entrevistados, também buscou entender certos aspectos de suas vidas pessoais, uma vez que isso é algo indissociável da forma como as pessoas encaram o mundo e tiram suas percepções dele. Portanto, este tópico tem o intuito de trazer à tona algumas das experiências dos/das entrevistados/das em suas relações sociais, com amigos, família e demais pessoas de seu convívio, que moldaram suas interpretações do mundo e as ajudaram a construir quem elas são hoje.

James mora com os pais, eles têm conhecimento de sua orientação sexual e, embora afirmem que o apóiam, ele não sente dessa forma, uma vez que não falam do assunto e preferem se distanciar de suas experiências afetivas. Seu namorado não frequenta sua casa, fato que traz certo desentendimento, pois James é bem aceito na família do companheiro:

Não é que eu não posso [levar o namorado em sua casa], nunca me falaram diretamente, mas eu sei como vai ser o clima dentro, pra um almoço. Não vai ser um clima legal, né? Já da parte da família dele é muito tranquilo, eu vou, frequente e tal. E aí isso até interfere, eu acho, na relação sim, porque a gente já discuti algumas vezes, meio que rola: ‘ah, minha família tem essa abertura e a sua família não tem, eu queria ter’, mas ao mesmo tempo eu falo: ‘olha, a gente pode até ter, mas você vai se decepcionar bastante com o nível que eles vão olhar pra você e o que é que vão falar, né?’. E eu acho que o sair de casa tem isso, com a possibilidade de ser livre, trazer amigos e, enfim. Independente da sexualidade, ou falar qualquer bobagem que não vai ser de certa forma olhado com um olho julgador assim. (JAMES, 28)

Sua relação com amigos, contudo, é bem aberta e tranquila. Ele frisou que boa parte destes também são pessoas LGBTQ+, que conhecem e convivem com seu namorado e são muito tranquilos em relação a isso:

Eu creio que 99% dos meus amigos são gays, lésbicas. Então, é muito tranquilo né? E aí tenho alguns amigos bis e, bem poucos mesmo, amigos héteros. [...] Durante toda minha vida sempre foi mais fácil fazer amizades com gays, lésbicas, mulheres, que homens. Mulheres heterossexuais do que homens héteros, né? Pela questão de gosto, de tudo, né? De homem hétero eu tenho dois amigos, mas no resto é muito tranquilo e com eles também é muito tranquilo... Assim, eu sempre apresento, sempre que... Tanto que eu tenho uma percepção hoje que eles fazem mais parte da minha família do que minha família mesmo, né? (JAMES, 28)

Os relatos apontam que os modelos de masculinidades influenciam nas relações sociais, visto que muitas vezes foi citado pelos/las entrevistados/das a facilidade ou preferência de relações profissionais e sociais com mulheres do que homens. Esse dado não pode ser considerado irrelevante, revela que os padrões sociais masculinos, em geral, apontam para uma maior intolerância. Considerando-se mais amplamente os regimes de gênero e as relações de poder institucionais, que são generificadas e hierarquizam o masculino em detrimento do feminino, é possível compreender que há uma estrutura social que potencializa a permanência da opressão contra mulheres e pessoas LGBTQ+.

Apesar de não ser casada oficialmente, Nancy mora com a companheira há alguns anos. Sua relação com a família foi difícil no início, mas hoje é mais tranquila. A principal ruptura foi com a madrinha, com quem morava, de tal forma que a relação nunca mais foi a mesma:

Com uma parte da minha família, pelo menos a biológica, já é tranquilo, assim pelo menos o núcleo ali central e tal, mãe, pai, tias, assim, mais próxima, é mais tranquilo, e a gente conversa assim, numa boa, a gente também não entra assim em detalhes na minha relação com a minha companheira, eu acho que aquela coisa do desconforto, assim, da gente falar, entendeu? Que ainda tem muito, que ainda é muito presente, mas pelo menos minha mãe, minha tia, que são as pessoas mais próximas, irmã da minha mãe, o meu pai, a gente já consegue se relacionar todo mundo junto numa boa, entendeu? Agora a minha madrinha, [...] com quem eu morei uma parte do tempo, é totalmente... não existe relação assim entre a gente, eu e minha companheira e ela, por exemplo, e a família que eu tinha lá com ela, entendeu? Ela nunca quis contato e quando descobriu que eu tava namorando com uma mulher, inclusive, foi bastante assim, enfática no sentido de dizer que não, que não achava certo aquilo e que por isso não queria contato comigo a partir daquele momento, que eu seguisse minha vida e ela seguiria a dela. E aí foi isso, mas

aí, logo depois ela... acho que se tocou de que tava fazendo merda, que falou merda, e aí uma semana depois, ela ligou pra mim e disse que queria conversar e tal, aí eu nunca fui conversar, ter essa conversa com ela nessa situação, e depois ela me ligou de novo dizendo que, [...] reconhecendo que tinha errado e tal, que não precisava falar as coisas que ela tinha dito, mas que continuava achando que não era certo, mas que respeitava minha situação, a minha decisão e a forma como eu resolvi viver minha vida. [...] Atualmente a gente já mantém contato, só que também aquela coisa, né, ela lá na casa dela, eu aqui na minha, mas assim, quando ela tá precisando de alguma coisa ou eu tô precisando de alguma coisa, nesse sentido, nada pra tratar da minha vida aqui, nada, ela não sabe nem onde eu moro, sabe nada, entendeu? Rede social ela me excluiu, inclusive na época, no sentido de dizer que não queria nenhum tipo de aproximação com isso. (NANCY, 28)

Esse distanciamento da família, ainda que temporário, a forma como as pessoas LGBT+ acabam sofrendo com os silêncios e vazios, abre espaço para que relações novas se fortaleçam e, muitas vezes, essas pessoas se tornam muito mais próximas do que as que têm relações consanguíneas. Entretanto, nem todos os amigos escolhem se aproximar, segundo Nancy, alguns de seus amigos do período anterior ao que ela se assumiu ficaram no meio do caminho:

Durante algum tempo da minha vida eu fui evangélica, aí tive muitos amigos evangélicos e tal, e aí eu lembro que, assim, acho que todo mundo já meio desconfiava pelo meu jeito e tal, nada feminino assim, mas aí quando eu abri mesmo, que eu comecei a namorar essa minha companheira e a gente abriu, divulgou, assim, rede social e tal, fiz questão de não esconder, aí [...] eu percebi que uma parte quis se afastar, e aí se afastou, mas aí outra parte tentou retornar, entendeu? (NANCY, 28)

A madrinha de Nancy teve um papel muito ativo em sua vida. Quando ainda era adolescente, ela acabou descobrindo a orientação sexual de Nancy e tentou interferir nesse processo, sugerindo terapia, como uma forma de modificar o comportamento que era visto como desviante. Nancy contou que resolveu ir para a igreja, numa tentativa de se enquadrar:

Eu devia ter, sei lá, uns 16, 17 anos, eu conheci uma menina por aquela coisa de chat UOL e tal e aí a gente se encontrou, e aí aconteceram outras coisas que a minha madrinha ficou sabendo, e naquela situação, naquele momento, meu deus do céu, assim, eu fiquei pensando: 'o que é que eu vou fazer? porque madrinha não aceita isso' e também não era uma coisa resolvida na minha cabeça, eu era muito nova, estava ainda na adolescência. [...] Ela descobriu isso, e ela descobriu que eu tinha saído com uma menina, e aí foi falar com a menina, e aí veio falar comigo, aí 'não, vamos procurar um psicólogo e tal', só que ficou nessa ladainha toda e aí eu disse que não ia mais fazer isso e tal, e aí ainda tava na escola e eu tinha uma amiga muito

próxima que era evangélica, [...] ela era próxima lá de casa e tal, vivia lá em casa, e aí acho que nessa tentativa de tentar suprir essa expectativa da minha madrinha, eu meio que fui, assim, pra igreja e também pelo incentivo dessa minha amiga, né? Aí fui e caminhei por um dois, três anos, mas aí vi que não era minha turma ali. [...] Atualmente acho que eu sou agnóstica até, perdi essa relação com o divino. (NANCY, 28)

A igreja também foi uma das formas que Lili encontrou para tentar reprimir sua identidade de gênero:

Eu era ativo na religião, era muito ativo, [...] eu combatia esse meu desejo, por minha vontade mesmo, [...] pelos conceitos, pelas coisas que eu aprendi na religião que eu pertencia, tá entendendo? Que eu achei por bem seguir naquele período. E aí foi um tempo de, o que? Uns vinte anos que eu passei me reprimindo e às vezes chegava tempos em que eu me tremia, eu tinha essa luta comigo mesmo, eu me tremia porque eu queria me libertar e não conseguia. Deitava assim pensando já, me imaginava com uma roupa, [...] aquilo assim ficava crescendo em mim, ficou crescendo por dentro, foi crescendo. Aí quando foi um dia, não foi bem assim um dia, aos poucos eu fui 'não, vou liberar mais', eu fui liberando mais coisa minha e foi crucial, assim, eu contar pra uma pessoa, [...] pra uma amiga, [...] quando eu tava concluindo a faculdade. Aí eu me abri com ela, aí disse 'olha, eu gosto disso'. Aí a gente saía junto pra comprar roupa, comprar lingerie, a gente falava outras coisas e quando eu chegava perto dela, que ela sabia que eu tinha esse tipo de conversa, eu me alegrava, me empolgava e era muito bom. E isso foi aumentando com o tempo, até que fui, resolvi, aos poucos, eu abandonei. Eu não frequento mais, acho que tá com bem um ou dois anos, então foi bem recente, que eu não assisto mais nenhum culto, nenhuma reunião, entendeu? Nenhuma religião. (LILI, 49)

Ela aponta que tentou de tudo para reprimir seus desejos, desde quando ainda era uma menina e vestia roupas e calcinhas da sua irmã, passando pela adolescência quando não entendia as conversas de seus amigos sobre garotas e masturbação. Ela também tentou ter uma namorada, mas não durou muito tempo:

Teve uma época realmente que eu, por conta da minha vergonha, quando eu tava na religião, eu disse 'não, eu vou atrás de mulher, porque é mulher, tem que ser mulher'; aí eu fui, eu cheguei a ter uma namorada, a gente ficou por 6 meses mais ou menos, e em todo esse tempo, uns 20 e tantos anos, eu só tive uma namorada [risos]. (LILI, 49)

Lili torcia para que tivesse uma forma que ela conseguisse se adequar ao que a religião e a sociedade esperavam dela. Chegou a cogitar ser bissexual, pois, apesar de ter desejo sexual por homens, apaixonava-se por mulheres. No entanto, era um paradoxo que Lili não compreendia, pois nunca teve desejo sexual por mulheres, o que a confundiu por muitos anos:

[Eu tinha o desejo] que eu era bissexual, então eu poderia também, ia casar, ter filhos, tudo mais, mas reprimia o outro lado, mas aí com o tempo, eu vi o que era melhor pra mim. [...] Eu já me apaixonei por mulher, homem eu nunca me apaixonei. [...] E assim, relação sexual com mulher eu também só tive uma vez, [...] não é minha praia, [...] não gostei, [...] pra eu chegar naquele clímax, eu tive que fingir que era ela, entendeu? [...] Eu tive que mentir pra ela. [...] Me apaixonei por mulher, mas assim, agora atração é o homem, física, aquela coisa assim... Tesão, né? [...] Mais gostoso e tudo mais. (LILI, 49)

A sua confusão passou por vários níveis, até que ela entendesse sua transexualidade, sua admiração por mulheres sempre esteve presente em sua vida, ainda que misturada ao medo e toda a culpa que permeavam sua existência. Ela escondia tudo de si “até mesmo antes de eu ir pra religião já tinha aquela coisa, aquele receio, aquele medo, [...] era tudo escondido, vestia roupa escondido” (LILI, 49). A imaginação de Lili sempre foi muito aflorada pela fantasia de seus desejos, pela vontade do que ela queria viver:

Eu já percebi, na última paixão que eu tive, que era uma coisa assim, mais tipo assim: ‘eu sou tão apaixonado por você que eu queria ser você’. [...] Não me via com ela na cama, mas eu gostava dela. [...] Ela depois arrumou um namorado e eu ficava imaginando eles tendo relações, mas eu sempre sendo ela [risos]. Nunca sendo ele, entendeu? Então assim, pelas minhas fantasias aí já dá pra saber que eu admiro a mulher, né? [...] No começo eu disse que tem esse jeito de ser gay assim [se referindo a um amigo que tem muitas fotos de homem no Instagram] e tem o jeito de ser desse jeito [o jeito dele, que posta mais fotos de mulheres], entendeu? Ou será que eu não sou gay? Não, eu sou uma mulher, [...] no corpo de homem, tá entendendo? Então assim, é meio difícil definir realmente. Hoje a sexualidade tá meio difícil de definir, tem muitas definições, mas no meu caso seria isso: eu nasci no corpo errado. (LILI, 49)

Lili mora sozinha, tem sua independência financeira e, apesar de nunca ter chegado a se assumir diretamente para sua família, algumas pessoas descobriram, como sua irmã e sobrinha. Sua irmã viu suas roupas e sua sobrinha a encontrou vestida da forma que gosta, com roupas femininas, ao chegar um dia, de surpresa, em sua casa. Ela supõe que a maioria das pessoas sabe ou desconfia, mas, ainda assim, ela não se sentiria à vontade para levar um namorado numa reunião em família ou mesmo frequentá-la vestida como Lili e não Einar. Sua relação com amigos é aberta, e muitos a incentivam a se libertar cada vez mais:

Eu realmente tenho, com meus amigos, essa liberdade, até mesmo de ir na casa deles, poder levar alguém ou me vestir como eu quiser, né? E a gente

se divertir e até mesmo sair pra boates que são LGBT também. Inclusive a gente até ficou de sair e aí disse assim 'ó, tu vai montada e a gente vai na pizzaria' [risos]. Eu disse 'não gente, quando a gente for pra uma boate LGBT a gente vai e eu aí vou vestido, mas não [para a pizzaria]'. (LILI, 49)

Os processos de descoberta de Lili demonstram quão complexas as percepções e definições de sexualidades podem ser. Os padrões heteronormativos causam intensa confusão naquelas pessoas que não se adequam a eles. Lili desde muito cedo percebia que não era como as demais pessoas à sua volta e não se enquadrava nem no que ela aprendeu a esperar do que “deveria ser”, mesmo quando cogitava ser um homem gay ou bissexual. Suas percepções foram fortemente influenciadas pelos padrões que ela foi ensinada a vida inteira e demorou muitos anos para, além de compreender também se aceitar. Como expresso no início da apresentação deste estudo, as definições apontadas servem apenas para parâmetro, mas não existem formas fixas ou imutáveis de sexualidades válidas para todos e todas. É preciso debater e respeitar tais diferenças de forma que pessoas como Lili não se sintam limitadas ou podadas.

Caio mora com a mãe e tem uma relação distante com o pai, segundo ele, vivem de tréguas, passam tempos sem se ver, mas quando se aproximam novamente, em pouco tempo entram em conflito. Seus pais sabem da sua orientação sexual; para a mãe, ele contou, o pai descobriu quando encontrou um CD em seu computador. Ele diz que todos esperavam uma reação explosiva de seu pai, mas ele apenas ignorou. Caio sente que “pra ele eu poderia ser o que eu quisesse, desde que eu tivesse dinheiro. Eu acho que o problema dele é isso” (CAIO, 31). O entrevistado também mencionou ter uma relação muito forte com a avó, que, de acordo com ele, escolheu fingir que não sabe. Apesar do que poderia desencorajá-lo, ele confirmou que se sentiria à vontade para trazer um possível namorado para alguma atividade em família.

Quanto aos amigos, disse que é uma relação tranquila, que todos têm conhecimento de sua orientação sexual, inclusive já conviveram com pessoas que passaram na sua vida, mas frisou que, no momento estava se resguardando de sair, ir para festas, bares, etc., pois passou por problemas de alcoolismo e abuso de drogas: “eu tô num processo de reconstrução, [...] ocupar a mente, continuar a vida e pronto, e me sentir bem, me fazendo o bem. Mas é, ainda, eu tô com uma vida social

limitada” (CAIO, 31). Ele atribui os problemas com vícios que enfrentou à sua ansiedade:

Sou uma pessoa que eu penso sobre tudo. Eu consigo distrair minha mente, minha mente é como se ela estivesse funcionando o tempo todo... Ela sempre tem que estar fazendo alguma coisa, então eu engano ela [...] que não estou pensando, fazendo alguma coisa divertida. Assistindo alguma coisa, jogando videogame, escrevendo, fazendo música, mas a minha sensação é de que ela nunca para, ela só para quando eu durmo e às vezes nem isso. [...] eu queria viver dopado pra me esconder da realidade. (CAIO, 31)

Caio fez questão de enfatizar que seus problemas de saúde mental não tinham relação com a sua sexualidade. Ele diz que era fácil dizer a si mesmo que só estava bebendo para desestressar: “eu comecei a beber todo dia e o corpo acostumou, mas só que [...] já pra tentar tirar algo que eu carregava” (CAIO, 31). Confessou também que é “meio frio” em suas relações, que nunca teve um orgasmo com ninguém e que isso o afasta de ter relacionamentos afetivos, ainda mais que ele não está frequentando nenhum ambiente que propicie conhecer novas pessoas. Este é, segundo ele, um momento em que está se dedicando a ser funcional. Ao ser questionado se buscou alguma orientação sobre o fato de nunca ter tido um orgasmo numa relação sexual compartilhada, respondeu que isso nunca foi algo que o afetou, mas que é algo que ele pode pensar para o futuro.

A relação de Cassandra com a família já passou por várias fases. Ela afirma que desde muito nova sua família teve conhecimento de sua orientação sexual:

Minha família tem conhecimento desde que eu tive minhas primeiras relações e sempre foram muito monogâmicas, duradouras, longas. Então minha família era apresentada formalmente às pessoas com as quais eu estava. Nunca teve nenhum, digamos assim, tipo de armário nesse sentido, não. Agora, a família levou algum tempo pra engolir, aceitar, começar a conviver. [...] Eu falo porque na realidade assim, não é uma totalidade da minha família, uma parte da minha família era um pouco resistente, mas com o tempo foi se tornando mais flexível. Hoje em dia é super normal. Só que como eu disse, no período eleitoral algumas coisas eclodiram novamente e isso me deixou um pouco desgastada, né, porque eu pensava que esse treinamento tinha sido eficaz. (CASSANDRA, 54)

Novamente, o processo político atual foi citado como uma forma de desgaste nas relações sociais, Cassandra teve, além dos problemas com as relações de trabalho, embates com a sua família:

Eu tive muitos choques familiares, porque as concepções que achava que já estavam superadas há muito tempo na minha família eclodiram de novo. Aí eu vi que muitas coisas que eu achava que tinha contribuído, não tinha contribuído de fato. Isso me trouxe uma série de crises existenciais e eu tive muito problema na minha família, inicialmente. E eu passei praticamente 30 anos administrando isso, teoricamente. Conversando, mostrando que o exercício da sexualidade não necessariamente correspondia ao imaginário deles. Que eu me casava, que eu era monogâmica, que eu tinha relacionamento, como todo mundo tem, relacionamentos que um dia acabam, né? Não se trata de promiscuidade. Enfim, minha família é muito moralista e hipócrita nesse sentido e essas justificativas serviam pra mostrar didaticamente pra minha família que não era nada do que eles estavam pensando. Com a época bolsonarista, de certa maneira, eu vi que eles continuavam acreditando em tudo aquilo, de fato, né? (CASSANDRA, 54)

Dentro dessa percepção apontada por Cassandra percebe-se que, mesmo que ela tenha buscado sempre construir relações fixas, estas eram percebidas como desviantes e até mesmo imorais. Tais concepções que exploram uma suposta promiscuidade de pessoas LGBTQ+ ainda é muito difundida, conforme apontam os relatos nas entrevistas. De muitas formas, é perceptível que a promiscuidade entre homens héteros é incentivada desde a infância. Cria-se meninos para serem “garanhões” e meninas para serem recatadas. Cria-se homens para serem provedores e mulheres para cuidar dos filhos e maridos e perdoar suas “escapadas”. A percepção social de uma traição de um homem ou uma mulher numa relação monogâmica, mesmo dentro de um relacionamento hétero, não é igual. É esperado, dado o modelo hegemônico de masculinidade que os homens traíam e execrado quando isso vem de mulheres. Em se tratando de relações homoafetivas, essa percepção piora drasticamente.

Cassandra cita a percepção de que aos relacionamentos LGBTQ+ não é dada a mesma validade que aos relacionamentos heterossexuais, não que seja o seu caso específico, mas que a família de pessoas LGBTQ+ muitas vezes ignora ou minimiza aquela dor:

Quando você tá num relacionamento heterossexual e você rompe e termina um casamento, a família toda te acolhe, né? Te dá aquele apoio, se alguém morre na família você tem o direito ao luto, mas se acontece isso num relacionamento LGBTQ é minimizado, é como se não fosse um sentimento de verdade. É como se fosse uma coisa menor, vão fazer de conta que você não tá sofrendo, entendeu? ‘Não vou nem perguntar sobre porque eu não quero saber porque é que você tá triste’. E isso acontece muito nas famílias que toleram as relações LGBTQ, mas de fato não as aceitam. Elas estão ali porque não podem fugir. Você faz um evento familiar e você leva a sua namorada, a sua esposa, mas chega aquele momento ali, todo mundo fala, que ninguém

é mal-educado, mas eles não consideram de fato uma relação verdadeira, legítima, que se aparar, aquela relação acabar, você não vai sofrer de verdade. (CASSANDRA, 54)

Apesar de apontar certos conflitos, Cassandra enfatiza que sua família não tem nenhuma influência em suas relações afetivas. Seus amigos e amigas também convivem bem com sua orientação sexual e sempre tiveram contato com suas namoradas ou companheiras. Por outro lado, revela que sua experiência com a religião na época em que se assumiu foi um período muito difícil e que a levou a se afastar permanentemente:

Durante muito tempo, desde a minha infância, eu frequentei um grupo, espiritualista, eu fazia parte desse grupo e me integrei muito até os 20 anos e quando eu assumi minha sexualidade, foi um processo muito difícil porque no ambiente religioso sempre é mais complicado. Meio que eu senti que não podia mais continuar ali, porque o ambiente era muito conservador, porque as pessoas te cobravam coerência com aquilo que eles tinham estudado, não da maneira como eu entendia e meio que eu senti assim, tipo 'ah, eu vou ficar dando murro em ponta de faca aqui, não me sinto bem-vinda'. E me afastei, né? Não das crenças, não do que eu aprendi, não de todos aqueles ensinamentos, mas me afastei das pessoas. Existe uma diferença muito grande entre os princípios religiosos que você abraça e as pessoas que seguem junto. Elas podem interpretar tudo aquilo de outra maneira, mais odiosa. E eu me afastei do meu grupo religioso, a partir do momento que eu comecei a me assumir, porque ficou um negócio meio, acho que eu não tinha estrutura *praquilo*, não. O preconceito dentro da religião, né? (CASSANDRA, 54)

Sobre sua relação com a família, Oscar afirmou que no início foi muito difícil, que a mãe chegou a dizer que preferia morrer a descobrir que ele era gay, mas que hoje os dois tem uma ótima relação, ela o aconselha, apóia e até é amiga do seu namorado. Não foi ele que contou para a mãe sobre sua orientação sexual, uma prima o expôs durante uma briga. Ele ainda era adolescente na época e a prima tinha por volta de 30 anos. Segundo ele, foi uma briga muito séria, inclusive com agressão física de ambas as partes. Ele disse que nunca havia brigado com ninguém na vida, mas que no dia perdeu o controle: “porque minha mãe passou mal, foi na frente da família toda, foi uma exposição de algo íntimo meu, eu não sei o que foi que aconteceu comigo” (OSCAR, 31). Oscar conta que hoje sua orientação sexual não é mais motivo de conflito em sua família, muito menos com amigos, com os quais ele disse ser totalmente aberto sobre o assunto.

Oscar já foi evangélico, embora discordasse de algumas coisas, o que, aos poucos o levou a se afastar. Hoje admite participar de algumas missas, mais em função do namorado, que é muito católico e o incentiva a ir. Ele conta que teve algumas experiências muito ruins que influenciaram que esse afastamento da igreja ocorresse:

Eu tive experiências não muito agradáveis no meu passado, de ficar com algumas pessoas que eu acabei descobrindo que era padre e tomar um susto de quando chegar numa missa e ver, então eu desacreditei, desacreditei, então pra mim a pessoa que tá ali não é ninguém e pra mim, acreditar em Deus, ter fé, não precisa eu ir pra igreja, eu levo nesse ponto ou até poderia ir, pra mim não é ninguém ali, só usar o ambiente e ter um momento de reflexão, pra mim eu tive três decepções porque eu não tenho sorte, três decepções, em dois padres e um frei. (OSCAR, 31)

Ele contou que conheceu essas pessoas na internet, com quem se relacionou por algum tempo e, após o término, descobriu que não eram quem diziam ser. Ele diz ter sido um choque descobrir que foi enganado porque a pessoa: “diz que trabalha, que é professor, enfim, aí depois, do nada, você vai pra uma igreja e a pessoa [está] fazendo uma missa” (OSCAR, 31).

Outra experiência relacionada à igreja que o marcou foi quando, ainda na adolescência, por insistência da mãe que é muito católica, ele foi se matricular para fazer a primeira comunhão:

Chegou lá o padre fechou a porta e foi botar a mão na minha perna, aí começou a me alisar, aí eu bati no padre, bati mesmo, empurrei, joguei o padre longe, abri a porta e corri, cheguei em casa, contei pra minha mãe, minha mãe foi lá, aí não sei o que deu a confusão, que minha mãe voltou, minha mãe disse que não era pra mim ir mais, aí não precisei fazer minha primeira comunhão. (OSCAR, 31)

Essas situações foram decisivas para que ele decidisse se relacionar de forma mais distante com a igreja:

Três vezes na minha vida. Gente, olha, eu já pedi perdão pra Deus porque eu disse que se eu for pro inferno, se realmente existir o inferno, eu não levo esse pecado porque eu acho que se eu soubesse, tudo bem, mas acho que vai pro inferno quem mentiu, porque gente, se você fez os votos para estar lá, se você não quer estar lá fazendo os votos de castidade e não sei quais são os votos que eles fazem, não vai pra lá. Pregador, mentir e sabe, eu passei por isso na minha vida. Por isso que essa questão de religião, de grupos

religiosos, pra mim não dá e com misturado com a questão de sexualidade não deu certo na minha vida, interfere cem por cento. (OSCAR, 31)

A experiência de Oscar, infelizmente, é mais comum do que se imagina. Existem muitos relatos que apontam assédio sexual, pedofilia e quebra de votos entre religiosos. Um exemplo bastante conhecido é o livro *Spotlight – segredos revelados*⁷⁴, lançado no Brasil em 2016, fruto de uma investigação que recebeu o Prêmio Pulitzer de Serviço Público, em 2003, e que foi adaptada para o cinema em 2015. A equipe de jornalismo do jornal *The Boston Globe* apurou casos de abuso sexual e pedofilia atribuídos a membros da arquidiocese católica de Boston que foram acobertados pela Igreja Católica.

Andy acredita que não há necessidade de conversar com sua família a respeito da sua orientação sexual e que, apesar disso, acredita que eles percebam:

Eu tenho um irmão, um irmão que sabe, por que eu falei, pros meus pais e pras minhas irmãs nunca falei porque eu acho que nunca precisei falar, talvez porque nunca fui questionado, só por causa disso, né? Nunca precisei chegar 'oi bom dia, tem que falar isso'. Isso provavelmente aconteceu porque, talvez porque eu ainda não tive nenhum relacionamento muito sério, ao ponto de ficar tão flagrante, mas assim, como a gente convive há muito tempo, muito provavelmente devem saber, agora não existe diálogo sobre, a única pessoa que eu cheguei e falei normalmente foi meu irmão e foi algo absolutamente natural, sem problemas. (ANDY, 39)

Ele diz, contudo, que, caso um dia tenha um relacionamento sério, não irá esconder da família, mas não planeja ter uma conversa anterior: “sinceramente eu acho que as coisas vão ser de trás pra frente, talvez eu apresente primeiro pra depois conversar” (ANDY, 39). Essa mesma atitude também ocorre com seus amigos:

Os meus amigos, que também são gays, não tem problema, porque já são amigos né? Os meus amigos que são héteros eu nunca precisei falar, provavelmente sabem, é aquela história, sabem por exclusão [risos], sabem por que acaba sabendo ou porque alguém contou, ou porque me viram em algum local, ou porque desconfiam pelo fato de já ter uma certa idade e não estar casado, ou pelo fato de tá muito bem e se cuidar bem, o que não é o padrão pro heterossexual de meia, de quase meia idade, então... no caso dos meus amigos héteros eu não falo, pelo menos não que eu lembre de ter falado, a maioria dos meus amigos são gays e os amigos héteros ainda são amigos mais do lado profissional e como eu te falei essa parte, quando a gente envolve o lado profissional é quando geralmente não tenho intimidade

⁷⁴ **Spotlight:** segredos revelados/pela equipe investigativa do jornal *The Boston Globe*. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2016.

pra se falar de nada, não necessariamente em relação a coisas de cunho de orientação sexual. (ANDY, 39)

É perceptível que esse é o comportamento padrão de Andy para todas as situações que envolvam o desvelar de sua orientação sexual: não falar e esperar que as pessoas percebam. Ele admite ser uma pessoa reservada, no entanto, essa distância parece ocorrer em todos os campos da sua vida, o que leva a refletir, pois, embora ele diga que não há nenhum problema relacionado a sua sexualidade, talvez, inconscientemente, suas atitudes sejam uma forma de ele se proteger do julgamento ou de um possível afastamento das pessoas.

Andy é espírita e, mesmo que não muito praticante, conta que sua relação com a religião lhe trouxe conforto:

Talvez eu ter me voltado pra essa religião seria por saber que essa religião, ela tem um cunho racional, e por ter um cunho racional e moral, até onde eu sei, não é pra existir preconceito em relação à sexualidade, por essa religião ou por essa doutrina, as diferentes nuances da sexualidade é algo absolutamente natural da encarnação do ser humano. (ANDY, 39)

Após os relatos, é possível delimitar várias nuances das experiências e expectativas das pessoas entrevistadas que se entrelaçam com suas percepções acerca da vida, suas relações sociais e afetivas. A forma como as pessoas se relacionam socialmente também definem suas relações no ambiente profissional, visto que provavelmente suas relações pessoais influenciam no fortalecimento de suas convicções, ideologias, posturas e atitudes. É interessante perceber as similaridades das dificuldades encontradas por pessoas LGBTQ+ em espaços como a família, a igreja e a sociedade, que demonstram que a intolerância, infelizmente, ainda está muito presente e se reflete em todas as relações sociais.

4.7 PROCESSOS DE RESISTÊNCIA: DORES, LUTAS E SOBREVIVÊNCIA

Todas as pessoas oprimidas buscam formas de se fortalecer, seja em suas relações pessoais, através de sua ideologia política, mudanças de comportamento, *hobbies*, atendimento psicoterapêutico especializado, militância social organizada, aprendizados e relatos de experiências a amigos, entre muitas outras possibilidades.

No roteiro que foi estabelecido como norte para esta pesquisa, não tive como parâmetro questionar os processos de resistência dos/das entrevistados/das, no entanto, ainda assim, eles acabaram aparecendo, uma vez que não há como dissociá-los de suas experiências de vida. Portanto, irei pontuar, neste eixo, as formas de resistências que as pessoas entrevistadas deixaram evidentes.

James encontrou na terapia uma forma de fortalecimento que o estimulou no enfrentamento de injustiças no ambiente de trabalho, o ajudando a se impor quando necessário. Segundo ele, o projeto que ele idealizou e tem realizado, que busca debater questões relacionadas às pessoas LGBTQ+, foi alvo de incômodo por parte de alguns colegas, não apenas por causa do público-alvo, mas também porque nenhum projeto, mesmo sobre outras temáticas, havia sido feito em muito tempo. Ele acredita que realizar um projeto como esse colocou em evidência o que não estava sendo feito anteriormente e trouxe um foco maior em seu trabalho e, conseqüentemente, situações de assédio: “como eu tava [...] nesse processo de análise, me ajudou bastante, porque eu não, não baixei a cabeça por isso, continuei batendo na tecla e dizendo o que deveria ser dito” (JAMES, 28). A terapia foi importante também na sua relação com a sua família, ajudou com que ele lidasse da melhor forma possível com a interferência que seus pais ainda têm na sua vida e a escolher as melhores formas de lidar e se libertar disso.

Para Nancy, o que foi primordial para que ela conseguisse se relacionar melhor com as pessoas ao seu redor foram as oportunidades que ela teve de educação, isso a ajudou a se fortalecer contra as situações de preconceito que viveu, inclusive por ser a única em sua família que tem formação superior. Em sua família, por exemplo, ela aponta que é muito mais um ponto de apoio deles do que o contrário:

Eu acho que eu tive mais instrução, bem mais oportunidades que eles, e eu acho que é por isso, [...] da minha família eu sou a única que tem superior, [...] a primeira da família a ter entrado na universidade, a primeira da família a conseguir um emprego relativamente bom, né? Que é no serviço público. Tenho uma vida mais ou menos estável, [...] se a gente for fazer uma comparação, [...] do núcleo familiar assim, quem tá melhor estruturado na vida sou eu, entendeu? (NANCY, 28)

Os processos de descoberta e aceitação de Lili foram longos, apenas muito recentemente ela tem conseguido se libertar de algumas amarras sociais, mas admite

que ainda tem um extenso caminho a percorrer. No entanto, ela também reflete que apesar das frustrações que acumula por não ser quem ela é totalmente e quem ela ainda quer se tornar, o processo em si foi importante para que hoje ela tivesse condições até mesmo de enfrentá-lo:

Quando eu era mais jovem, se eu tivesse me assumido logo, a minha identidade, eu acho que hoje eu estaria melhor, me sentindo melhor, porque eu teria passado por tudo isso. Só que, assim, eu acho que não estaria trabalhando onde eu estou trabalhando, né? Porque, assim, eu ia sofrer com bullying ou [...] preconceito. E aí, eu acho que se [...] tivesse feito alguma transformação em mim, no meu corpo, botado seios, essas coisas assim, que é uma vontade minha, eu estaria me assumindo e estaria me sentindo muito melhor, né? [...] Mas aí, eu acho que eu não teria essa oportunidade de estar trabalhando aqui. Porque assim, você vê que a maioria das trans, elas acabam por entrar na prostituição, né? Ter um trabalho alternativo. E não sei se por conta do preconceito, do *bullying*, eu ia ter terminado, concluir o ensino médio e fazer concurso e trabalhar, entrar na faculdade e entrar no serviço público hoje, entendeu? Então eu acho assim, seria bom pra mim, eu seria mais feliz, lógico, mas eu acho que ia ficar muito limitado, vamos dizer assim, minhas oportunidades, né? Porque a sociedade infelizmente ela impõe isso pra você, né? Então, assim por conta do que eu fosse, do que eu tivesse me tornado, não estaria assim, trabalhando no serviço público, entendeu? Ter essa oportunidade... Eu acredito que não. Porque é só você olhar e ver que pessoas do serviço público ou mais bem-sucedidas, você não vê, numa grande empresa, uma trans. Você não a vê se destacando, embora existam as que se destaquem, mas são muito poucas. (LILI, 49)

Lili diz que tem se surpreendido ao testar a reação de algumas pessoas ao contar sobre sua identidade de gênero, que lhe incentivam a ir mudando aos poucos. Além disso, ela se fortalece muito ao ver exemplos de pessoas trans se destacando, em nossa entrevista, ela citou a Prof.^a Letícia Carolina Nascimento, a primeira professora trans a ser contratada pela Universidade Federal do Piauí, e outro caso que viu na TV:

Eu não sei se você viu uma vez num programa da Globo, Profissão Repórter, eu acho que era o Profissão Repórter, que mostrou uma bibliotecária [...]. Ele já tinha 40 anos, já estava formado, já tava concursado e tudo mais. Aí disse assim: 'eu vou mudar'. Aí ele fez a mudança de sexo e aí se tornou uma bibliotecária. Quer dizer, já tava bem-sucedido na vida e tudo mais, aí disse 'não, não é bem assim essa vida que eu quero', aí foi e fez a mudança de sexo. E achei muito bonito aquilo, ele ser uma bibliotecária. Ele já tinha feito a vida dele, né? Se formou, passou no concurso e tudo mais, [...] já tinha estabilidade. E aí foi e fez isso aí, que é uma coragem incrível, enfrentar tudo. Uma coisa que eu acho que sempre me tolheu foi isso, a vergonha [...], eu acho que se eu fosse mais novo e tivesse que passar por tudo isso, eu acho que não passaria, não teria essa coragem toda. (LILI, 49)

A reflexão que Lili faz acerca de que oportunidades ela teria caso tivesse assumido sua identidade de gênero não é aleatória. Os índices de evasão escolar, abandono familiar e mortalidade de pessoas trans é muito superior às demais pessoas LGBT+. Sobre a LGBTfobia na escola, Rogério Junqueira aponta que:

O preconceito, a discriminação e a violência que, na escola, atingem gays, lésbicas e bissexuais e lhes restringem direitos básicos de cidadania, se agravam em relação a travestis e a transexuais. Essas pessoas, ao construírem seus corpos, suas maneiras de ser, expressar-se e agir, não podem passar incógnitas. Por isso, não raro, ficam sujeitas às piores formas de desprezo, abuso e violência. (JUNQUEIRA, 2009, p. 33)

Nesse caso, estar no armário foi uma dicotomia que, ao mesmo tempo que tolheu, também foi uma forma de resistência, em consonância com o expresso no pensamento de Megg Rayara. As formas que Lili reunirá para encontrar coragem no intuito de enfrentar uma mudança exterior em sua identidade de gênero são estratégias de sobrevivência. Ainda que Lili nunca encontre uma forma de viver plenamente sua identidade de gênero, assim como é de sua vontade, uma verdade não se alterará: ela é uma mulher trans e tem consciência absoluta disso.

Caio acredita que as experiências que enfrentou por causa de sua orientação sexual o ajudaram muito a se fortalecer quanto aos preconceitos que já viveu:

Doença tem sintoma, homossexualidade pra mim não é doença; é uma característica e pronto e ponto. [...] Pelo contrário, [...] foi uma experiência que me treinou desde muito cedo a me tornar uma pessoa mais forte, uma pessoa mais empática, enxergar mais espaço, o lado do outro. E eu me orgulho, [...] eu acho que o que prejudica é a perseguição e o preconceito, o que não prejudica terceiro. O que acontece entre duas pessoas maiores de idade num consenso, sem nenhuma espécie de violência, não é da conta de ninguém. (CAIO, 31)

Além disso, em várias ocasiões, ele indicou que sua postura profissional séria também é uma forma que ele admite se utilizar para não dar brechas a situações constrangedoras. As roupas formais também o ajudam para que ele consiga impor respeito no ambiente de trabalho e diminuir suas crises de ansiedade:

Eu mudei muito de estilo, hoje eu ando muito social, porque eu acho que esse tipo de roupa, ele esconde tudo. Eu só tô mostrando de pele o rosto, o pescoço e as mãos. [...] Então, eu poderia enfrentar sem ela, só que com ela é como se eu não precisasse enfrentar. [...] Eu poderia enfrentar sem, mas

eu descobri que fica melhor com, até porque eu sofro de ansiedade e eu não posso viver sendo apanhado o dia inteiro, tendo que me justificar. (CAIO, 30)

Cassandra acumula, em sua experiência, muitos processos de resistência. Ela foi a pessoa entrevistada com mais idade e tempo de serviço na instituição, suas vivências refletem o quanto foi necessária uma postura combativa em todos esses anos. Ela avalia sua experiência como fora da curva, pois, ao mesmo tempo que sabe que foi muito mais cobrada por ser uma pessoa LGBTQ+, também teve muitas oportunidades:

[A pessoa LGBTQ] tem que sempre que estar se cobrando pra se superar, pra mostrar como ele é bom. Mostrar como ele é dentro da família o esteio, quando nenhum outro que é adorado por estar dentro da normalidade instituída socialmente cumpra aqueles papéis, às vezes de uma maneira muito mal feita. Mas o filho LGBTQ, o parente LGBTQ que está ali, ele tem que se desdobrar muitas vezes pra estar naquele lugar, porque a família muitas vezes cobra, que você seja o elemento de exemplo. [...] Eu acho que o elemento da sexualidade, da identidade sexual, nunca foi uma interdição pra mim, mas aí eu tenho que abrir um parêntese pra dizer que isso foi a minha realidade, porque eu estudei em bons colégios particulares, isso me deu acesso a uma formação em alto nível. Eu estudei na universidade federal, então eu nunca tive dificuldades que algumas pessoas que são LGBTQs têm, dificuldades socioeconômicas, por exemplo. O moralismo da família que muitas vezes expulsa aquele indivíduo LGBTQ do campo familiar. Ele vai ter que se desdobrar sozinho. Isso traz uma série de questões como a interrupção do estudo. Não é o meu caso, que nesse quesito aí eu tive um apoio familiar incrível. Terminei de estudar, comecei a trabalhar muito cedo e de alguma maneira isso daí não atrapalhou. Pelo menos na instituição em que eu comecei a trabalhar e todas as que eu passei nunca me desrespeitaram nesse sentido. Não sei se eu imponho algum tipo de medo. (CASSANDRA, 54)

Ela disse ainda que ser assumida no seu trabalho e defender os temas de sexualidade e gênero, faz com que ela consiga ter argumentos para se posicionar de forma bem fundamentada. Para ela,

O LGBTQ não tem que baixar a cabeça, não tem que se sentir humilhado, excluído. Ele pode conquistar o seu espaço, ele deve conquistar. E se as pessoas de alguma maneira não conseguirem conviver com isso, tolerar, que é uma palavra horrível, mas é o mínimo, né? Digamos 'eu não te engulo, não gosto de ti, mas te tolero aqui', 'não vou causar confusão porque tu tá aí'... É o mínimo, né? Tipo 'eu não gosto de você, mas eu te aceito aí'. Mas o LGBTQ, ele tem muito a conquistar, porque ele é um elemento que traz ao mesmo tempo uma dúvida, uma incerteza, um caos. Porque ele desestabiliza as verdades, então ele traz um outro olhar diferenciado sobre as questões. (CASSANDRA, 54)

Cassandra afirmou que sua trajetória está num momento de maturidade e tem muito orgulho de tudo o que enfrentou:

Eu me sinto extremamente feliz de ter chegado aonde eu cheguei. Eu podia estar dentro das estatísticas de LGBTs mortos, não só assassinados, mas aqueles que tiram a própria vida, porque se sentem infelizes, inadequados. E eu não sou, sou uma estatística positiva, né? E eu quero muito contribuir pra que outros LGBTs que estão dentro da minha esfera de influência, que eles se sintam bem, que eles pensem no futuro, que eles tenham expectativa, que eles possam superar dificuldades. A gente consegue, a gente se torna bem mais forte, né? (CASSANDRA, 54)

Oscar tenta levar com leveza suas relações sociais, seja no trabalho ou em qualquer outro lugar. Ele busca se dar bem com as pessoas e relevar coisas que não o atingem:

Eu me dou muito bem com as pessoas, eu levo as coisas muito na esportiva, e eu sou muito aberto, sou brincalhão, eu sou amigo de todo mundo, então, eu acho que as coisas acontecem um pouco diferente comigo. Então, eu acho que comigo as coisas não acontecem como acontecem com as outras pessoas. (OSCAR, 31)

A tentativa de se encaixar ou se adequar é muito presente na vida de pessoas LGBT+, é uma tática, muitas vezes inconsciente, que objetiva suavizar suas experiências negativas, muitas vezes negando-as, ao tempo que buscam empatia para as suas dores. Essa estratégia não impede que as pessoas LGBT+ deixem de sofrer preconceito, no entanto, pode ajudar que aquela pessoa encontre o afeto e a força necessários para que consiga passar por uma situação difícil. Isso também não quer dizer que sejam passivas e não tenham coragem de se insurgir em momentos que julguem necessários, talvez apenas signifique que sejam mais tolerantes ou criteriosas em suas batalhas.

A principal forma de resistência de Andy, pelo que pude perceber, é não se mostrar. Ele não nega quem ele é, assim como não planeja se esquivar, se o momento for oportuno, no entanto, parece evitar quaisquer tipos de situações que o exponham desnecessariamente. Não foi possível perceber se tal comportamento é consciente ou não, no entanto, é perceptível que é um padrão. Reafirmo, assim, que cada pessoa LGBT+ deve decidir qual a melhor forma de se expor e se isso é realmente possível ou necessário. Não há como julgar alguém em suas formas de resistir, pois muitas

vezes essa é a única forma que ele encontrou de permanecer vivo ou são. O momento de se assumir, seja para quem for, e a forma de lidar com isso, são absolutamente pessoais e intransferíveis.

Não há apenas uma forma de resistir, muito menos uma única que seja a correta. É preciso que se entenda que todas as formas de resistência são válidas, ainda que causem diferentes tipos de impacto. As experiências de vida, a percepção do mundo em sociedade, as relações pessoais e familiares, a localização geográfica e diversas outras variantes são importantes na construção desse processo. Muitas pessoas LGBTQ+ vão ter a oportunidade de influenciar vidas com suas histórias e outras vão ficar felizes por terem conseguido sobreviver. Por essa razão, me orgulho das histórias que consegui contar nessa pesquisa, e espero que, no futuro, o preconceito contra pessoas LGBTQ+ sejam páginas registradas apenas como acontecimentos passados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Dos nossos medos
nascem as nossas coragens,
e em nossas dúvidas,
vivem as nossas certezas.
Os sonhos anunciam
outra realidade possível,
e os delírios outra razão.
Nos descaminhos
esperam-nos surpresas,
porque é preciso perder-se
para voltar a encontrar-se”.⁷⁵

Preciso confessar, nesses momentos finais, que a trajetória que me trouxe até aqui foi particularmente árdua. Fui atravessada por vários empecilhos. Não digo nem tanto de ordem prática e material, tenho consciência que tive excelentes condições para a realização desta pesquisa, mas de forma subjetiva, vários fatores tentaram minar minha resistência. Além de tudo, é preciso registrar que esta dissertação foi concluída em meio a uma pandemia que dizimou a vida de incontáveis pessoas no mundo inteiro e as perdas inquantificáveis dessas vidas vão ficar marcadas de forma indelével nessas páginas. É impossível que assim não fosse. Muitas vezes, em meio às péssimas notícias, questionei-me acerca da validade do meu trabalho. Tive que me lembrar diariamente dos motivos que me fizeram persistir. Me apoiiei em muitas mulheres incríveis para não sucumbir e, refletindo sobre o que Audre Lorde (2019) pontua, em seu ensaio “A transformação do silêncio em linguagem e ação” (originalmente apresentado em 1977), questionei-me acerca dos meus medos e como eles impulsionam meus silêncios:

Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. Mas a cada palavra verdadeira dita, a cada tentativa que fiz de falar as verdades das quais ainda estou em busca, tive contato com outras mulheres enquanto analisávamos as palavras adequadas a um mundo no qual todas nós acreditávamos, superando nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado dessas mulheres que me deram força e me permitiram esmiuçar aspectos essenciais da minha vida. As mulheres que me apoiaram durante esse período eram brancas e negras, velhas e jovens, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, e todas nós travamos, juntas, uma guerra contra as tiranias do silêncio. Todas me deram a força e o acolhimento sem os quais eu não sobreviveria intacta. (LORDE, 2019, p. 52)

⁷⁵ Poema “Dos nossos medos”, de Eduardo Galeano, em “O livro dos abraços”.

Embora Lorde não falasse sobre um contexto pandêmico, ela produziu conhecimento acadêmico e literatura em espaços em que uma mulher negra e lésbica não era bem-vinda. Suas reflexões nos cabem como se fossem nossas, porque somos silenciadas e aprendemos a ter medo a vida inteira. Ao questionar “quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?” (LORDE, 2019, p. 53), ela nos incentiva a falar nossas verdades, as que conhecemos e as que acreditamos, para além daquilo que compreendemos. Ela nos convida, a mais do que romper barreiras, a persistir no enfrentamento daquilo que nos paralisa:

Podemos aprender a agir e falar quando temos medo da mesma maneira como aprendemos a agir e falar quando estamos cansadas. Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará. O fato de estarmos aqui e de eu falar essas palavras é uma tentativa de quebrar o silêncio e de atenuar algumas das diferenças entre nós, pois não são elas que nos imobilizam, mas sim o silêncio. E há muitos silêncios a serem quebrados. (LORDE, 2019, p. 55)

Como dito anteriormente, este trabalho tem contribuições majoritariamente femininas e feministas, fato de que muito me orgulho. Sem essa rede de conhecimento e apoio, teria sido muito mais difícil superar meus medos e romper meus silêncios. São várias as invisibilidades que nos atravessam. Uma das mulheres que estiveram comigo nesse processo me apresentou um texto que, considerando que estamos produzindo cientificamente das periferias do mundo, me fez refletir sobre o quanto duvidamos de nosso valor. O texto que cito é da escritora Gloria Anzaldúa, uma das primeiras autoras norte-americanas de origem mexicana a se assumir publicamente lésbica. Anzaldúa desempenhou um papel de grande relevância na redefinição de identidades *chicanas*⁷⁶, lésbicas e *queer*. Entre várias obras, ela escreveu o texto “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. Nele, refletindo sobre o papel das mulheres de cor, lésbicas, chicanas e do terceiro mundo, na escrita, ela pontua:

⁷⁶ Chicano é o termo empregado para designar os cidadãos norte-americanos de origem mexicana.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

O ano de 2020, sem dúvidas, foi um ano atravessado pelo medo. Medo de ficar doente, de perder quem amamos, de morrer. Medo das incertezas do futuro, da crise econômica e política, de um possível colapso global. Foi muito difícil permanecer sã nesse processo e, muitas vezes, não consegui. A força que tirei de mim e das que vieram antes de mim, para escrever sobre aqueles e aquelas que não são vistos ou ouvidos, para tirar da escuridão experiências que estavam trancadas em armários fechados e esquecidos, perdidas nos recônditos do mundo, foi um esforço que não tive escolha em não fazer. Seria injusto comigo e com as pessoas que confiaram a mim suas histórias. Em meio ao caos de uma pandemia, diversas vezes duvidei de minha capacidade em produzi-la. Nesse sentido, a conclusão deste processo marca, em mim e naqueles/as que acreditaram em mim, também um processo de resistência:

Faz total sentido para mim minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita. Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas. [...] Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida. (ANZALDÚA, 2000. p. 234)

Portanto, apesar de todos os medos, dúvidas e incertezas, consegui realizar a escrita que a minha trajetória me permitiu. Nenhuma pesquisa está, de fato, acabada, ela é um recorte temporal que precisa ser revisitado, seja pela própria pesquisadora ou por quem se interessar em avançar no tema. Assim se constrói a ciência. Posso

pensar, no futuro, que poderia ter feito mais ou menos, mas sou extremamente grata por tê-la, enfim, concluído.

Pesquisar gênero e sexualidades no Brasil de 2021 não é tarefa simples, demanda coragem e persistência. A dimensão acadêmica desse feito é, além de uma contribuição social, também política. Sua relevância reside em refletir sobre os atravessamentos subjetivos da construção da identidade, observando-se como as relações sociais se imiscuem às experiências profissionais e como isso influencia nas suas percepções e vivências, em outras palavras, apresento aqui, através das falas das pessoas entrevistadas, as dores e as delícias delas serem quem são.

As escolhas epistemológicas que embasam este trabalho também me orgulham sobremaneira, não meramente por fazerem parte do meu aporte intelectual, mas por se entremear com minhas convicções pessoais e políticas. As teóricas e teóricos aqui expostos tratam de questões que ultrapassam o âmbito individual e apontam o caminho possível para tratar de subjetividades de forma científica e reivindicar uma perspectiva complexa e multidimensional nos estudos de gênero e sexualidades.

Busquei reunir a maior quantidade de dados e estudos publicados sobre a situação das pessoas LGBTQ+ no cenário nacional disponíveis, tarefa que requereu um esforço em acompanhar o trabalho de diversas organizações que lutam contra a discriminação e pela garantia de direitos fundamentais. Tentei apresentar os relatos de forma a construir uma percepção sensível das histórias que me foram confiadas. A realização das entrevistas se deu em espaços seguros, onde fui capaz de direcionar as perguntas, mas também buscar respostas que poderiam estar ocultas em práticas discriminatórias que, muitas vezes, passam despercebidas até pelos próprios sujeitos.

É possível perceber, considerando o que foi apresentado nesta dissertação, que, apesar de avanços significativos em certos aspectos, a população de profissionais administrativos LGBTQ+ de universidades e faculdades públicas e privadas de Teresina, segue vítima de discriminação. A violência psicológica ocorre no cotidiano das relações de trabalho e são mais difíceis de serem percebidas e combatidas.

É possível perceber ainda que as experiências de vida e as relações familiares impactam diretamente no desenvolvimento pessoal e profissional de uma pessoa

LGBT+. Óbvio que as experiências relatadas correspondem a uma pequena parcela de trabalhadores, com um recorte regional bem definido. Além disso, esses trabalhadores estão numa camada da população que possui, no mínimo, curso superior, e ocupam postos de trabalho relativamente melhores que os de grande parte da população, fato que demonstra que, apesar dos muitos relatos de violências, elas não se configuram como as mais perversas. As estatísticas nos mostram que quanto mais precárias a escolaridade e os empregos de trabalhadores LGBT+, a tendência é que essa violência seja mais profunda. No entanto, é perceptível que as violências simbólica, psicológica, moral e sexual, continuam a ocorrer em qualquer camada social e que os processos de resistência também são importantes para que o impacto da LGBTfobia na vida desses trabalhadores seja minimizado.

O trabalho é garantidor das mínimas condições de subsistência, o que, desde os primórdios, é o fator primeiro da condição humana, mas, por si só, não garante uma existência livre de discriminação. É imprescindível, mas não se pode pretender que seja exclusivo. Deve-se tratar a necessidade de alcançar um posto de trabalho digno como direito fundamental e não um privilégio. Portanto, apontar as práticas discriminatórias contra pessoas LGBT+ que seguem persistindo nos ambientes laborais é uma denúncia que requer cada vez mais atenção na busca de espaços que sejam diversos e propiciem a elaboração de políticas públicas e institucionais, que visem o desenvolvimento intelectual e social de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

O que mais me impactou, no percurso desta pesquisa, foi perceber que, embora eu tivesse um repertório considerável de conhecimento no que dizia respeito às sexualidades, vi que as possibilidades de vivência são infinitas. As histórias que aparecem aqui são fragmentos da realidade e cabe a nós, pesquisadores/as e cientistas sociais, manter viva a curiosidade que impulsiona as descobertas. Agradeço, mais uma vez, a quem veio antes de mim e deixo aqui, para a posteridade, a minha contribuição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em 09 set. 2019.

ABELHA, Kid. Educação sentimental II. *In*: ABELHA, Kid. **Educação sentimental**. São Paulo: Warner Music, 1985. Faixa 8.

ALATAS, Syed Farid (2003). **Academic dependency and the global division of labour in the social sciences**. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00113921030516003>. Acesso em: 23 nov. 2020.

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

ANTRA (2021). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas TRANS no Brasil em 2020**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021

ANTUNES, Ricardo. **A explosão do novo proletariado de serviços**. O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 25-64, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000. ISSN 0104-026X. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/anzaldua.pdf>. Acesso em 25 fev. 2021.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BERNARD, H. Russel. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo: a experiência vivida**, vol 02. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. **Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling**. *Sociological Methods & Research*, Thousand

Oaks, CA, v. 10, n. 2, 141-163, 1981. Disponível em:
<https://doi.org/10.1177/004912418101000205>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. *In*: Tatiana Lionço & Débora Diniz (Eds.), **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio**. (p. 15-46). Brasília: Editora UnB, 2009.

_____. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Sistemas de informações de mortalidade – SIM**. Disponível em:
<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>. Acesso em: 30 jul 2019.

_____. **Sistemas de informação de agravos de notificação – SINAN**. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br/>. Acesso em: 30 jul 2019.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo n.º 234/11, de 02 de junho de 2011**. Susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo n.º 867/15, de 23 de março de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em 28 ago. 2019.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo n.º 5120/13, de 12 de março de 2013**. Altera os arts. 551, 1.514, 1.517, 1.535, 1.541, 1.565, 1.567, 1.598, 1.642, 1.723 e 1.727 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, para reconhecer o casamento civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=567021>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP 001/99, de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão

da Orientação Sexual. Brasília: CFP, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n.º 175/15, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília: CNJ, 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT**. Brasília, 2016. Disponível em <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1/view>. Acesso em 13 fev. 2020.

_____. Presidência da República. **Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____. Tribunal Regional Federal (1. Região). **Ação Popular n.º 1011189-79.2017.4.01.3400**, em trâmite na 14ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. Requerente: Rozângela Alves Justino e outros. Requerido: Conselho Federal de Psicologia. Juiz Waldemar Cláudio de Carvalho. Brasília, 15 de setembro de 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Decis%C3%A3o-Liminar-RES.-011.99-CFP.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. Superior Tribunal Federal. **Ação Direta por Inconstitucionalidade por Omissão – ADO nº 26/DF**. Equiparação da homofobia ao crime de racismo Lei n.º 7.716/1989. Brasília, 13 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMAM.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. Superior Tribunal Federal. **Ação Direta por Inconstitucionalidade – ADI nº 4277/DF e Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n.º 132**. Aplicação do regime jurídico previsto no artigo 1.723 do Código Civil às uniões entre pessoas do mesmo sexo com a intenção de instituir família. Brasília, 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4277MA.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. Superior Tribunal Federal. **Ação Direta por Inconstitucionalidade – ADI nº 4275/DF**. Direito à substituição do prenome e do gênero diretamente nos cartórios de registro civil de pessoas naturais mediante a mera autodeclaração. Brasília, 01 de março de 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4.275VotoEF.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____. Superior Tribunal Federal. **Ação Direta por Inconstitucionalidade – ADI nº 5543/DF**. Regulamentação da limitação imposta à doação de sangue a cidadãos do sexo masculino que tenham mantido relação sexual com pessoa do mesmo gênero nos doze meses anteriores. Brasília, 01 de março de 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI5543votoMMA.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

Center for Talent Innovation. **Out in the World: Securing LGBT Rights in the Global Marketplace**. Disponível em: <http://www.talentinnovation.org/publication.cfm?publication=1510>. Acesso em 25 set. 2017.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNEL, Raewyn. (2012). A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 80, p. 9-20. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?lang=pt#:~:text=A%20iminente%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20na%20teoria%20social%20*&text=A%20inclus%C3%A3o%20do%20que%20%C3%A9,pr%C3%B3prio%20aparato%20conceitual%20\(universal\)](https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?lang=pt#:~:text=A%20iminente%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20na%20teoria%20social%20*&text=A%20inclus%C3%A3o%20do%20que%20%C3%A9,pr%C3%B3prio%20aparato%20conceitual%20(universal)). Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

Equipe investigativa do jornal *The Boston Globe*. **Spotlight: segredos revelados**. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **Ditos & Escritos: IX Genealogia da ética, Subjetividade e Sexualidade**. (Org. Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2005.

GAYNOR, Gloria. I am what I am. In: GAYNOR, Gloria. **I am what I am**. São Paulo: BMG, 1999. Faixa 1.

Gênero e número. **Mapa da violência de gênero – LGBT** (2019). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/lgbt/>. Acesso em 30 jul. 2019.

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GOMES, Camila de Magalhães. (2018). **Gênero como categoria de análise decolonial**. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 18(1), 65-82. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>. Acesso em 18 ago. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. p. 39 a 51. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HARAWAY, Donna (1995). **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 25 jul. 2019.

HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770/1848>. Acesso em: 06 jun. 2021.

_____. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015, n.7. p.4-9. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LinkedIn (2019). **Proud at work** (Assumido, com orgulho). Disponível em: https://business.linkedin.com/content/dam/me/business/pt-br/talent-solutions-lodestone/body/pdf/ProudAtWork_eBook_VF_LinkedIn.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. Uma ladainha por sobrevivência. In: **The Collected Poetry of Audre Lorde**. New York. Ed: W. W. Norton, 1997. Tradução: Tatiana Nascimento. Disponível em: <http://kk2011.confabulando.org/index.php/Main/AudreLorde>. Acesso em: 07 jan. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. p. 53 a 83. *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX, Karl. *In: IANNI, Otávio (org.). Sociologia, n.º 10.* Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1988.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, 11(21),150-182, 2009. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRjyv9GszMddwqpncrJvdn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

_____. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de S., DESLANDES, Suely F., GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Série Manuais Acadêmicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOTT, Luiz. (2006). Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, 14(2), 509-521. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>. Acesso em 21 ago. 2019.

Nina: a historical perspective. Direção e produção: Peter Rodis. Reino Unido, 1968.

Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia; /Alexandre Bogas Fraga Gastaldi; Luiz Mott; José Marcelo Domingos de Oliveira; Carla Simara Luciana da Silva Ayres; Wilians Ventura Ferreira Souza; Kayque Virgens Cordeiro da Silva; (Orgs). – 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2021.

OECD (2019), **Education at a Glance 2019**: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris. Disponível em <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>. Acesso em 15 jan. 2020.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em 15 jul. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 192 p. 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47605/R%20-%20T%20-%20MEGG%20RAYARA%20GOMES%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 01 ago. 2021

OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 2010. **Gynocentric**. Disponível em <https://www.lexico.com/definicao/gynocentric>. Acesso em: 22 set. 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. p. 85 a 95. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PAINEL BAP. **Estudo sobre a comunidade LGBT no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.painelbap.com.br/single-post/Estudo-sobre-a-comunidade-LGBT-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 01 out. 2017.

PEREIRA, William Fernandes (2019). **As chaves do armário: dicas úteis para curiosos, amigos e simpatizantes**. 2ª ed.

PERES, Milena Cristina C., SOARES, Suane Felipe, DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil – de 2014 a 2017**. Rio de Janeiro: Livros ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

PRADO, Caio. Não recomendado. In: CAIO PRADO. **Variável Eloquente**. [S. l.]: Independente, 2015. 1 CD. Faixa 8

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta, Indonésia, 2006. Disponível em

http://clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 10 set. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 08 out. 2020.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5ª ed. Lisboa: 2008.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. *In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) – Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em 07 jun. 2020.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS. Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n.º 63, pág. 67-97, out, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272438755_Para_uma_sociologia_das_ausencias_e_uma_sociologia_das_emergencias. Acesso em: 26 mai. 2020.

_____. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Émerson Silva. **LGBTFOBIA na educação e a atuação da gestão escolar**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. A concepção de poder em Michel Foucault. **Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas**. v. 16, n. 28, jan./jun. 2016, p. 261-280.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

_____. Unanswered questions. **The American Historical Review**, v. 113, n. 5, p. 1422-1430, 2008. Disponível em <https://academic.oup.com/ahr/article/113/5/1422/41317>. Acesso em 16 ago. 2020.

_____. **Gender: Still a Useful Category of Analysis?** *Diogenes*, v. 225, 2010, pp.7-14. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0392192110369316>. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, n. 45, p. 327-351, 2012.

SEDGWICK, Eve K. **A epistemologia do armário**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.º 28, pp.19-54. 2007. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>. Acesso em 30 set. 2020.

SILVEIRA, Daniel; ALVARENGA, Darlan. Renda domiciliar per capita caiu em 2020, para R\$ 1.380, diz IBGE. **G1 – Economia**. Rio de Janeiro e São Paulo, 26/02/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/renda-domiciliar-per-capita-foi-de-r-1380-em-2020-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SOUZA, Luiz Henrique B. de L. Trabalho e diversidade sexual e de gênero: Dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e a estratégia de sobrevivência da população LGBT. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura – REBEH**. Vol. 03, N. 10, o. 252 a 275. Abr. – Jun., 2020. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index/article/view/10443>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SORJ, Bila. Sociologia do trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.15 n.43, 25 a 34. São Paulo jun. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26361506_Sociologia_e_trabalho_mutacoes_encontros_e_desencontros. Acesso em: 22 mai. 21.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERCILLO, Jorge. *Aveso*. In: VERCILLO, Jorge. **Leve**. São Paulo: EMI Music, 2000. Faixa 8.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIANA, Fabrício. **O armário**: Vida e Pensamento do Desejo Proibido. 4ª ed. São Paulo: Bons Livros Editora Digital, 2014.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual**: perdas, ganhos e desafios. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-1517-97022015031914.pdf>. Acesso em 07 out. 2019.

VILLA LOBOS, Dado; RUSSO, Renato; BONFÁ, Marcelo. Música de trabalho. In: LEGIÃO URBANA. **A tempestade ou O livro dos dias**. São Paulo: EMI Music, 1996. Faixa 3.

VOTE LGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia**. Junho, 2020. Disponível em https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81sti+co+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

YOUSAFZAI, Malala. **Discurso Malala Yousafzai na ONU Legendado**. YouTube, 10 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FMA36GyoU5o>. Acesso em: 06 jun. 2019.

APÊNDICE – Roteiro de Entrevista

Apresentação: Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo algumas indagações nesta entrevista, que faz parte da minha pesquisa de mestrado intitulada “Rompendo armários: a experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBT em ambientes universitários”, que tem como objetivo investigar, a partir dos relatos de trabalhadores LGBT de universidades públicas e privadas sua experiência profissional nesses ambientes. Esta pesquisa faz parte do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPI e obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa para ser realizada.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: As respostas serão gravadas e transcritas. Todo material coletado é confidencial e será arquivado ao final da pesquisa. Nenhum participante será identificado, serão utilizados codinomes. Você foi informado sobre este Termo e o assinou em duas vias, sendo que uma delas ficará com você. Você está ciente que este material será analisado e apresentado em forma de relatório de pesquisa, livro ou artigo científico, em periódicos especializados em congressos? Ao concordar em participar, de forma voluntária, dará autorização para gravar?

Perfil Socioeconômico

1. Qual a sua idade?
2. Qual sua renda familiar (por n.º de salários mínimos)?
3. Qual sua naturalidade?
4. Qual sua escolaridade?
5. Como você define sua orientação sexual?
6. Como você define sua identidade de gênero?
7. Caso seja pessoa trans, usa nome social? É respeitado quanto a isso?
8. Como você define sua classificação racial?
9. Qual o seu estado civil?
10. Caso seja casado(a) ou tenha união estável, a união é formalizada?
11. Há quanto tempo você trabalha na universidade/faculdade?

12. A empresa/instituição que você trabalha é pública ou privada?

Experiência profissional

13. Você já mencionou sua orientação sexual no trabalho? Se não mencionou, que motivos o(a) levaram a isso? Se mencionou, como foi? Você se sentiu à vontade ou foi uma situação de tensão?

14. Seus colegas de trabalho tem/tiveram algum convivência com algum(a) companheiro(a) seu(sua)?

15. Você se sente à vontade para levar seu(sua) companheiro(a) em alguma atividade de lazer e socialização envolvendo colegas de trabalho?

16. Você já se sentiu constrangido(a) com algum comentário de algum(a) colega de trabalho envolvendo a sua sexualidade?

17. Você já se sentiu constrangido(a) com algum comentário de algum(a) colega de trabalho envolvendo a sexualidade de outros(as) colegas?

18. Você já se sentiu constrangido(a) com alguma piada de algum colega de trabalho envolvendo sexualidades em geral?

19. Você já viveu algum caso de preconceito no seu ambiente de trabalho relacionado à sua sexualidade?

20. Você sente que pode ter perdido alguma promoção ou indicação de trabalho por conta da sua sexualidade?

21. Você já exerceu alguma função de chefia no seu local de trabalho, ainda que temporário?

22. O seu chefe imediato tem conhecimento da sua orientação sexual? Caso afirmativo, como ele ficou sabendo? Caso negativo, poderia falar sobre os motivos disso não ser mencionado?

23. Você já se sentiu constrangido(a) com algum comentário do seu chefe de trabalho envolvendo a sua sexualidade ou de outros(as) colegas?

24. Você já sofreu assédio moral no seu trabalho? Caso afirmativo, esse assédio teve relação com a sua sexualidade?

25. Caso tenha sofrido assédio moral não relacionado à sua sexualidade, a que outros fatores o atribui?

26. Você já sofreu assédio sexual no seu trabalho? Caso afirmativo, esse assédio teve relação com a sua sexualidade?
27. Caso tenha sofrido assédio sexual não relacionado à sua sexualidade, a que outros fatores o atribui?
28. Você sente que sua sexualidade influencia na forma como as pessoas se relacionam com você em seu ambiente de trabalho?
29. Você já sofreu alguma agressão física no seu trabalho? Caso afirmativo, a agressão teve relação com a sua sexualidade?
30. Você já foi constrangido(a) por algum(a) colega de trabalho por causa de alguma roupa ou forma de falar ou agir que fosse considerada inadequada ao seu gênero?
31. Caso seja de instituição pública, você acha que teria outro tipo de experiência caso trabalhasse em uma empresa privada?
32. Caso seja de empresa privada, você acha que teria outro tipo de experiência caso trabalhasse em uma instituição pública?
33. O setor de gestão de pessoas da instituição/empresa que você trabalha já lhe negou algum direito baseado na sua sexualidade?
34. Você já deixou de gozar de algum direito trabalhista por receio de que descobrissem sua sexualidade ou fizessem algum comentário a respeito?
35. Caso tenha união formalizada, seu(sua) companheiro(a) tem algum direito trabalhista por seu intermédio, tais como plano de saúde, salário família, direito à pensão em caso de morte, etc?
36. Você tem contato com outras pessoas LGBT na universidade/faculdade que trabalha? Quem são essas pessoas?
37. Você já foi destratado por algum aluno, professor ou usuário externo da universidade/faculdade que trabalha por conta de sua sexualidade?
38. Você conhece algum colega que “está no armário” e tem receio de expor a sexualidade no trabalho?
39. Você já presenciou algum tipo de preconceito relacionado à sexualidade de algum colega?

Experiência fora do ambiente de trabalho

40. Sua família tem conhecimento de sua orientação sexual? Como é essa relação?
41. Você se sente à vontade para levar seu(sua) companheiro(a) em alguma atividade de lazer e socialização envolvendo sua família?
42. Qual o grau de interferência nas suas escolhas que você atribui à sua família?
43. Como é o seu relacionamento com amigos? Eles têm conhecimento sobre sua sexualidade? Convivem ou conviveram com seu(sua) parceiro(a)?
44. Você participa de algum tipo de grupo religioso? Qual o grau de envolvimento? Como é essa relação?
45. Gostaria de falar mais alguma coisa que não foi mencionada? Contar alguma experiência ou impressão?
46. Poderia me indicar alguém que trabalhe em uma universidade/faculdade que possa contribuir com essa pesquisa?

Obrigada pela disponibilidade!

Escutarei este áudio e irei transcrevê-lo, caso exista alguma questão, podemos marcar novamente para conversar a respeito? Em caso de dúvida ou se tiver algo a acrescentar à entrevista que lembre depois você também pode entrar em contato.

ANEXOS

ANEXO 1 – CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Página 1 de 1



CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Teresina (PI), 30 de maio de 2019

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí – CEP/UFPI
Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira dos Santos
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI

Prezada Coordenadora,

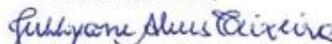
Envio o projeto de pesquisa intitulado “**A experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBT em ambientes universitários**”, para a apreciação por este Comitê.

Confirmando que todos os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa realizaram a leitura e estão cientes do conteúdo da resolução CNS Nº 510/2016 (Pesquisas em Ciências Sociais e Humanas) e das resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 370/2007, 441/2011 e 466/2012).

Confirmando também:

- 1- que esta pesquisa ainda não foi iniciada,
- 2- que não há participação estrangeira nesta pesquisa,
- 3- que comunicarei ao CEP-UFPI os eventuais eventos adversos ocorridos com o voluntário,
- 4- que apresentarei relatório anual e final desta pesquisa ao CEP-UFPI,
- 5- que retirarei por minha própria conta os pareceres e o certificado junto à secretaria do CEP-UFPI.

Atenciosamente,


Jullyane Alves Teixeira
Pesquisadora responsável

Nome: Jullyane Alves Teixeira
CPF: 017.254.903-58
Professora Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rossana Maria Marinho Albuquerque
CPF: 037.690.654-50
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)

ANEXO 2 – DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA

Página 1 de 1



DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA

Ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP
Universidade Federal do Piauí

Eu, Jullyane Alves Teixeira, pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada “**A experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBT em ambientes universitários**”, declaro (amos) que:

- Assumo (imos) o compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 466/12 , de 12 de Dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99 e 340/2004).
- Assumo (imos) o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos/as voluntários/as;
- Os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade da pesquisadora, Jullyane Alves Teixeira, da área do Mestrado em Sociologia da UFPI; que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa.
- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa;
- O CEP-UFPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;
- O CEP-UFPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o/a voluntário/a;
- Esta pesquisa ainda não foi total ou parcialmente realizada.

Teresina (PI), 30 de maio de 2019.

Jullyane Alves Teixeira

CPF: 017.254.903-58 – Pesquisadora responsável

ANEXO 3 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Página 1 de 1



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: A experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBT em ambientes universitários

Pesquisadora responsável: Jullyane Alves Teixeira

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS

Telefone para contato: (86) 99934-3684

Local da coleta de dados: Universidades públicas e faculdades privadas

A pesquisadora do presente projeto se compromete a preservar a privacidade e identidade dos/as participantes, cujos dados serão coletados através de observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas junto a trabalhadores administrativos LGBT em universidades públicas e faculdades privadas. As referidas entrevistas, assim como suas anotações e escrita, serão utilizadas única e exclusivamente para execução dessa pesquisa. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e para fins educativos, sendo mantidas no acervo particular dessa pesquisadora, Jullyane Alves Teixeira, situado na Rua 27, n.º 6762, Condomínio Granada, Apto 308, Bloco 6B, Bairro Vale do Gavião, Teresina-PI, por um período de 2 (dois) anos. Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, 10 de maio de 2019.

Jullyane Alves Teixeira
Jullyane Alves Teixeira

R.G. 2.209.225- SSP/PI – Pesquisadora responsável

ANEXO 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO- PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA-PPGS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo solicitado/a a autorizar sua participação em uma pesquisa. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte a pesquisadora responsável pelo estudo sobre qualquer dúvida que tiver. Este estudo está sendo conduzido pela mestranda **Jullyane Alves Teixeira**. Após esclarecidos/as sobre as informações a seguir, no caso de autorizar, assine este documento que se encontra em duas vias, rubricando todas as páginas. Após a assinatura das vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com o/a entrevistado/a.

ESCLARECIMENTO SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Rompendo armários: A experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBT em ambientes universitários

Pesquisadora Responsável: Jullyane Alves Teixeira

Telefone para contato: (086) XXXXX-3684

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo é compreender as experiências profissionais de trabalhadores administrativos LGBT em ambientes universitários, nas esferas pública e privada, no estado do Piauí, com a finalidade de identificar se há produção de desigualdades e discriminações sociais produzidas e reproduzidas nesse contexto. O lócus dessa pesquisa são universidades públicas e faculdades privadas do estado do Piauí, que, no entanto, não serão citadas diretamente quando dos resultados da pesquisa. Os/as sujeitos/as da pesquisa serão os/as trabalhadores/as administrativos LGBT que trabalham em universidades e faculdades. A técnica utilizada para a coleta de informações, em campo, será a entrevista do tipo semiestruturada. As entrevistas serão gravadas com a devida permissão prévia dos/as entrevistados/as, resguardando-lhes o direito de não terem suas identidades reveladas e manutenção de suas privacidades. A análise dar-se-á através de uma análise dos discursos dos/as entrevistados/as sobre o tema e será fundamentada na literatura especializada sobre gênero e sexualidade nas ciências sociais. A expectativa é que essa pesquisa possa contribuir para compreender como se dão as experiências profissionais de trabalhadores administrativos LGBT em ambientes universitários, se estes encontram acolhimento, se acham necessário esconder sua sexualidade e se a expressam, como isso os afeta.

Riscos: ressalta-se que a presente pesquisa poderá trazer riscos emocionais, diante do assunto que toca em questões relacionadas a preconceitos, discriminação e até mesmo violências. É possível que no momento dos relatos alguns/mas entrevistados/as poderão sentir certo desconforto emocional oriundo da reflexão e escuta da sua própria fala sobre situações de discriminação e preconceito referente a gênero e sexualidade. No entanto, a pesquisadora buscará contornar essas situações, garantindo que os locais das entrevistas

sejam seguros e que a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento caso seja da vontade do entrevistado. Caso seja necessário, a pesquisadora buscará ainda auxílio junto a profissionais especializados, informando ao entrevistado os serviços de saúde específicos da rede pública de saúde, a fim de sanar o desconforto que, porventura, os relatos possam trazer.

Benefícios: ao detectar possíveis preconceitos e violências relacionadas ao gênero e à sexualidade no ambiente de trabalho, que podem estar produzindo e reproduzindo discursos preconceituosos, desigualdades para indicação de cargos e promoções e discriminações contra pessoas por conta de sua orientação sexual e comportamentos, será possível refletir sobre os fatores que geram, desencadeiam ou potencializam tais desigualdades sociais. Esse estudo poderá contribuir para diminuir o quadro de desrespeito, desigualdades e violação aos direitos humanos. Além disso, após conclusão desse estudo, instituições e empresas educacionais, poderão se basear em seus resultados para elaboração de políticas institucionais que coíbam o preconceito em seus espaços.

Ressalta-se que a presente pesquisa é isenta de custos, portanto, não haverá ressarcimento de despesas para os/as participantes. Ressalta-se também que essa pesquisa não implicará em remuneração para os/as participantes. Em qualquer etapa do estudo, os/as entrevistados/as terão acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A principal investigadora é Jullyane Alves Teixeira, que pode ser encontrada no endereço Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portela – Teresina. A orientadora dessa pesquisa é a Prof.^a Dr.^a Rossana Maria Marinho Albuquerque, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia, da Universidade Federal do Piauí, telefones: 3215-5780/5781 (UFPI), (86) XXXXX-3684 (mestranda), (86) XXXXX-7054 (orientadora).

Nome e Assinatura da pesquisadora responsável

Jullyane Alves Teixeira
CPF: 017.254.903-58

CONSENTIMENTO

Eu, _____
RG _____ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar dessa pesquisa. Tive pleno conhecimento das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as possibilidades de riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso à pesquisa. Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo, ciente que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento da execução da pesquisa.

Teresina, _____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do/a sujeito/a ou responsável

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimento sobre a pesquisa e aceite do consentimento

Testemunhas:

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Observações Complementares:

Caso você tenha alguma consideração ou dúvida, ressalta-se que o CEP/UFPI, pode ser consultado pelos/as participantes para explicar quaisquer dúvidas sobre aspectos éticos da pesquisa, por meio do seguinte endereço:

Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga
Pró Reitoria de Pesquisa – PROPESQ
CEP: 64.049-550 – Teresina-PI
Telefone: (86) 3237-2332, E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br

ANEXO 5 – APROVAÇÃO DO PROJETO PELO COMITÊ DE ÉTICA/UFPI



Público Pesquisador Alterar Meus Dados





JULYANE ALVES TEIXEIRA - Pesquisador | V2.2
 Sua sessão expira em: 23min, 23s

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A experiência profissional de trabalhadores administrativos LOBT em ambientes universitários
 Pesquisador Responsável: JULYANE ALVES TEIXEIRA
 Área Temática:
 Versão: 2
 CAAE: 14836719.0.0006.5214
 Submetido em: 10/06/2019
 Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio


 Comprovante de Recepção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1353721

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
<ul style="list-style-type: none"> <ul style="list-style-type: none"> Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2 <ul style="list-style-type: none"> Pendência de Parecer (PO) - Versão 2 <ul style="list-style-type: none"> Documentos do Projeto <ul style="list-style-type: none"> Comprovante de Recepção - Submissão 3 Cronograma - Submissão 3 Declaração de Pesquisadores - Submissão 3 Folha de Rosto - Submissão 3 Informações Básicas do Projeto - Submissão 3 Orçamento - Submissão 3 Outros - Submissão 3 Projeto Detalhado / Brochura Investigação - Submissão 3 TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa - Submissão 3 Aprovação 3 - UFPI - Universidade Federal do Piauí Projeto Completo 				

LISTA DE APEREÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	JULYANE ALVES TEIXEIRA	2	10/06/2019	24/06/2019	Aprovado	Não	  